

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, GEOCIÊNCIAS E SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

LUCÉLIA DA COSTA ASSIS

**FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ASSENTAMENTO TERRA FIRME EM
UBERLÂNDIA, (MG) E OS DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS E DE IGUALDADE
DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Uberlândia

2025

LUCÉLIA DA COSTA ASSIS

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ASSENTAMENTO TERRA FIRME EM
UBERLÂNDIA, (MG) E OS DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS E DE IGUALDADE
DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia –
PPGEO/UFU, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre(a) em
Geografia.

Área de Concentração: Dinâmicas
Territoriais e Estudos Ambientais

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior

Uberlândia

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A848f Assis, Lucélia da Costa, 1973-
2025 Formação territorial do Assentamento Terra Firme em Uberlândia,
(MG) e os desafios socioeconômicos e de igualdade de gênero nas
políticas públicas [recurso eletrônico] / Lucélia da Costa Assis. - 2025.

Orientador: João Cleps Junior.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5194>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Cleps Junior, João, 1962-, (Orient.). II. Universidade
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Geografia. III.
Título.

CDU: 910.1

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppggeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico; Número 574, PPGGEO				
Data:	30 de junho de 2025	Hora de início:	14h:00min	Hora de encerramento:	16h:50min
Matrícula do Discente:	12312GEO007				
Nome do Discente:	LUCÉLIA DA COSTA ASSIS				
Título do Trabalho:	Formação Territorial do Assentamento Terra Firme em Uberlândia-MG e os Desafios Socioeconômicos e de Igualdade de Gênero nas Políticas Públicas				
Área de concentração:	Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais				
Linha de pesquisa:	Dinâmicas Territoriais				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se na Sala [On-line - www.conferenciaweb.rnp.br], no Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em **GEOGRAFIA**, assim composta: Professores Doutores: **Estevane de Paula Pontes Mendes - UFCAT-GO; Cristiane Betanho - FAGEN-UFU e João Cleps Junior - IGESC/UFG** orientador(a) do(a) candidato(a). A Defesa aconteceu de forma remota.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a).**João Cleps Junior - IGESC/UFG**, apresentou a Comissão Examinadora e o(a) candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Mestre**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalho. Foi lavrada a presente ata que após lida foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **João Cleps Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 30/06/2025, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Betelho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 01/07/2025, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Estevane de Paula Pontes Mendes, Usuário Externo**, em 02/07/2025, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6382908** e o código CRC **AC62145D**.

Dedico este trabalho a meu esposo e minhas filhas que tanto me apoiaram emocional e financeiramente ao longo desta jornada.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho só foi possível graças ao apoio e à colaboração de diversas pessoas e instituições, às quais expressam minha mais profunda gratidão:

Agradeço à Deus, primeiramente, por permitir o início e a finalização deste trabalho. Agradeço à minha família, pelo apoio sempre dispensado nas horas mais difíceis que passei. Agradeço também ao professor João Cleps por ter me acolhido e permitido compartilhar de sua sabedoria, por meio da orientação e pela paciência dispensada.

À equipe CIEPS/UFU que muito contribuiu para a pesquisa, possibilitando sua realização: Professoras(es) Cristiane, Adriane, Geisa, Andréa, Eduardo e discentes Devison, Maria Clara, Gustavo, José, Zimba, Thawany.

Minha sincera gratidão, à professora Cristiane Betelho, que, além de compor a equipe do CIEPS/UFU, acompanhou todo o processo de elaboração desta dissertação. Sua atuação esteve presente desde o início, como membro da banca do projeto de pesquisa, ao lado da professora Natália Lorena Campos, a quem também expresso minha gratidão e reconhecimento. Ambas contribuíram significativamente com seus saberes e experiências. A professora Cristiane também integrou a banca de qualificação, juntamente com a professora Adriany Sampaio, a quem igualmente agradeço pelas valiosas contribuições. As observações criteriosas, os questionamentos instigantes e as sugestões pertinentes das professoras foram fundamentais para o amadurecimento e aprimoramento deste trabalho, oferecendo novas perspectivas e apontando caminhos importantes para o desenvolvimento da investigação.

Agradeço a todos os colegas do Programa de Pós-graduação em Geografia que tive a oportunidade de conhecer e os que pude rever, que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço ao professor Carlos Henrique que também teve sua parcela de contribuição com a pesquisa possibilitando a liberação das atividades do trabalho para minha participação em reuniões sobre o tema.

Agradeço também à todas as famílias do Projeto de Assentamento Terra Firme que foram cruciais nesta pesquisa e que nos auxiliaram doando seu tempo precioso e nos acolheram nas etapas da pesquisa.

Agradeço à líder do assentamento que prontamente nos auxiliou explanando as dúvidas e respondendo aos questionamentos que porventura surgiram quando do desenvolvimento da pesquisa e também por nos guiar nas visitas à campo. *Meu muito obrigada!*

"A verdadeira reforma agrária não é só dividir terra, mas garantir meios para que os agricultores/as possam viver dela."

Inspirado nos desafios do PA Terra Firme

RESUMO

A regularização de assentamentos de reforma agrária, ainda que lenta, possibilita a resolução de conflitos e a inserção das famílias nas políticas públicas, sem alterar a estrutura de poder e a concentração fundiária no meio rural. O objetivo principal deste estudo é compreender as formas de associação para a produção e comercialização de produtos, particularmente entre as mulheres do assentamento Terra Firme, estabelecido em 2023 em Uberlândia, Minas Gerais. Essa compreensão exigiu analisar a diversidade socioeconômica e territorial dessas famílias, bem como compreender como elas enfrentam os desafios de geração de renda, produção e comercialização de seus produtos. Esse contexto também se mostra crucial para refletir sobre a sucessão familiar, uma vez que a permanência das novas gerações no meio rural está diretamente relacionada às condições de vida oferecidas nos assentamentos. O processo sucessório é fragilizado pela infraestrutura precária, dificuldades de acesso a políticas públicas e baixa valorização da mão de obra rural, especialmente a de mulheres e jovens, comprometendo a continuidade da produção e a sustentabilidade dos assentamentos ao longo do tempo. A metodologia da pesquisa envolveu análise bibliográfica de diversos autores que abordam temas relacionados à reforma agrária e às questões de gênero no meio rural. Também, a verificação documental, em atas, auxiliou na compreensão mais ampla e aprofundada do cotidiano das famílias. Além disso, o trabalho de campo, por meio da aplicação de dois roteiros de entrevista, possibilitou uma aproximação mais aprofundada das realidades vivenciadas pelas famílias no assentamento. O estudo revelou diversos desafios relacionados ao processo de produção, venda, comercialização, distribuição e entrega do produto ao consumidor final. Estes desafios, aumentados pela morosidade do processo de conclusão do assentamento pelo INCRA, geram incertezas e inseguranças para as famílias. Para superar esses desafios, estas famílias, em sua maioria mulheres, buscam alternativas de emprego em outros lugares para se manterem com dignidade, mesmo com poucas qualificações. Somente após a formalização do assentamento, as famílias poderão ter acesso às políticas públicas para melhoria das suas condições de produção e sobrevivência. Até que o PA seja concluído, as famílias buscam se organizarem por meio de cooperativas para garantirem autonomia econômica e social, bem como para romper padrões de desigualdade, especialmente de gênero.

Palavras-chave: Reforma agrária; agricultura familiar; participação feminina; geração de renda; produção de alimentos.

ABSTRACT

The regularization of agrarian reform settlements, albeit slowly, enables conflict resolution and the integration of families into public policies, without changing the power structure and land concentration in rural areas. The main objective of this study is to understand the forms of association for the production and sale of products, particularly among women in the Terra Firme settlement, established in 2023 in Uberlandia, Minas Gerais. This understanding required analyzing the socioeconomic and territorial diversity of these families, as well as understanding how they address the challenges of income generation, production, and sale of their products. This context also proves crucial for reflecting on family succession, since the permanence of new generations in rural areas is directly related to the living conditions offered in the settlements. The succession process is weakened by precarious infrastructure, difficulties in accessing public policies, and low appreciation for rural labor, especially that of women and youth, compromising the continuity of production and the sustainability of settlements over time. The research methodology involved a bibliographic analysis of several authors who address topics related to agrarian reform and gender issues in rural areas. Document verification provided a broader and deeper understanding of the families' daily lives. Fieldwork, through the application of two interview schedules, enabled a more in-depth analysis of the realities experienced in the settlement. The study revealed several challenges related to the production, sale, marketing, distribution, and delivery of the product to the end consumer. These challenges, compounded by the slowness of INCRA's settlement completion process, create uncertainty and insecurity for families. To overcome these challenges, these families, mostly women, seek employment alternatives elsewhere to support themselves with dignity, even with few qualifications. Only after the settlement is formalized will families have access to public policies to improve their production and survival conditions. Until the PA is completed, families seek to organize themselves through cooperatives to ensure economic and social autonomy, as well as to break patterns of inequality, especially gender inequality.

Keywords: Agrarian reform; family farming; female participation; income generation; food production.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 - PA Terra Firme - Cronologia Histórica de formação, (2004-2024) 68

Figura 2 - Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável..... 110

Fotos

Foto 1 - Bandeira do Movimento Popular pela Reforma Agrária (MPRA)..... 61

Foto 2 - PA Terra Firme. Cerrado em regeneração – 2024 73

Foto 3 - PA Terra Firme. Fios condutores de energia elétrica 82

Gráficos

Gráfico 1 - Brasil - Número de Assentamentos Rurais Criados e Reconhecidos - 1985-2019 49

Gráfico 2 - Brasil – Número de Ocupações de Terras por governos..... 51

Gráfico 3 - Número de terras indígenas homologadas por governos no Brasil (1985-2019).... 53

Gráfico 4 - Minas Gerais – Assentamentos rurais criados por governos (1985-2024) 63

Gráfico 5 - PA Terra Firme – Gênero e Idade das Famílias Assentadas..... 75

Gráfico 6 - PA Terra Firme. Trabalho complementar fora do lote..... 89

Gráfico 7 - PA Terra Firme. - PA Terra Firme. Ocupações fora do lote 90

Gráfico 8 - PA Terra Firme. Nível de escolaridade dos titulares dos lotes 91

Gráfico 9 - PA Terra Firme. Principal fonte de renda dos agricultores/as 92

Gráfico 10 - PA Terra Firme. Média salarial dos agricultores/as – (2024)..... 93

Gráfico 11 - PA Terra Firme. Forma de comercialização de produtos 94

Gráfico 12 - PA Terra Firme. Tipos de produtos comercializados 94

Gráfico 13 - PA Terra Firme. Locais onde é comercializada a produção..... 95

Gráfico 14 - Estados com maior número de estabelecimentos rurais dirigidos por mulheres no Brasil..... 111

Mapas

Mapa 1 - Projeto de Assentamento Terra Firme - Uberlândia, (MG), (2024) 67

Mapa 2 - PA Terra Firme – Parcelamento dos lotes e distribuição das áreas, (2024) 72

Mosaicos

Mosaico 1 - PA Terra Firme. Infraestrutura das moradias 81

Mosaico 2 - PA Terra Firme. Infraestrutura para criação de bovinos e equinos 84

Mosaico 3 - PA Terra Firme. Infraestrutura para criação de aves 85

Mosaico 4 - PA Terra Firme. Infraestrutura para criação de suínos 86

Mosaico 5 - PA Terra Firme. Exemplos de culturas produzidas 87

Mosaico 6 - Feirinha Solidária/ UFU – Barracas e Mesas para comercialização coletiva..... 97

Mosaico 7 - Mulheres que morreram na luta pela terra e pelos mais fracos e oprimidos 108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Projetos de Assentamento (PA) e número de famílias assentadas em três períodos distintos das regiões do Brasil..... 44

Tabela 2 - Projetos de Assentamentos Rurais em Uberlândia, (MG) (1998-2023) 64

Tabela 3 - PA Terra Firme. Motivos da Saída e Ocupação dos filhos que moram fora do lote - (2024) 77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CCU	Contrato de Concessão de Uso
CIEPS	Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
ECGR	Estudo de Capacidade de Geração de Renda
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAPA	Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MPRA	Movimento Popular Pela Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RB	Relação de Beneficiários
TD	Título Definitivo
TDA	Título da Dívida Agrária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
---	------------------	----

SEÇÃO 1: METODOLOGIA DA PESQUISA

1.1	Os caminhos da pesquisa.....	19
1.2	Importância dos caminhos da pesquisa	20
1.3	Fontes, Coleta e Sistematização de Dados	21
1.4	Pesquisas de Campo.....	22

SEÇÃO 2 - AS DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NOS PLANOS DE GOVERNOS DO BRASIL E OS IMPACTOS NA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS

2.1	A Reforma Agrária nos diferentes governos.....	31
2.1.1	<i>A Reforma Agrária no Governo José Sarney (1985-1990).....</i>	32
2.1.2	<i>Os Governos Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994)</i>	34
2.1.3	<i>Os Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1998 e 1999 - 2002)</i>	36
2.1.4	<i>Os Governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010)</i>	40
2.1.5	<i>A Reforma Agrária no Governo de Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016)</i>	45
2.1.6	<i>Governo Michel Temer (2016 a 2018)</i>	46
2.1.7	<i>Governo Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).....</i>	49
2.1.8	<i>Governo Luís Inácio Lula da Silva (2023-atual).....</i>	54
2.2	Processo de formação territorial de assentamentos rurais no Brasil.....	56
2.3	A Reforma Agrária no Triângulo Mineiro e em Uberlândia.....	60

SEÇÃO 3 – LOCALIZAÇÃO, FORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PA TERRA FIRME: ASPECTOS FÍSICOS-NATURAIS, SOCIOESPACIAIS, DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1	Localização geográfica do PA Terra Firme	66
3.2	Histórico de formação e criação do PA Terra Firme	66
3.3	O processo de parcelamento do PA Terra Firme.....	71
3.4	Características Físico-Naturais do PA Terra Firme	73
3.5	Perfil demográfico das famílias assentadas.....	74

3.6	Características socioprodutivas do PA Terra Firme, desafios socioeconômicos e acesso às políticas públicas	79
3.6.1	<i>Infraestrutura das moradias</i>	79
3.6.2	<i>Criação Animal e Produção Agrícola</i>	82
3.6.3	<i>Desafios socioeconômicos para se manterem nos lotes</i>	87
3.6.4	<i>Políticas públicas para o desenvolvimento de assentamentos</i>	98
SEÇÃO 4 - DISPARIDADES SOCIOECONÔMICAS E AS LUTAS DOS/AS ASSENTADOS/AS PARA MELHORIAS DAS CONDIÇÕES DE VIDA E PERMANÊNCIA NA TERRA		
4.1	Histórico de atuação das mulheres na luta pela terra	103
4.2	Luta pela igualdade de gênero - Trajetória histórica.....	109
4.3	Percepções sobre as relações de gênero no PA Terra Firme	112
4.3.1	<i>Conhecendo as histórias de vida das mulheres</i>	113
4.3.2	<i>Divisão de trabalhos e poder de decisão</i>	114
4.3.3	<i>Educação e capacitação</i>	120
4.3.4	<i>Saúde e bem-estar</i>	121
4.3.5	<i>Poder e decisão</i>	123
4.3.6	<i>Percepções sobre paridades de gênero</i>	125
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS 133		
ANEXO A - RESOLUÇÃO 153 DE CRIAÇÃO DO PA TERRA FIRME		
..... 142		
ANEXO B - PARECER CONSUSTANIADO DO CEP		
..... 144		
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA SOCIOECONÔMICA PA TERRA FIRME – FAZENDA CABACAS		
..... 154		
APÊNDICE B - CRONOGRAMA PARA VISITA TÉCNICA – PA TERRA FIRME		
..... 159		
APÊNDICE C - ROTEIRO DE TRABALHO: RELAÇÕES DE GÊNERO NO PA - TERRA FIRME		
..... 163		

1 INTRODUÇÃO

Este estudo faz uma abordagem sobre a luta pela terra no Brasil, destacando a importância da reforma agrária e as desigualdades geradas pela concentração fundiária. Destaca a intensificação das lutas dos movimentos de trabalhadores sem-terra nos últimos 25 anos, salientando os desafios enfrentados pelas famílias de agricultores/as em cada plano de governo brasileiro. A pesquisa também aborda as condições precárias em que vivem as famílias alojadas na área que, diante da ausência de formalização do Projeto de Assentamento (PA), são obrigadas a buscar meios próprios para produzir e garantir sua subsistência. Sem acesso efetivo às políticas públicas, esses desafios tornam-se ainda mais complexos diante das desigualdades de gênero presentes no assentamento, o que dificulta ainda mais os processos de organização e desenvolvimento socioeconômico.

Além da luta pela terra, a divisão do trabalho entre homens e mulheres, principalmente no meio rural, reflete uma estrutura social marcada por desigualdades históricas, culturais e econômicas, muitas vezes moldadas por padrões tradicionais de gênero, variando de acordo com contextos regionais, culturais e socioeconômicos. Sabe-se que é preciso melhorar e superar, pois as mulheres além de fazerem todos os afazeres domésticos, historicamente naturalizados nos assentamentos como “ajuda”, ainda auxiliam seus maridos em trabalhos do assentamento. Com uma carga excessiva de trabalho no meio rural, combinando tarefas produtivas, reprodutivas e comunitárias, é o que contribui diretamente para a inferiorização e desvalorização do trabalho das mulheres.

Diante desta realidade, faz-se necessário mostrar a elas caminhos para a valorização e reconhecimento do seu trabalho. Capacitação e formação, campanhas de conscientização e educação nas escolas são exemplos de direcionamentos que poderão seguir, para auxiliá-las no combate aos estereótipos de gênero, incentivando a equidade das tarefas domésticas e produtivas entre homens e mulheres. A formação e o fortalecimento de redes femininas e grupos de associação de mulheres também tem fundamental importância no fortalecimento das lideranças femininas na luta por seus direitos.

A pesquisa concentra-se no PA Terra Firme, em Uberlândia, (MG), com ênfase no papel das mulheres, que predominam na liderança dos lotes, enfrentando os desafios da desigualdade de gênero e buscando autonomia produtiva e econômica. A organização coletiva, como em cooperativas, é vista como essencial para a sobrevivência e melhoria das condições de vida.

Para tanto, considera-se o questionamento: Qual é a importância de agricultores e

agricultoras familiares se organizarem como cooperativas para conquistarem sua permanência no mercado, a melhoria das condições de vida e a redução das desigualdades de gênero no meio rural?

Em busca da resposta para esta pergunta, foi necessário aprofundar o conhecimento relacionado à Reforma Agrária e à questão agrária, bem como as questões de gênero existentes, ampliando as leituras a respeito dos temas para que se pudesse contextualizar o PA no histórico das políticas de Reforma Agrária por planos/ períodos de governos, para compreender o contexto e o processo de formação deste assentamento, bem como os desafios socioeconômicos vividos pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais assentados e as perspectivas de mudanças das condições de vida destas famílias bem como as questões de gênero ali existentes.

Assim, foi necessário conhecer melhor as ações dos movimentos sociais e identificar as formas com que os/as agricultores/as pudessem tornar seus lotes mais produtivas, o que permite entender como as famílias, majoritariamente mulheres, podem alcançar maior desenvolvimento em meio a desigualdade de gênero existente.

As pesquisas em publicações de autores como Cleps Jr. (2018), Fernandes (2017), Mitidiero Jr. (2017), Oliveira (2007), Saquet (2007) e Schneider (2015) serviram como base teórica para as investigações. Observar de perto os desafios enfrentados pelos/as trabalhadores/as sem-terra, as relações estabelecidas entre os sujeitos acampados, os modos de organização coletiva nas ocupações e os enfrentamentos diante das ameaças de reintegração de posse permite à pesquisa alcançar dimensões que a literatura, por si só, não revela. Essa imersão no cotidiano dos acampamentos revela estratégias de resistência, formas de solidariedade, conflitos internos e externos, bem como as práticas de mobilização que dão sustentação ao movimento pela terra.

Então, para buscar desse entendimento delimitamos como objetivo geral: Compreender as formas de associação para produção e para comercialização entre as mulheres do Projeto de Assentamento Terra Firme, em Uberlândia, (MG). E objetivos específicos: I- Analisar o processo de territorialização e formação territorial do Projeto de Assentamento Terra Firme; II- Identificar e discutir o papel das organizações coletivas no processo de territorialização do Projeto de Assentamento Terra Firme; III- Identificar e analisar os problemas relativos à produção e à comercialização dos alimentos enfrentados pelos agricultores e pelas agricultoras do Projeto de Assentamento Terra Firme; IV- Analisar a dinâmica cotidiana no assentamento, abrangendo as relações de trabalho e de gênero, os processos de comercialização e transporte da produção, a atuação dos órgãos governamentais, bem como as perspectivas e os desafios do modelo cooperativista na vida das mulheres assentadas e V- Discutir o papel das mulheres na

formação territorial do assentamento, as desigualdades nas relações de trabalho e de gênero, e as lutas por melhores condições de vida e permanência na terra.

Não somente a teoria, mas também as pesquisas de campo auxiliarão na obtenção de respostas ao propósito da pesquisa, a qual poderá trazer conhecimento e contribuição tanto para a ciência quanto para o desenvolvimento social do assentamento. Com a utilização de dois roteiros de pesquisa, ambos totalizando 50 questões fechadas, será possível observar aspectos relevantes da realidade vivida pelas famílias assentadas, especialmente no que se refere às dinâmicas de gênero, produção e organização no PA Terra Firme.

O tema de pesquisa sobre o PA Terra Firme será um desafio, pois se diferencia dos estudos anteriores na região por focar no trabalho das mulheres em um assentamento, ainda não constituído. Das 37 famílias assentadas, 27 são chefiadas por mulheres que são titulares e estão à frente dos trabalhos nos lotes. O estudo trará esclarecimentos sobre os desafios existentes e enfrentados por estas mulheres bem como suas conquistas diante das lutas por melhorias na área e pela superação das desigualdades de gênero.

Esse tema é relevante e atual, pois destaca questões importantes como disparidades de gênero, contribuição das mulheres no trabalho rural e visibilidade e reconhecimento nas políticas públicas, na sociedade urbana e no próprio meio rural em que vivem.

Para melhor compreensão da pesquisa, o estudo é subdividido em quatro seções, além desta introdução, das considerações finais, referências, anexos e apêndices que também comporão o trabalho.

Na seção 1 serão melhor detalhados a metodologia e os caminhos da pesquisa que serão utilizados para esclarecer as teorias e as dúvidas às perguntas propostas. Na seção 2 serão analisados o processo de assentamentos no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba bem como os desafios encontrados nesta formação por planos de governo. Na seção 3 o estudo versará sobre a localização geográfica, formação e características físico-naturais do assentamento Terra Firme, bem como o perfil demográfico das famílias e os desafios socioeconômicos e as políticas públicas para o desenvolvimento destas famílias nos lotes. Por fim, na quarta seção, será discutida a disparidade de gênero existente nos trabalhos de homens e mulheres e a luta das assentadas para melhoria das condições de vida e permanência na terra.

Para uma melhor compreensão do objeto de estudo, e buscando respostas ao proposto no questionamento do objetivo específico número I - analisar o processo de territorialização e formação territorial do Projeto de Assentamento Terra Firme, a seguir, será apresentada a metodologia aplicada para a pesquisa.

SEÇÃO 1: METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta seção, serão apresentados os caminhos metodológicos da pesquisa e sua relevância para o desenvolvimento do estudo, bem como as etapas desenvolvidas para os trabalhos de campo e os procedimentos adotados para a coleta e sistematização dos dados.

1.1 Os caminhos da pesquisa

O estudo foi realizado no Projeto de Assentamento Terra Firme, em Uberlândia, (MG), com foco nas famílias assentadas e suas formas de organização, resistência e produção.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, utilizou-se uma abordagem qualitativa, fundamentada na perspectiva crítica, com ênfase na escuta e no diálogo sobre as experiências e trajetórias das famílias assentadas.

Paralelamente, utilizou-se de uma abordagem quantitativa, com a aplicação de dados organizados em tabelas e gráficos, a fim de contribuir para a compreensão e análise dos resultados.

A coleta dos dados ocorreu por meio de observação em campo e aplicação de dois roteiros de pesquisa com perguntas semiestruturadas, ou seja, são perguntas previamente planejadas, mas com margem para que o(a) entrevistador(a) explore respostas em maior profundidade, permitindo aprofundamento em temas relevantes que surgem durante a conversa. As 37 famílias titulares dos lotes foram entrevistadas com o intuito de obter dados relevantes para a pesquisa. O primeiro roteiro de entrevistas foi feito em visita a campo dia 6 de junho de 2024 com o intuito de verificar dados econômicos e sociais bem como o modo de vida das famílias ali assentadas. Neste dia a equipe organizou as famílias em pequenos grupos, por afinidades, conforme saberes e habilidades: Gado, leite, outros animais e derivados; hortifrutis e quitandas e produtos.

No segundo dia de visita a campo, 16 de fevereiro de 2025, o roteiro de entrevistas abordou as questões de gênero. Na ocasião, seis mulheres titulares dos lotes foram selecionadas para responder a um conjunto de 30 perguntas, entre fechadas e abertas, voltadas à temática. As entrevistas foram fundamentais para promover a reflexão e a interação em torno das dinâmicas de gênero no assentamento.

Também foram analisados documentos institucionais do INCRA, como o Estudo para Capacidade de Geração de Renda (ECGR) de 2015 e atas de reuniões produzidas pelas famílias a cada reunião organizada no acampamento.

O referencial teórico-metodológico foi construído com base em estudos sobre reforma agrária, territorialização, gênero e economia solidária, possibilitando uma análise articulada entre as dimensões políticas, sociais e econômicas que atravessam o cotidiano das famílias assentadas. Renomados autores como Alentejano (2018 e 2020), Cleps Jr (2018), Deere (2008), Oliveira (2008) e Stédile (2013) contribuíram para o aprendizado e desenvolvimento do contexto. O referencial teórico também auxiliará no desenvolvimento deste trabalho com orientações sobre as discussões da metodologia da pesquisa, do processo de territorialização e da formação do assentamento por planos de governo bem como as características naturais existentes no assentamento. Com isso, será possível realizar a análise do perfil demográfico, dos desafios socioeconômicos, do acesso às políticas públicas e das relações de gênero no trabalho do campo destacando a participação das mulheres no desenvolvimento, funcionamento e aquisição de recursos financeiros para a produção, venda e distribuição de produtos do assentamento.

A seguir, destaca-se a importância da definição dos métodos a serem adotados ao longo da pesquisa, uma vez que eles orientam o percurso investigativo e garantem maior rigor e coerência na produção dos dados.

1.2 Importância dos caminhos da pesquisa

Este item tem como finalidade orientar a construção do conhecimento ao longo da pesquisa. Define como os dados serão obtidos, analisados e interpretados, permitindo que os objetivos traçados sejam efetivamente alcançados. Ao explicitar os métodos e as técnicas utilizados, o pesquisador assegura a consistência entre o problema de pesquisa, os objetivos, a fundamentação teórica e a análise dos resultados.

A importância dos caminhos metodológicos adotados nesta pesquisa é assegurar uma análise aprofundada e consistente sobre os desafios enfrentados pelas famílias assentadas no Projeto de Assentamento Terra Firme, em Uberlândia, (MG). A pesquisa visa compreender as dinâmicas de territorialização, as relações de trabalho e as questões de gênero no contexto da reforma agrária, além de discutir as estratégias de produção e comercialização de alimentos. Ao adotar uma abordagem qualitativa e participativa, com entrevistas, observação em campo e análise documental, busca-se dar voz às experiências das mulheres e famílias assentadas,

permitindo que suas realidades sejam registradas de forma autêntica e fiel.

A importância desses caminhos metodológicos reside na garantia de rigor científico, na valorização do protagonismo dos sujeitos da pesquisa e na possibilidade de gerar reflexões que possam subsidiar políticas públicas e ações de apoio à agricultura familiar e à promoção de igualdade de gênero no campo. Além disso, ao delimitar claramente os procedimentos adotados, a pesquisa assegura a transparência, a ética e a reproduzibilidade do estudo, permitindo que outras investigações possam se basear ou criticar os resultados e métodos aqui apresentados.

1.3 Fontes, coleta e sistematização de dados

Parte da metodologia utilizada compreende a pesquisa bibliográfica, a partir de consulta e leitura de livros, artigos em revistas e em sites relacionados aos temas abordados.

Para este contexto, também são citados dados obtidos em sites importantes que auxiliarão no levantamento de dados como tipo e quantidade de produtos comercializados, tipo de produtos produzidos no assentamento, número de títulos de terras expedidos, número de famílias assentadas por ano, número de pessoas por família de assentados, área total, data de criação e capacidade máxima de famílias por assentamento, obtidos de sites como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>; Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) <https://www.gov.br/conab/pt-br> ; Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) <https://www.fao.org/brasil/pt/>; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2009-2014) <https://www.ibge.gov.br/>; Boletins de Informes do site DATALUTA Brasil (<https://www.fct.unesp.br/>), Comissão Pastoral da Terra (CPT) <https://cptnacional.org.br/> e Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) <https://mst.org.br/jornal-sem-terra/>, dentre outros utilizados para enriquecer as informações da pesquisa. Em sites como da EMBRAPA (<https://www.embrapa.br/>) e INCRA (<https://www.gov.br/incra/pt-br>) também possibilitou a obtenção de informações distribuídos em figuras, gráficos, mapas e tabelas que auxiliarão com tabulação e análise de dados sobre os assentamentos.

A leitura desse material trouxe embasamento teórico, a partir da revisão e análise de pesquisas anteriormente realizadas que serviu de suporte para a compreensão das formas de associação para produção e comercialização entre as mulheres do Projeto de Assentamento Terra Firme, em Uberlândia, (MG).

A escolha da área de estudo (PA Terra Firme) surgiu como um convite para participar,

juntamente com a equipe do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS/UFU) de um trabalho para elaboração do Estudo de Capacidade de Geração de Renda (ECGR) deste PA em 2024. Este convite foi de fundamental importância pois tive um maior apoio no sentido do desenvolvimento da pesquisa, o que proporcionou a ampliação dos conhecimentos sobre a questão das dinâmicas socioterritoriais dos assentamentos de reforma agrária, de uma maneira geral.

O primeiro encontro juntamente com a equipe, ocorreu em abril de 2024, em que houve uma orientação sobre a atuação em campo onde ocorreriam as entrevistas, rodas de conversas com as famílias, bem como a vivência da realidade cotidiana delas, com visitas a duas moradias de famílias assentadas, o que foi de grande importância para o progresso da pesquisa.

Houve, a partir de então, o envolvimento maior nos trabalhos juntamente com a equipe do CIEPS/UFU, que foi de fundamental importância para o conhecimento de fatos ocorridos na formação do assentamento até o presente momento. As três visitas a campo possibilitaram o entendimento das questões do assentamento, o que auxiliou no desenvolvimento da pesquisa, bem como na elaboração do novo Estudo de Capacidade de Geração de Renda (ECGR) concluído em julho/2024¹.

Fazer parte da equipe possibilitou ampliar os conhecimentos sobre a questão das dinâmicas territoriais dos assentamentos de reforma agrária em Uberlândia, de uma maneira geral. As visitas, as entrevistas, as conversas por *whatsapp*, bem como as participações nas reuniões, como parte da comissão e auxiliando, de alguma forma na confecção do ECGR fizeram com que houvesse maior proximidade com as histórias de criação do assentamento. A leitura das atas de reuniões confeccionadas pelas famílias durante o período em que elas estiveram acampadas na área a serem pleiteadas, disponibilizadas pela liderança do Movimento Popular pela Reforma Agrária (MPRA), responsável pelo assentamento em estudo, bem como o acesso a documentos disponibilizados pelo orientador, como o ECGR 2015, muito auxiliaram na elucidação dos fatos históricos do assentamento.

1.4 Pesquisas de campo

Como parte da metodologia aplicada para obtenção de dados para a pesquisa, conforme exposto, foram realizadas visitas a campo nos dias 6 de abril e 20 de julho de 2024, contando

¹ Este estudo, desenvolvido pelo CIEPS/UFU teve como objetivo analisar a viabilidade de assentar 37 famílias no PA Terra Firme e não mais as 51 como foi determinado no ECGR de 2015.

com o apoio da equipe CIEPS/UFU. No dia 06 de abril, aplicou-se um roteiro de perguntas e posteriormente fez-se uma dinâmica em grupo, onde a equipe dividiu as 37 famílias presentes em três subgrupos, mostrando suas habilidades e saberes. O primeiro grupo foi formado por famílias com criação de bovinos para a produção de leite e derivados e outros animais; o segundo grupo composto por pessoas que trabalhavam diretamente com a terra produzindo produtos hortifrutigranjeiros como frutas, verduras e legumes e no terceiro grupo ficaram as famílias produtoras de quitandas e produtos processados como pães, bolos, doces e outros alimentos. Após a dinâmica em grupo, houve visitação à residência de duas famílias assentadas. Os trabalhos do dia 06 de abril iniciaram com a chegada de toda a equipe CIEPS/UFU, formada por pesquisadores e estudantes, ao PA Terra Firme, localizado a 48 km da sede municipal de Uberlândia, onde a equipe facilitadora, juntamente com as famílias assentadas, que já se encontravam na sede do acampamento, reuniram-se para discutirem questões importantes, compartilhar conhecimentos e estabelecer objetivos comuns para se chegar aos resultados pretendidos. A dinâmica em grupo auxiliou os participantes a fomentar o diálogo entre si, incentivando a participação ativa e o fortalecimento das relações comunitárias.

Após os esclarecimentos, houveram discussões com o objetivo de incentivar a participação de todos no processo, a fim de que os dados levantados e repassados, de maneira espontânea, pelos entrevistados a quem formava essa equipe, fossem os mais assertivos possíveis.

Partiu-se então para a primeira etapa dos procedimentos. A equipe solicitou que um representante de cada família descrevesse sucintamente, com uma palavra², a história vivida no assentamento. Esta reflexão estimula uma autoavaliação profunda e emocional das pessoas. Canetas e folhas de papel foram distribuídas pela equipe, para expressarem seus sentimentos.

Feito isso, passou-se para a segunda fase do processo: a dinâmica em grupo. Cada um dos três grupos formados, teve um professor como mediador das conversas. Os discentes, bolsistas ou não, assessoraram tecnicamente os grupos.

Essa subdivisão demonstra uma abordagem estratégica e organizada para conhecer as necessidades específicas de cada tipo de produção existente no assentamento, facilitando um trabalho mais focado e técnico, para garantir melhor aproveitamento dos conhecimentos e habilidades de cada um.

Os grupos foram orientados sobre o propósito da dinâmica: a discussão dos pontos positivos e os desafios enfrentados para tornar o assentamento um espaço promotor e gerador

² Surgiram palavras bastante significativas escritas por algumas trabalhadoras e trabalhadores como: união, companheirismo, confiança, vida, esperança, dentre outras. Cada um falou sobre a palavra que escreveu.

de trabalho e renda de forma sustentável. Eles também foram estimulados a refletirem sobre o que está funcionando bem e o que precisa melhorar, incentivando-os a buscar soluções coletivas para as possíveis situações adversas que podem surgir. Esta reflexão possibilita o fortalecimento das famílias dando-lhes os instrumentos necessários nas tomadas de decisões sobre o futuro de suas atividades, sejam elas definidas a curto, médio ou longo prazo.

Após o encerramento das dinâmicas, foi aplicado um questionário, o qual estava subdividido em duas partes. A primeira parte que versou sobre o perfil socioeconômico, foi composta por 16 (dezesseis) questões e, a segunda parte, perguntas sobre Produção-Comercialização, foi composta por 7 (sete) questões, totalizando 23 (vinte e três) questões todas objetivas, para que os chefes das famílias pudessem responder.

Também foram gravadas entrevistas com uma agricultora e um agricultor do local, representando as demais famílias do assentamento, os quais relataram, de forma aprofundada e pessoal, o processo de quase 20 anos de luta pela terra, vivido desde o início, em 2004, até o momento atual.

Esses depoimentos são valiosos não apenas para documentar a história do assentamento, mas também para compreender o impacto emocional e social dessa jornada nas vidas dos envolvidos. O relato desses trabalhadores, principalmente mulheres, propicia uma perspectiva única sobre os desafios enfrentados, as vitórias conquistadas e as expectativas para o futuro.

A dinâmica, bem como a aplicação do questionário, aconteceu de forma satisfatória para obtenção dos dados da pesquisa, pois todas as 37 famílias assentadas no PA Terra Firme estavam presentes no dia da execução dos trabalhos em campo, fator de suma importância e raro nas pesquisas. Deste total, 28 possuem mulheres como titulares dos lotes e apenas 9 estão em nome de homens, isso acabou norteando e problematizando a nossa futura pesquisa de mestrado. A presença das famílias, em sua totalidade, garante a abrangência e precisão da realidade dos dados, o que aumenta a confiança na representatividade dos resultados obtidos no assentamento.

Ainda no dia 06 de abril/2024, após encerrada a pesquisa com o coletivo de agricultores, foram feitas visitas às residências. Estavam programadas para aquela data, visitar duas famílias assentadas com o objetivo de conhecer e compreender as reais condições de vida que se encontram estas famílias em seus lotes. A observação direta proporcionaria uma visão mais completa das dificuldades e potencialidades existentes na vida cotidiana das famílias.

Devido ao tempo chuvoso nesse dia, foi possível visitar apenas uma das residências das famílias assentadas que estavam programadas, o que foi muito proveitoso, pois possibilitou-se fotografar, gravar vídeos e presenciar as características habitacionais existentes, tais como a infraestrutura da casa e de serviços básicos como energia elétrica, água potável, saneamento,

saúde, educação, dentre outros.

No dia 20 de julho/2024, foi realizado um novo trabalho de campo, objetivando apresentar aos agricultores e agricultoras do PA Terra Firme, o ECGR de 2024, confeccionado pela equipe CIEPS/UFU e visitar mais três famílias de agricultores (as) a fim de verificar suas condições de vida, a infraestrutura das moradias e dos locais de criação de animais nos lotes. Para que este trabalho pudesse ser iniciado, desenvolvido e concluído de maneira satisfatória, foi fundamental o apoio da equipe.

O trabalho foi apresentado às famílias e as visitas concluídas neste dia. Durante as visitas, também pode-se observar diferentes situações de infraestrutura das casas, de criação de animais bem como produção de hortifrutigrangeiros nesses locais. Fotos dos ambientes, animais e plantas existentes nos lotes possibilitou o enriquecimento da pesquisa.

Acrescenta-se, ainda, como sugestão da banca examinadora do Relatório de Qualificação, apresentada em 25 de novembro/2024, a necessidade de retorno ao assentamento com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre as questões de gênero vivenciadas pelas famílias trabalhadoras do PA Terra Firme, majoritariamente compostas por mulheres titulares dos lotes. Para isso, propôs-se a aplicação de um roteiro de entrevistas específico, contendo perguntas abertas e fechadas voltadas à temática “gênero”.

Nesse tipo de pesquisa qualitativa o investigador não fixa previamente o número de entrevistas necessárias à sua investigação. A definição desse número é flexível e depende do desenvolvimento teórico do trabalho. O pesquisador se julgar necessário, pode voltar ao campo e ampliar o número ou aprofundar a conversação com as entrevistadas (GODOI, MATTOS, 2006). Na presente pesquisa foram realizadas 6 entrevistas. Não foi necessário ampliar este número, sendo que as 6 entrevistas foram suficientes para o estudo.

As entrevistadas foram escolhidas conforme orientação da liderança do assentamento visando uma melhor abordagem do assunto e um maior enriquecimento do trabalho: duas delas estão presentes no PA desde o início da luta, outras duas participam de atividades de liderança e as duas últimas são trabalhadoras que tentam se desenvolverem nos lotes.

No dia 16 de fevereiro/2025 a visita ao PA proporcionou conhecer e entrevistar as seis (6) mulheres trabalhadoras e titulares do lote. O roteiro de entrevistas aplicado possui um total de 30 questões as quais estavam subdivididas em 6 subitens importantes como: I - Informações Gerais; II - Divisão de trabalho; III – Educação e capacitação; IV - Saúde e bem-estar; V - Poder e decisão e VI - Percepções sobre igualdade de gênero, totalizando 30 questões. (Vide Roteiro no APÊNDICE).

As lideranças acompanharam as visitas ao assentamento, conduzindo a equipe até os

lotes onde foram realizadas as entrevistas com as mulheres assentadas. Durante as entrevistas, mantiveram-se afastadas, a fim de não inibir ou constranger as participantes.

Ao final das entrevistas, foi solicitado a cada uma das mulheres que mencionassem o nome de uma flor, de sua preferência, para que fossem identificadas por este nome, mantendo assim suas identidades preservadas. Assim, utilizamos nas transcrições os nomes “Flor do Deserto”, “Flor de Maio”, “Flor de Maracujá”, “Rosa”, “Lírio” e “Orquídea” foram os nomes de flores escolhidos pelas mulheres entrevistadas do assentamento, fazendo referência à história de luta de Margarida Maria Alves, que também é simbolizada com nome de flor, reforçando a conexão com a resistência e a força.

A metodologia utilizada na pesquisa permite identificar e analisar a localização, o processo histórico de formação e parcelamento dos lotes bem como as características físicas-naturais, os desafios socioeconômicos e acesso as políticas públicas fundamentais para a compreender a contextualização da realidade do objeto de estudo que será abordada a seguir.

SEÇÃO 2 - AS DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NOS PLANOS DE GOVERNOS DO BRASIL E OS IMPACTOS NA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS

Nesta seção será analisada a interdependência entre a questão agrária e a questão agrícola, como apontado por Graziano da Silva (1980-1981), que revela ser não apenas uma conexão conceitual, mas uma tensão estrutural que molda as dinâmicas rurais brasileiras.

De um lado, a questão agrária refere-se à histórica concentração fundiária e às formas desiguais de acesso à terra; de outro, a questão agrícola expressa as transformações nas estratégias produtivas, nas tecnologias e nas relações de trabalho no campo. Durante a década de 1980, o projeto de reforma agrária pretendia articular essas dimensões, integrando políticas públicas que promovessem o acesso à terra com infraestrutura e condições produtivas para os assentados (Cattelan, Moraes e Rossini, 2020).

No entanto, os anos 1990 expuseram os limites desse projeto diante da continuidade das lutas por terra e do fortalecimento de movimentos sociais como o MST e a Contag, que passaram a unificar e intensificar as pressões sobre o Estado. A resposta governamental, embora responsável por um número expressivo de assentamentos, adotou uma lógica tecnocrática e centralizadora, revelando um distanciamento entre a política institucional e a diversidade social e territorial das demandas agrárias (Delgado e Bergamasco, 2017).

Para Fernandes *et.al.* (2017), de 2003 até o ano de 2015 houve uma redução do número de movimentos camponeses diminuindo de 38 para 21 movimentos sociais de luta pelo território, o que pode ter sido a causa da morosidade na formação dos assentamentos. A diversidade de movimentos, ocorridos em 2003, estiveram atrelados à transição do governo Fernando Henrique Cardoso - FHC para o governo Lula (2003-2011), no qual ocorreu uma perspectiva de aumento das ocupações com a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, que se diferencia do I PNRA pois este já trazia retrocessos em relação ao Estatuto da Terra onde citava-se que seria evitado, sempre que possível, a desapropriação de latifúndios, deixando clara a intenção do governo em destruir o processo de reforma agrária.

Para Oliveira (2007), o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) - (1995-2003), comparado com os anteriores (Sarney de 1985-1990, e Collor 1990-1992/Itamar 1992-1995), conforme dados divulgados pelo INCRA, assentou nos primeiros 6 anos apenas 373.210 famílias em 3.505 assentamentos rurais, fazendo com que houvesse uma pressão exercida pelos movimentos sociais para um aumento das ocupações, forçando o governo FHC a ampliar os

assentamentos e dessa forma daria uma resposta à essa pressão. Houve então um crescimento expressivo de assentamentos ano a ano no período de 1995 a 2000. Porém a política de reforma agrária no governo de FHC passou por momentos históricos e estratégias diferenciadas para a que não se concretizasse a reforma agrária. Uma delas foi a criminalização das lideranças do MST que lutavam pela terra e redução das grilagens pelos latifundiários.

Oliveira (2007), ainda relata que os sem-terra receberam como resposta deste governo, também, a repressão policial e a violência o que culminou em diversos massacres como foram os casos do Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo, do massacre de Corumbiara em Rondônia e Eldorado do Carajás no Pará. Outra estratégia foi implementar medidas ditas legais realizadas pelo MDA com o objetivo de assegurar as dívidas ruralistas e a criação do Imposto Territorial Rural (ITR), depois criou-se o Projeto Cédula da Terra e o Banco da Terra visando uma contra reforma agrária por via de mercados. Para agravar ainda mais a situação foram criadas duas medidas provisórias, a MP 2.109 que proibiu a vistoria, por dois anos, em imóveis ocupados (155 imóveis estiverem nessa condição) e Portaria/MDA/nº 62 de 27/03/2001, que exclui os assentados da reforma agrária devidos “atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais”. Além destas medidas, instauradas pelo FHC, outra forma de enganar as lideranças e os requerentes da reforma agrária foi uma campanha pela televisão e em material impresso que anunciava a inscrição para assentamentos da reforma agrária pelo correio, afirmando que a “porta está aberta para a reforma agrária, é só entrar e inscrever-se”.

Oliveira (2007) destaca outras estratégias de coibição da reforma agrária, visando enfraquecer o movimento MST, a criação de novos movimentos sociais que são simpatizantes do governo FHC com táticas de negociação e não de ocupação. O MDA propôs também como tática de inibição da reforma agrária os estudos intelectuais que discutiam o tema por meio de seminários auxiliando na elaboração de ações do governo formando uma frente de ação intelectual de crítica aos movimentos e suas lideranças. O MDA também criou Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) com o intuito de promover ações de apoio à agricultura familiar. O MST foi praticamente, a única força social de oposição ao governo de FHC, por isso a campanha daquele governo para tentar destruí-lo.

Para Oliveira (2007), a eleição de Lula para a Presidência da República propiciou aos movimentos dos trabalhadores do campo a esperança de realização da reforma agrária. Para mostrar a confiança e a pressão sobre o governo para que o mesmo fizesse concretizar a distribuição de terras, aumentaram consideravelmente os acampamentos, as ocupações e as mobilizações, destacando a Marcha para Brasília, organizada pelo Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo o que fez com que os fazendeiros aumentassem a resposta a estas

ações de forma mais violenta do que ocorria antes.

Entre 1995 e 2018, para Cattelan, Moraes e Rossoni (2020), as principais características foram o aumento das ações do poder público para programas de reforma agrária no primeiro mandato FHC e redução no segundo mandato. Esse fato também é válido para os dois mandatos de Lula, contudo, o primeiro mandato foi o que mais assentou famílias, que apresentou as maiores áreas para assentamentos e o maior número de projetos.

No governo de Dilma Rousseff (2011-2016), houve uma diminuição das ações da reforma agrária, sendo que o final do seu primeiro mandato (2014) apresenta índices maiores que o de 1998, último ano do primeiro mandato FHC.

Para Cattelan, Moraes e Rossoni (2020), o governo Dilma foi um período de descrédito para a reforma agrária. O MST perdeu forças e as ocupações podem ter se reduzido devido à falta de perspectiva quanto às desapropriações. Posicionou o governo Dilma como “um real desastre para a reforma agrária”, simplesmente abandonando os projetos de redistribuição de terras.

De acordo com Feijó (2013), o governo da presidente Dilma decidiu divulgar a Cartilha Plano Safra, especificando o plano lançado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), vigente de julho/2013 a junho/2014, é pioneiro na inclusão do público da reforma agrária, fortalecendo a agricultura familiar e aumentando a renda em 52% em 10 anos possibilitando que mais de 3,7 milhões de pessoas ascendessem para a classe média. Destaca-se que anteriormente os agricultores assentados não podiam acessar esse tipo de crédito. Houve, contudo, uma importância para a melhora na distribuição dos recursos, porém, o valor bruto aplicado não acompanhou o aumento dos destinatários da política.

Com o golpe de Temer, e a destituição de Dilma, ressaltou-se que o governo do presidente Temer, a partir de meados de 2016, bateu recordes ainda mais baixos, praticamente extinguindo a política de reforma agrária e promovendo apenas ações para se evitar confrontos, sem falar na extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). De acordo com Fernandes *et al.* (2017), no governo de Michel Temer iniciou-se uma nova fase de vantagens do agronegócio sobre a agricultura familiar, onde se priorizava o setor que mais contribuía para o superávit brasileiro, gerando muitas vezes, concentração de terras e exclusão dos pequenos produtores.

Para Fernandes *et al.* (2020), quando a faixa presidencial foi repassada de Temer para Jair Bolsonaro em janeiro de 2019, inaugurou-se uma nova fase de descontinuidade da reforma

agrária, sendo neste governo a pior desde 1985. Em 2019 nenhuma propriedade foi desapropriada para fins de reforma agrária e o governo reconheceu apenas dois territórios quilombolas. Sendo presidente de extrema direita tem propagado o ódio contra a esquerda e disseminando notícias falsas e de fobia à todas as relações sociais.

De acordo com o relatório DATALUTA BRASIL, 2019 foi o pior ano para a reforma agrária, marcado pela violência e aumento dos assassinatos o que já era previsto desde a campanha de Bolsonaro cujo discurso era em defesa dos ruralistas e latifundiários.

Ao assumir seu terceiro mandato, a partir de janeiro de 2023, espera-se que o presidente Lula promova uma ampliação da reforma agrária e o fortalecimento de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Observa-se que os governos, em sua maioria, não priorizam o PNRA uma vez que quase nunca atendem plenamente as reivindicações dos movimentos sociais e levam décadas para se concluir um projeto de assentamento. Um exemplo disso é o caso do Terra Firme cujo processo se arrasta por quase 20 anos, dificultando o acesso das famílias às políticas públicas que possibilitarão seu desenvolvimento.

As lutas pela propriedade das terras e pelas políticas públicas para o desenvolvimento das mesmas, de acordo com Deere (2004), se deram também com as reivindicações das mulheres, que após 12 anos se fortaleceram em manifestações para acesso ao título de propriedade conjunta para casais apoiado por alguns movimentos rurais tais, como a Marcha das Margaridas, que foi coordenada pela Comissão de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em aliança com uma das organizações regionais de mulheres rurais autônomas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) dentre outros grupos. Os movimentos se organizavam para dar força às mulheres na busca pelo direito à terra e, confrontando o Estado nessa questão, fazendo com que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) revisasse seus regulamentos.

Deere (2004) esclarece ainda que uma das maiores reivindicações foi pelo apoio do Estado para que ele libere o acesso das mulheres trabalhadoras rurais às políticas públicas de reforma agrária, e pela consolidação da norma que emita a documentação do assentamento ou parcela em nome do casal e/ou no nome da mulher quando esta for solteira. A agricultura familiar desde os anos de 1990 quando de seu reconhecimento como categoria social e de ação política durante muito tempo não foi considerada relevante para o desenvolvimento rural. Pesquisadores e estudiosos como Van Der Ploeg (2014) e Schneider (2007) tiveram que recorrer a diferentes estudos comparados sobre o desenvolvimento dos países europeus

(Alemanha, França, Polônia), asiático (Japão) e norte-americanos para demonstrar a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento da sociedade mundial e brasileira. Um fator importante foi o resgate das análises de Chayanov (1974) em relação ao campesinato. No Brasil, essa revisão observa-se nos trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1998), Wanderley (1997), Romeiro (1998) e Costa (2000). Apesar desses autores utilizarem também as denominações camponês e pequenos produtores, constata-se a predominância do termo agricultor familiar, demarcado pelo surgimento do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) no início dos anos 1990. Apesar do reconhecimento da expressão agricultura familiar no debate acadêmico e nas políticas públicas, a partir dos anos 1990, a questão da diferenciação interna impõe algumas dificuldades como os critérios para identificar agricultores familiares (SCHIMITZ, 2008).

De acordo com Silva (2022), a partir da publicação da Lei n. 11.326/2006, é que foi possível definir melhor o conceito de agricultor familiar para que se conseguisse uma afirmação no cenário social e político brasileiro. Assim, o agricultor é considerado um empreendedor rural que não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilizando predominantemente gerência e mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; com um percentual mínimo da renda familiar, na forma definida pelo Poder Executivo.

Para melhor compreensão da questão agrária, o próximo item abordará as políticas agrárias nos diferentes governos brasileiros, destacando seus avanços e retrocessos ao longo do tempo.

2.1 A Reforma Agrária nos diferentes governos

Levando em consideração a situação objetiva e subjetiva que condiciona a luta de classes no campo e no país como um todo, desde os governos José Sarney até Bolsonaro demonstraram claro descompromisso político em promover uma reforma agrária efetiva. Pelo contrário, o que se fez foram atos que ocultaram e possibilitaram a perpetuação dos latifúndios (STÉDILE, 2013). Para Stédile, é necessário democratizar o acesso à terra, aos bens da natureza e aos meios de produção na agricultura a todos que querem dela viver e nela trabalhar.

De acordo com Oliveira (2008), cabe ao governo federal garantir, conforme reza o Artigo 184 da Constituição de 1988, o acesso à terra com a desapropriação, por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização de seus donos, com títulos da dívida agrária. Nesse sentido,

compreender a problemática da reforma agrária e as políticas de assentamento implementadas por diferentes governos torna-se fundamental para uma análise mais ampla da questão agrária no Brasil, bem como para o entendimento dos processos de criação de assentamentos ao longo dos distintos planos de governo.

As propostas dos governos para a formação dos assentamentos, de uma maneira geral, demonstram também ter seu processo de formação impactado pelas diferentes formas de abordagens e políticas dos governos do Brasil ao longo do tempo. O Projeto de Assentamento deste estudo, desde sua criação em 2004, até os dias atuais, possivelmente teve sua estrutura de formação afetada com impactos de políticas governamentais, uma vez que, após 20 anos de luta, ainda não se concretizou.

Os itens a seguir apresentam a maneira como cada governo brasileiro tratou a questão agrária, evidenciando suas ações, políticas públicas e posicionamentos assumidos diante da reforma agrária.

2.1.1 A Reforma Agrária no Governo José Sarney (1985-1990)

Iniciaremos a análise a partir do governo de José Sarney, considerando suas ações e diretrizes em relação à questão agrária e às políticas de reforma agrária implementadas em seu mandato.

De acordo com Fernandes e Coca (2008) após a redemocratização do Brasil, na década de 1980, algumas iniciativas foram lançadas com o objetivo de acelerar o financiamento fundiário e reduzir as desigualdades sociais no campo. Com a morte de Tancredo Neves e o empossamento do presidente José Sarney (1985-1990), foi fortalecida a ideia de criar um plano para implementar o Estatuto da Terra. Sob a liderança de José Gomes da Silva, então presidente do INCRA, elaborou-se uma primeira proposta com esta finalidade, o que previa uma ampla desconcentração fundiária no país, sendo assim considerado um plano audacioso. Para tocar o projeto, o governo criou o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária, o MIRAD. No entanto, antes de sua implementação, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) sofreu algumas alterações as quais foram executadas para atender a interesses latifundiários ou ligados a eles.

Para Oliveira (2008), a fundação da União Democrática Ruralista (UDR), em agosto de 1985 na cidade de Goiânia/GO, teve o intuito de apoiar os latifundiários na luta contra a reforma agrária proposta pelo I PNRA e contra o avanço dos movimentos camponeses sem-terra.

Nesse contexto, para Oliveira (2008, p.126), o governo de José Sarney (1985-1990), investiu na propaganda governamental com o objetivo de alimentar a ilusão de que um dia a Reforma Agrária viria. No entanto não conseguiram cumprir a meta do I PNRA que previa, para assentamento entre 1985 e 1989, o total de 1.400.000 famílias em uma área de 43.090.000 hectares (ha). Segundo as metas do 1º PNRA, na região Norte seriam assentadas 140.000 famílias em 10.080.000 ha; na região Nordeste seriam 630.000 famílias em 18.900.000 ha; na região Centro-Oeste seriam 210.000 famílias em 7.560.000 ha; na região Sudeste seriam 280.000 famílias em 4.370.000 ha; e na região Sul cerca de 140.000 famílias em 2.180.000 ha. O cumprimento das metas não era de interesse político nem do governo nem dos latifundiários organizados na UDR, pois já na implantação do Plano, havia indícios do fracasso uma vez que, em parte do documento, estava constando expressamente que se evitaria, sempre que possível, a desapropriação de latifúndios, o que era ponto positivo para os latifundiários aumentando assim as tensões e lutas entre UDR, o governo Sarney e os sem-terra e posseiros (OLIVEIRA, 2008).

Para Oliveira (2008), dos números referentes ao primeiro ano do Plano (85/86) foram atingidos apenas 5% o que já demonstrava o fracasso da reforma agrária da "Nova República" de José Sarney e com isso o fim do MIRAD. No segundo ano (86/87) não houve perspectivas de melhora continuando num ritmo lento. Assim, a distribuição regional dos resultados foi a seguinte: a região Norte, como queria a UDR, foi contemplada com a maior parte dos assentamentos com 41.792 famílias (46,5% do total assentado no País); em segundo lugar ficou a região Nordeste com 24.385 famílias (27,1%); em seguida veio o Centro-Oeste com 12.775 famílias (14,2%); e por fim, no Sudeste e no Sul, foram assentadas 10.998 famílias (12,2%). Então, pode-se considerar que na região Norte apenas 18% das terras previstas foram desapropriadas; no Nordeste, 6%; no Sudeste, 4%; no Sul, 10%, e no Centro-Oeste. 12%.

De acordo com o Relatório DATALUTA Brasil (2007), considerando a ação dos movimentos socioterritoriais o governo Sarney assentou apenas 93.455 famílias (6,7%) do total prometido, em uma área desapropriada de 4,8 milhões de hectares, ou seja, 1,5% da previsão no período de 1985 a 1989. Depois de dois anos, menos de 10% das metas do I PNRA tinham sido implantadas demonstrando a falta de vontade política e a prevalência da defesa dos interesses dos latifundiários organizados na UDR, que tinham como opositores o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outras organizações similares que defendiam, além da reforma agrária, os direitos dos trabalhadores sem-terra e dos excluídos dos benefícios do crescimento econômico.

O movimento passou a promover o surgimento dos acampamentos próximos a grandes áreas de terras improdutivas, intensificando as ocupações para pressionar o governo pela desapropriação de grandes fazendas improdutivas, reforçando a luta pela redistribuição fundiária, especialmente na Amazônia, onde grandes empresas agropecuárias expandiam-se rapidamente (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

Para Mendes (2022), ocorreram manobras do governo como as modificações no texto; a demissão do presidente do INCRA, José Gomes da Silva, que não concordava com as atrocidades compactuadas pelo governo juntamente com o latifúndio em detrimento dos trabalhadores; o não cumprimento das metas propostas e a quantidade de acampamentos de luta pela terra, que culminaram na modificação do PNRA em desfavor da Reforma Agrária. Tudo isso ocasionou o aumento dos números da violência no campo, tendo ocorrido 222 mortes somente para o ano de 1985 e o assassinato do padre Josimo Tavares, em 10 de maio de 1986, por pistoleiros a serviço da UDR. A contagem dos inúmeros atos violentos, também foram registrados por membros da Comissão Pastoral da Terra desde 1985 com a publicação do Caderno de Conflitos no Campo onde se contabilizava diversas formas de violência, contra trabalhadores do campo desde 1980.

Assim, para Mendes (2022) entende-se que a verdadeira reforma agrária deverá ser resultado da própria ação e movimentação dos trabalhadores rurais, de sua organização e de sua luta, mesmo que na marra, uma vez que os verdadeiros beneficiários da Constituinte de 1988 eram a burguesia latifundista e a UDR.

Com o fim do governo Sarney, as expectativas de continuidade e aprofundamento da reforma agrária se tornaram incertas diante das mudanças de orientação política que viriam com o governo seguinte.

2.1.2 Os Governos Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994)

Com a chegada de Fernando Collor de Mello ao poder, em 1990, observou-se um retrocesso significativo nas políticas de reforma agrária.

Conforme Stédile (2013), Fernando Collor quando eleito para presidente da república do Brasil em 1989, foi o primeiro presidente eleito por voto direto depois do golpe militar de 1964. Neste governo, os movimentos socioterritoriais sofreram forte repressão política, principalmente o MST, com a invasão, por parte do governo, de secretarias do movimento e a prisão de lideranças em diversos estados. Esta repressão foi causa determinante de retrocessos nas ações dos sem-terra, dificultando o processo de luta e de territorialização dos

assentamentos.

Assim, para Oliveira (2008) desde o início, fica evidente que as metas estabelecidas em seu programa de governo, que seria assentar 500 mil famílias entre 1990 e 1994, não seriam cumpridas, pois já se tinha uma proposta de redução expressiva destas metas que era apenas 35% do que foi proposto e não cumprido por Sarney. Com a ocupação do Ministério da Agricultura por Antônio Cabrera, oriundo de família de latifundiários e, sabidamente, ligado à UDR, houve um agravamento dos cumprimentos das propostas de Collor. Após dois primeiros anos do governo Collor, menos de 30 mil famílias tinham sido assentadas, o que reafirmava também, a decisão política de não se promover a reforma agrária no Brasil.

Conforme Coca (2008), em janeiro 1992, o governo Collor lançou o programa de reforma agrária, denominado “Programa da Terra”, como sua proposta de reforma agrária, objetivando assentar, naquele ano, 50 mil famílias com desapropriação de 2,9 milhões de hectares de terras - dos quais 735 mil já estavam disponíveis; destinar, através do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), 114 bilhões de cruzeiros para os assentados. Além disso o governo pretendia emancipar, ou seja, dar acesso a direitos e serviços, e a independência econômica das famílias, dez mil famílias assentadas; destinar 30 bilhões do Banco do Brasil para crédito fundiário a pequenos agricultores; dar assistência técnica às famílias assentadas e descentralizar a reforma agrária, envolvendo estados, municípios e entidades privadas, etc. Com o impeachment de Collor esse programa se extinguiu prematuramente, resultando no assentamento de apenas 42.030 famílias em 288 projetos assentamentos (DATALUTA, 2007).

Para Oliveira (2008), com a renúncia de Collor, depois do processo de impeachment em 1992, devido a denúncias de corrupção, assumiu o vice Itamar Franco para cumprir o restante do mandato (1993-94).

Durante o governo Itamar Franco foram aprovadas pelo Congresso Nacional duas leis importantes para o processo de Reforma Agrária: a Lei nº 8.629, de 25/02/93, e a Lei Complementar nº 76, de 06/07/93, que passaram a estabelecer, respectivamente, a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária e sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóveis rurais que não estejam cumprindo a função social determinada pela Constituição Federal de 1988, para fins de reforma agrária no Brasil (OLIVEIRA, 2007).

De acordo com Mattei (2012), neste período, também foi retomado um programa emergencial de reforma agrária que previa o assentamento de 80 mil famílias de agricultores ao

longo dos dois anos de seu mandato. Entretanto, ao final de 1994, verificou-se que foram implantados cerca de 150 projetos de assentamento, os quais atenderam aproximadamente 23 mil famílias de sem-terra.

Pode-se afirmar que, durante os governos Collor e Itamar (1990-1994), pouco se fez pela reforma agrária, sendo apenas regularizados os títulos de posse, implementados em programas de arrendamento rural (uma versão piorada dos projetos de colonização dos governos militares) e executados alguns planos de assentamentos de trabalhadores rurais que atingiram menos de 10% das metas inicialmente previstas para o período (MATTEI, 2012). Segundo dados divulgados pelo INCRA, menos de 50 mil famílias tinham sido assentadas entre 1990 e 1994. Metade do número de assentados em referência ao governo Sarney.

Conforme Fernandes *et. al.* (2008) à época do governo Collor ocorreram fortes opressões conta o MST fazendo reduzir o número de assentamentos. Dessa maneira, o movimento se organizou internamente, consolidando suas táticas de atuação e ampliando suas bases de apoio, conseguindo assim aumentar as dimensões de suas ações. Esse procedimento fortaleceu o MST e com o fim do Governo Collor, apresentaram ao novo presidente, o vice Itamar Franco, um conjunto de medidas para viabilizar a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura familiar, como políticas de crédito e de criação de infraestrutura social nos assentamentos rurais.

O fortalecimento do movimento, fez com que Itamar Franco recebesse o MST para ouvir suas reivindicações e propor negociações, o que foi um reconhecimento político muito importante para a luta. A partir disso, se abriram inúmeras portas para o MST no governo, proporcionando assinaturas de vários convênios de melhorias para os assentamentos (STÉDILE e FERNANDES, 2005).

Após a renúncia de Collor e o governo interino de Itamar Franco, a chegada de Fernando Henrique Cardoso ao poder, a partir de 1995, trouxe um novo desenho institucional para a política agrária.

2.1.3 Os Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1998 e 1999 - 2002)

Neste governo abordou-se a conciliação de instrumentos de mercado (como a compra de terras) com o discurso da inclusão social, buscando promover uma reforma agrária mais tecnocrática, com foco na eficiência econômica e na contenção de conflitos sociais no campo.

O tema da reforma agrária não teve uma expressão significativa na disputa eleitoral de 1994. Dessa maneira, Oliveira (2007) destaca que Fernando Henrique Cardoso (FHC) assumiu

a presidência da república com uma proposta de reforma agrária muito menor do que a de governos anteriores. Enquanto Sarney propunha assentar 1.400.000 famílias, Collor propôs o assentamento de 500.000 famílias e FHC propunha assentar em quatro anos de governo (95/98) apenas um total de 280.000 famílias.

Embora reconhecesse a necessidade de mudanças em favor da desconcentração da propriedade da terra e da “agricultura familiar”, o programa do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – partido hegemônico no governo – de fato não associava a reforma agrária à transformação da estrutura fundiária brasileira, à democratização do poder político, ao crescimento do produto agrícola nem à mudança do modelo de desenvolvimento econômico, entendida como ampliação e fortalecimento do mercado interno de massas e redistribuição substantiva de renda e riqueza (STÉDILE, 2013, p. 21).

Na segunda metade do ano de 1998, final do primeiro mandato do primeiro governo de FHC, foi um período de experiência ultraliberal, com diminuição das regulamentações e aumento das privatizações de empresas públicas o que pode ocasionar aumento da desigualdade social e redução e precarização do trabalho. No segundo mandato, houve uma tentativa de reorganizar o déficit das contas externas, objetivando enfrentar a fragilidade da economia brasileira em relação ao mercado internacional, adotou-se uma série de medidas para fortalecer o setor e diminuir a dependência do Brasil em relação a capitais instáveis. Assim, o Brasil adotou o sistema de câmbio flutuante o que permitiu a oscilação do real conforme variações do mercado o que diminuiu a pressão e aumentou a estabilidade sobre as reservas internacionais. Nessa década relança-se a estratégia do agronegócio, com novos ingredientes que podem ser avanços tecnológicos, práticas sustentáveis, orientação com a segurança alimentar dentre outras para se consolidar no país como um dos principais produtores e exportadores de alimentos no mundo (CATELAN e FERNANDES, 2008).

Para Vieira (2014, p. 79), “as iniciativas de governo não significaram avanços estruturais”, ocasionando atrasos nos processos de conclusão de assentamentos ou não possibilitando a conclusão destes, pois não houve desapropriações de terras nas regiões de interesses das corporações para garantir o apoio político do agronegócio, mesmo sabendo que as terras eram públicas e declaradamente griladas.

De acordo com Oliveira (2007), enquanto o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) propunha a defesa da reforma agrária e buscando com isso reduzir a prática da grilagem de terras pelos grandes fazendeiros, teve como resposta e estratégia de governo a violência policial e a criminalização das lideranças dos movimentos sociais. Depois como nova

tentativa de não dar andamento ao processo de reforma agrária, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) criou a Cédula da Terra e o Banco da Terra. Outras duas medidas criadas para inibir o processo de reforma agrária foi a Medida Provisória (MP) 2.109 que proibiu, por dois anos, a vistoria em imóveis ocupados (155 imóveis estiverem nessa condição), sendo que a suspensão das vistorias era vista pelos movimentos sociais como uma tentativa de atender aos interesses de grandes proprietários rurais e enfraquecer a reforma agrária, ocasionando atraso nas políticas de redistribuição de terras e aumento das tensões no campo. E a Portaria/MDA/nº 62 de 27/03/2001, que exclui os assentados da reforma agrária caso estivessem envolvidos em “atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais”. Por fim, a última medida foi a inscrição para assentamentos da reforma agrária feita pelo Correios, anunciada pela televisão e de forma impressa expressava que a “porteira está aberta para a reforma agrária, é só entrar e inscrever-se”, foi outra forma encontrada pelo governo para distorcer os princípios constituídos pelos movimentos sociais para concretização da reforma agrária.

Outras estratégias de inibir o movimento da reforma agrária pelo governo FHC foi a criação de novos movimentos sociais que não fazem ocupações de terras e sim conversas e negociações e o uso de atividades intelectuais como reuniões e seminários para discussão do tema e auxiliar na elaboração de políticas de governo em forma de ação intelectual. Por fim, a tentativa do governo de descharacterizar a imagem das lideranças do MST, por meio da mídia vinculando notícias que poderia alterar a imagem da população a respeito do MST e reforma agrária. Houve também a criação do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), com intenção de promover estudos direcionados para a agricultura familiar o que poderia ser transformado em políticas públicas de desenvolvimento econômico e social a serem acessadas pelas famílias de agricultores. O MST foi a principal força social que se opôs ao governo de Fernando Henrique Cardoso, por isso houve o direcionamento de campanha para tentar destruí-lo (OLIVEIRA, 2007).

Para Fernandes *et al.* (2008) o descaso do governo FHC com a reforma agrária, tratando o tema como insignificante e desnecessário ao desenvolvimento social, foi motivo para ocasionar grande pressão dos movimentos sociais que denunciavam as terras griladas pelos grandes latifundiários. Foram os casos do Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo, do Massacre de Corumbiara em Rondônia e Eldorado do Carajás no Pará. Com a pressão, neste período, ocorrerem os massacres de Corumbiara (RO), em que pelo menos 10 sem-terra foram mortos por policiais, no dia 9 de agosto de 1995, e de Eldorado de Carajás (PA), ocorrido em 17 de abril de 1996 resultando no assassinato de 19 pessoas, tornaram a luta no campo visível mundialmente.

Para Oliveira (2007), os dois massacres representavam a posição das elites latifundiárias brasileiras e o governo em não ceder em relação à questão da terra e da reforma agrária. O apoio dos grandes fazendeiros à base de sustentação política do governo FHC, possibilitou uma troca de apoios políticos, os quais foram compensados com políticas públicas favoráveis ao agronegócio, como renegociação de dívidas rurais ocasionadas pela Lei 9.138/1995, que criou programas de refinanciamento de dívidas rurais, e programas de incentivo à exportação e ampliação de crédito rural em contrapartida da repressão dos movimentos sociais e trabalhadores rurais. Esta repressão se fortaleceu com a criação da Portaria MDA nº 62 (2001) que estabelecia a exclusão de assentados que participassem de ocupações de terras, deslegitimando assim as ações de movimentos sociais. Forças policiais e de milícias privadas também foram utilizadas como forma de repressão. Diante da situação, o número de ocupações de terra aumentou neste governo fazendo com que houvesse uma elevação do número de assentamentos evidenciando a reforma agrária como necessária em resposta à pressão social.

Para Fernandes *et.al.* (2008), a pressão resultou, ainda no primeiro mandato de Cardoso, no lançamento do programa de reforma agrária que teve como base a amenização da pobreza rural influenciada diretamente pelo Banco Central, o que levou as políticas de redistribuição de terras a serem abordadas como políticas de “mercado”, onde as compras e vendas de terra não passaram de meras transações de mercado mas que foram vistas, principalmente pelo governo, como fatores equilibrantes entre a pressão social e a necessidade de manter estável o setor agrícola.

Conforme Stédile (2013), o acesso do/a trabalhador/a pobre à terra seria tratado pelo Banco Mundial, de maneira individualizada, em função da urgência dos necessitados e da gravidade da situação social da região em conflito, entendendo a política de assentamento como uma política assistencialista, ou seja, políticas voltadas a fornecer condições básicas para trabalhadores/as rurais sem-terra, sem necessariamente promover uma estrutura de apoio que permita autonomia e desenvolvimento sustentável a longo prazo. Dessa forma, o desenvolvimento e a intensidade da “reforma agrária” ficariam limitados ao banco ter orçamentos disponíveis, além da burocratização para se ter acesso aos recursos, a falta de acompanhamento técnico e social e a ausência de planejamento integrado, o que dificulta cada vez mais a prosperidade dos trabalhadores/as, permitindo mais uma vez, que o latifundiário se sobreponha.

Oliveira (2007) apurou que, entre os anos de 1995 e 2000, houve um crescimento no número de famílias assentadas até 1998, quando se chegou a um pouco mais de 83 mil famílias, e diminuição significativa em 1999 (assentou-se pouco mais de 57 mil famílias) e em 2000 com

o assentamento de apenas 39 mil famílias. Nota-se, claramente, uma política de redução dos assentamentos pelo governo FHC. Conforme dados divulgados pelo INCRA, constatou-se que o governo chegou numa totalidade de 490 mil famílias assentadas, proporcionalmente sendo 62% na região Amazônica, 22% no Nordeste, 10% no Centro-Sudeste e 6% na região Sul.

De acordo com Alentejano (2020), no final do governo FHC, mais especificamente entre 2000/2002, foram emitidos 62.196 títulos definitivos de propriedades rurais, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Logo depois tal política foi praticamente abandonada, de forma que entre 2003 e 2015 foram emitidos apenas 22.729 títulos definitivos.

Não existe estatística confiável para quantificar as famílias assentadas. O próprio Incra registrou, ao menos, três cifras diferentes em relação ao número de famílias assentadas, entre janeiro de 1995 e dezembro de 2002. Os dados divulgados pelo MDA em 10 de março de 2003, contabilizam 507,8 mil famílias; ao passo que a Auditoria de Controle Especial registra 506,8 mil famílias. O Sistema de Informações de Projetos de Assentamentos (SIPRA) registra 482,5 mil famílias. Para além desses números, o II Plano Nacional de Reforma Agrária contabiliza 524.380 famílias (FERNANDES *et.al.*, p. 74).

Pode-se dizer que a divergência reflete tanto um embate político quanto diferenças nos métodos de contagem. Enquanto o governo buscava consolidar uma imagem de compromisso com a reforma agrária, os movimentos sociais e especialistas apontavam que os números inflacionados não correspondiam à realidade do campo. Esses fatores ressaltam as limitações do período no avanço efetivo da redistribuição de terras no Brasil (OLIVEIRA, 2007).

Assim, destaca-se que a quantidade de famílias que foram efetivamente assentadas comprova o absoluto descaso com os problemas do trabalhador do campo que teve suas expectativas políticas sufocadas pela alegação de não ter recursos ou ter escassez de recursos para atender às demandas da reforma agrária. Então os sem-terra viam na eleição do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, a esperança de concretização da reforma agrária (STÉDILE, 2013). Ao final de seu governo, permaneciam os grandes desafios estruturais no campo brasileiro, especialmente quanto à concentração fundiária, aos conflitos agrários e à efetiva inclusão produtiva das famílias assentadas. Mas espera-se no governo seguinte mudanças na questão da Reforma Agrária.

2.1.4 Os Governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010)

Esperava-se que, por ser oriundo da classe trabalhadora e por ter construído sua trajetória

política em diálogo com movimentos populares, seu governo promovesse uma ruptura com as políticas neoliberais de seus antecessores e adotasse uma postura mais incisiva na redistribuição de terras.

Para Oliveira (2007), os trabalhadores/as do campo que se inscreveram como candidatos/as à beneficiários/as da reforma agrária virtual pelos correios, proposta lançada no final do governo de FHC, aguardam que o governo LULA dê continuidade à implementação dessa política, assentando os mais 800 mil inscritos, uma vez que este governo possui histórica proximidade com os movimentos sociais, como o MST, e com o tema Reforma Agrária. Contudo, o assentamento dos inscritos não ocorreu na velocidade esperada devido a desafios políticos, econômicos e burocráticos. Outros agricultores/as, sendo mais de 220 mil, foram para os acampamentos e ocupações, como forma de pressionar o governo na concretização dos projetos de assentamentos.

Enquanto a reforma agrária não vai sendo feita, a luta continua a marcar os campos do país. E não há sinal nenhum de que ela vá diminuir. Ao contrário, o surgimento de novos movimentos sociais indica que ela continuará a crescer. A queda as ocupações no final do governo FHC, significou recuo tático e acúmulo de forças para se retornar à luta.

De acordo com Cattelan, Moraes e Rossoni, (2020), com a promessa de concretização da reforma agrária no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) os anseios dos movimentos sociais e das diversas famílias que aguardavam a regularização dos processos de assentamento de reforma agrária voltavam a surgir.

Stédile (2013) alega que as expectativas destes movimentos sociais e dos/as trabalhadores/as da terra, em relação ao governo Lula em dar andamento ao projeto de reforma agrária foram frustrados com a demissão de Marcelo Rezende, Superintendente do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e que detinha a admiração de membros da Pastoral da Terra e do MST, a pedido da bancada ruralista, o que demonstrou ainda mais o domínio da direita sobre o governo de Lula. Com a demissão, ficou clara a intenção de não se fazer reforma agrária.

De acordo com Oliveira (2007), para amenizar a situação, o governo Lula lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PNDAF), destacando seu

importante papel na agricultura brasileira:

“em toda a década de 90, a agricultura familiar teve aumento de produtividade maior que a patronal: entre 1989 e 1999, aumentou sua produção em 3,79%, apesar de ter tido uma perda de renda real de 4,74%. A agricultura patronal, no mesmo período, teve perda menor (2,56%), mas aumentou a produção em apenas 2,60%. E este desempenho tem ocorrido sem que haja um acesso ao crédito proporcional à sua participação na produção. A agricultura familiar, que responde por 37,8% da produção, consome apenas 25,3% do crédito, enquanto a agricultura patronal, que responde por 61% da produção, consome 73,8% do crédito. A comparação da agricultura patronal com a agricultura familiar quanto à capacidade de produzir renda por unidade de área é largamente favorável a esta não só na média nacional (superior ao dobro da patronal) quanto, em cada uma das regiões do País” (OLIVEIRA, 2007 p. 151).

Para Alentejano (2020), a participação da agricultura familiar no volume total de crédito rural nunca ultrapassou 17% e foi se reduzindo gradativamente ao longo do tempo. A fim de promover o desenvolvimento desse setor, ampliando sua capacidade produtiva, seria necessária uma maior destinação de recursos ao meio rural. Com esse propósito, foi criado, em 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O programa tinha como objetivo ampliar o acesso ao crédito para os agricultores familiares, visando fortalecer sua produção e promover, de maneira mais eficaz, o desenvolvimento sustentável no campo. No primeiro governo Lula o Pronaf representava em média 16,5% do total do crédito, enquanto o agronegócio abocanhava 83,5%. Já no segundo governo Lula, houve uma queda na participação do Pronaf, com o recuo no último ano do governo para 13%. Essa média em torno de 13% se manteve ao longo dos governos Dilma e Temer caindo ainda mais no governo Bolsonaro (cerca de 12%).

Apesar de sua importância econômica, nota-se também neste governo Lula, que se diz democrático, o descaso em relação a solucionar as reivindicações das famílias de agricultores/as e suas demandas relacionadas à questão da reforma agrária.

Para os/as agricultores/as do PA Terra Firme, este descaso se materializa ao longo processo de luta, iniciado em 2004, quando deram início aos acampamentos à beira da Rodovia MGC BR-497 no Distrito de Miraporanga e em terras vizinhas a área pleiteada. Por anos, estas famílias aguardavam uma resposta do INCRA, na expectativa da divulgação do Laudo de Vistoria, atestando a propriedade (Fazenda das Cabaças), como improdutiva, passo fundamental para sua desapropriação e destinação à reforma agrária.

Esta é apenas uma das etapas do processo de efetivação do assentamento que, devido a morosidade das resoluções governamentais, deixa as famílias em situação de vulnerabilidade social, ou seja, enfrentam situações de dificuldade ao acesso de direitos básicos, como saúde,

educação, moradia, trabalho, segurança e participação política, o que as expõe, cada vez mais, a riscos sociais, econômicos e culturais que comprometem sua qualidade de vida e dignidade.

Desde 2004, período que se iniciou a luta pela posse da terra, as famílias do PA Terra Firme viveram situações semelhantes: se abrigavam em barracos de lona e sobreviviam de cestas básicas distribuídas pelo INCRA.

Do ano de 2004 até 2010 ocorreram 8 processos de reintegração de posse das áreas acampadas. Nesse período, os locais de reintegração de posse não puderam ser definidos pelas lideranças do movimento social devido a perda de dados documentais, ocorridos em situações de desocupação judicializada ou forçada por militares nos locais. A cada reintegração de posse, os agricultores/as se encontravam em situação desafiadora, sendo que em uma destas desocupações ocorreu a morte de um trabalhador.

Além da falta de segurança, as famílias ainda não conseguem acesso às políticas públicas do governo, para auxiliá-las em seu desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida, pois o assentamento ainda não se concretizou.

Apesar de tantos desafios as famílias continuaram na luta. Seguiram com os acampamentos em barracos à beira de estradas e rodovias como estratégias para pressionar o governo a dar maior visibilidade à questão agrária e dinamizar o processo de concretização do acampamento Terra Firme na tentativa de se ter uma solução definitiva à situação dos acampados.

A atuação dos movimentos foi decisiva para a abertura de novos assentamentos, porém a conclusão do PA Terra Firme e o apoio do governo continuam desafiadores até hoje.

De acordo com Mattei (2012), a Tabela 1 apresenta as informações, por regiões do Brasil, sobre os PAs e o número de famílias assentadas de forma agregada e separadamente em quatro distintos períodos. Em relação aos PAs, observa-se que, até o ano de 2010, tinham sido criados 8.641 projetos, sendo 48% deles criados durante o governo FHC (1995-2002); 42% durante o governo Lula (2003-2010); 9% durante os governos Sarney, Collor e Itamar (1985-1994), e o restante anteriormente a 1985. Verifica-se que, ao longo de todo o período considerado, a região Nordeste responde por 46% do total de PAs implantados, ao passo que na região Norte situam-se 23% do total de PAs. Na região Centro-Oeste (14%), Sudeste (8%) e Sul (9%).

Durante o governo FHC, do total de assentamentos implantados, 47% localizaram-se na região Nordeste e 19% na região Norte, enquanto apenas 7% foram executados na região Sudeste do país. Este quadro não se alterou muito no governo Lula, uma vez que esses

percentuais foram de 48%, 27%, e 8%, respectivamente. Deve-se registrar que o acréscimo na região Norte pode ser devido a política de regularização fundiária implementada na Bacia Amazônica, especialmente pelo último governo.

Quanto ao número de famílias assentadas historicamente, observa-se que a região Norte lidera com 42% do total de assentados, seguida pela região Nordeste, que respondia por 33% do total de trabalhadores rurais assentados; a região Centro-Oeste com 17% e, por fim, as regiões Sul e Sudeste, cada uma com aproximadamente 4% do total. A liderança da região Norte pode ser explicada, em parte, pela dimensão dos projetos de assentamento, geralmente realizados em grandes glebas, o que permite acomodar um número maior de agricultores. Além disso, durante o período da ditadura militar (1964–1985), houve forte incentivo à ocupação da Amazônia Legal por meio de políticas de colonização e integração nacional, como os projetos de assentamento dirigidos e a abertura de rodovias (como a Transamazônica), que também contribuíram para a concentração de assentamentos nessa região. Em contrapartida, os dados elevados de assentamentos na região Norte podem não refletir exclusivamente novos projetos de reforma agrária. Isso porque o processo de regularização fundiária, prática comum nessa região, muitas vezes resulta na concessão de títulos de propriedade ou posse a famílias que já ocupavam a terra informalmente, sem que tenham sido, de fato, reassentadas por meio de desapropriação ou política de redistribuição de terras. Ainda assim, esses casos costumam ser contabilizados como se fossem novos assentamentos, o que pode inflar artificialmente os números oficiais, dando a impressão de maior atuação do Estado em termos de reforma agrária do que realmente ocorreu (MATTEI, 2012).

Tabela 1 - Projetos de Assentamento (PA) e número de famílias assentadas em três períodos distintos das regiões do Brasil

Regiões	Até 1984		1985-1994		1995-2002		2003-2010		Total de Famílias	
	PA	Famílias	PA	Famílias	PA	Famílias	PA	Famílias	PA	Famílias
Centro-Oeste	12	6.655	77	14.648	604	92.246	497	97.403	1.190	210.955
Norte	24	10.163	195	23.089	794	187.510	967	293.986	1.980	514.748
Nordeste	12	2.235	304	19.355	1.923	177.425	1.730	204.805	3.969	403.820
Sudeste	6	328	79	3.096	317	25.211	298	25.820	700	54.455
Sul	7	323	151	7.448	506	27.910	138	18.843	802	54.524
Total	61	19.704	806	67.636	4.144	510.302	3.630	640.860	8.641	1.238.502

Fonte: SIPRA/INCRA. Adaptado de Mattei (2012), pela autora.

Neste governo houve uma expectativa de continuidade e aprofundamento das políticas sociais voltadas ao campo, no entanto, o governo Dilma enfrentou dificuldades para avançar na agenda da reforma agrária, conforme veremos no item a seguir.

2.1.5 A Reforma Agrária no Governo de Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016)

Neste governo abarcaremos as expectativas e dificuldades enfrentadas para dar continuidade ao processo de Reforma Agrária.

Após o governo de Lula, a presidente Dilma Rousseff, eleita em 2010, comandou o Brasil de (2011- 2014). Reeleita em 2014, assumiu o segundo mandato (2015-2016) em meio a uma crise econômica e política. Enfrentou dificuldades crescentes, incluindo aumento da inflação, desemprego e uma queda acentuada na popularidade. O governo também foi impactado pela Operação Lava Jato, que expôs escândalos de corrupção envolvendo figuras importantes do cenário político brasileiro. Em 2016, Dilma foi submetida a um processo de impeachment, sendo acusada de "pedaladas fiscais" (manobras contábeis que teriam mascarado o déficit do orçamento público).

Em 31 de agosto de 2016, após um julgamento no Senado, ela foi destituída do cargo, assumindo seu vice Michel Temer, que também não demonstrou interesse em resolver problemas relacionados a concretização dos assentamentos. Sendo este período de governo considerado um período de descrédito para com a questão “reforma agrária” que reafirmou o abandono definitivo da questão com o encerramento definitivo dos espaços para uma solução socialmente construtiva reafirmando a importância do latifúndio como uma das bases fundamentais do padrão de acumulação e domínio do capitalismo brasileiro (STÉDILE, 2013).

Sobreiro Filho *et al.* (2018) alega que, o governo Dilma (2011-2016), diante das dificuldades de implementação das políticas de reforma agrária decidiu por uma abordagem mais “realista”; focada em atender apenas as famílias acampadas, o que estava naquele momento em torno de 120 mil. A meta desagradou a todos, principalmente as lideranças dos movimentos socio territoriais que alegavam que a mesma estava abaixo das expectativas dos trabalhadores rurais enquanto os ruralistas ficaram incrédulos com a existência de um número tão grande de pessoas a serem atendidas pela reforma agrária. Com a crise política e econômica aumentando, e com a interferência do Tribunal de Contas da União, por meio do Acordão n.º 775/2016, que apontou 578 mil possíveis irregularidades em projetos de assentamentos rurais da reforma agrária (de um total de 976.517 cadastros), a reforma agrária no país acabou oficialmente paralisada.

O INCRA recorreu da decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que questionava irregularidades na reforma agrária, logrou sucesso, mas a polêmica continuou. Comissões Parlamentares de Inquérito, como a do INCRA e da FUNAI (2017), tentaram desmoralizar a reforma agrária, tratando seus problemas como falhas em sua concepção e objetivos. Essas tentativas de ataque, novamente, vieram de políticos e ruralistas com o intuito de agravar o desmonte do Estado e o desvio de finalidades das políticas públicas (SOBREIRO FILHO *et al.* (2018)).

Para Stédile (2013) o balanço da política de assentamento dos governos democráticos é sombrio, pois enquanto o governo Lula (2003-2010) estreitou o diálogo com os movimentos sociais, fortalecendo as bases de apoio à Reforma Agrária, ocasionou maior número de assentados em comparação com o governo Dilma (2011-2016) que reduziu o ritmo da Reforma Agrária, diminuindo o foco na regularização fundiária, aumentando as tensões com movimentos sociais e impactando assim os resultados referentes ao número de famílias assentadas. A crescente discrepância entre as necessidades de obtenção de terras pelas famílias em ocupações e as respostas do Estado à quantidade de famílias efetivamente assentadas comprova o absoluto descaso com os problemas do trabalhador do campo.

As lideranças dos movimentos sociais, como o MST e o MPRA, tem buscado desde 2004 junto ao INCRA, alcançar a concretização do PA Terra Firme. De acordo com ECGR (2015), o INCRA subdividiu a área em 51 lotes. Cada um com aproximadamente 13,2 hectares, um tamanho aquém da média dos assentamentos da região. Assim, para que o projeto tivesse continuidade e as famílias não ficassem prejudicadas quanto ao tamanho do lote e área de produção que se diferenciava da maioria dos lotes na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba que é de aproximadamente 19 hectares, foi solicitado nova medição da área para verificar a possibilidade de assentar 37 e não mais 51 famílias.

Com alegação de falta de recurso e profissional para execução do serviço, as famílias continuavam aguardando a continuidade do processo e a conclusão do assentamento pelo INCRA.

No item a seguir destaca-se os avanços e retrocessos na Reforma Agrária ocasionadas no governo de Michel Temer.

2.1.6 Governo Michel Temer (2016 a 2018)

Verifica-se neste governo a adoção de uma agenda abertamente liberal e de contenção fiscal, com forte alinhamento ao setor do agronegócio e redução do diálogo com os movimentos

sociais do campo.

Com o golpe de Michel Temer, a presidente Dilma foi destituída do cargo e o governo golpista assume a presidência de 2016 a 2018, período em que, de acordo com Alentejano (2018), houve uma paralisação praticamente completa das desapropriações de terras e da titulação definitiva das terras dos assentamentos rurais existentes. Seu período de governo foi marcado por uma série de medidas contrárias aos interesses dos setores populares e movimentos sociais.

De acordo com Sobreiro Filho, *et.al.* (2018), o impeachment de Dilma Rousseff e a ascensão do que chamam de "democracia do golpe" impulsionaram uma nova fase de violência política no Brasil, nas cidades e principalmente no campo, trazendo consequências severas para as forças progressistas e movimentos sociais. Isso refletiu em assassinatos, prisões e ameaças, com o objetivo de desarticular a resistência popular e eliminar a influência dos movimentos sociais no cenário político e favorecer as elites agrárias e grupos empresariais, buscando enfraquecer ou exterminar a organização e a resistência das classes populares e da esquerda. A violência desde o golpe de maio de 2016, até março de 2018 deixou diversas lideranças da esquerda assassinadas, dentre elas: indígenas, sindicais, camponeses, quilombolas, produtores, comunitárias e recentemente a vereadora Marielle Franco.

De acordo com Alentejano (2018), no ano de 2015 não houve desapropriações de terras no Brasil e em 2016 apenas 21 imóveis foram desapropriados, totalizando 35.089 hectares.

Para Fernandes (2020) e conforme dados do INCRA, em 2017 foram emitidos 26.523 Títulos de Domínio e 97.030 Contratos de Concessão de Uso (CCU'S), ultrapassando o total somados nos últimos dez anos. Em 2019, de janeiro a setembro, foram emitidos 852 títulos definitivos e 14.868 contratos de concessão de uso.

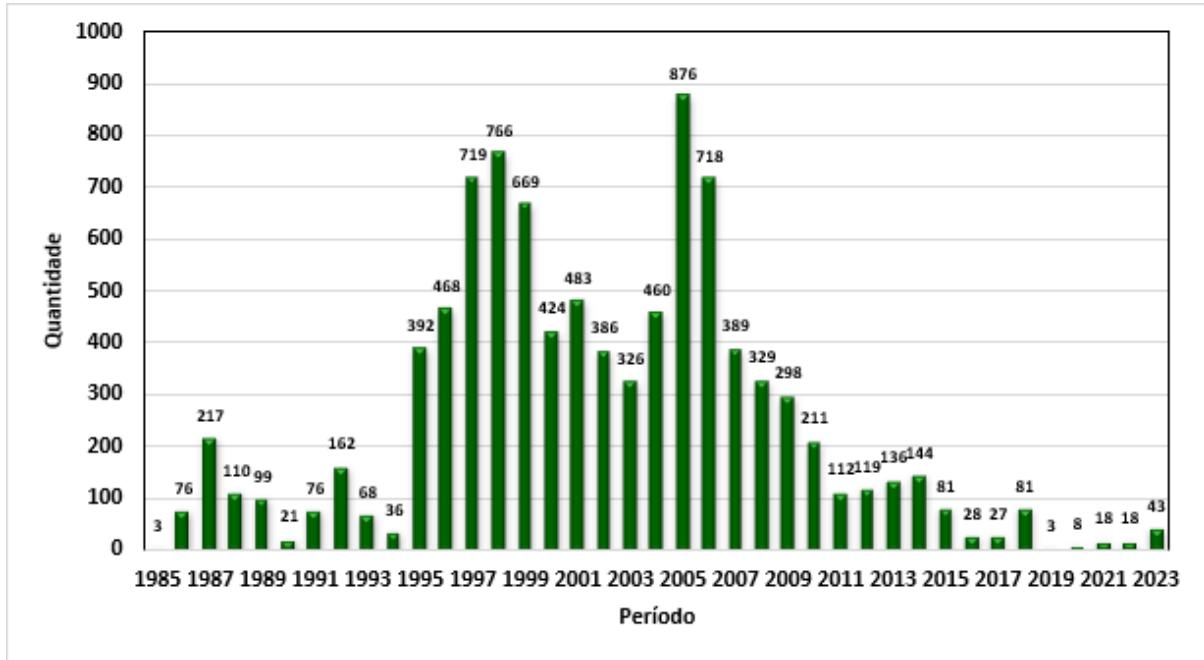
Conforme Alentejano (2018) os CCU's, têm caráter provisório assegurado aos assentados e assentadas de acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do Governo Federal de apoio à agricultura familiar. Já o Título de Domínio (TD) é uma forma de regularização fundiária que transforma a posse em propriedade definitiva, garantindo ao assentado a segurança jurídica sobre a terra. Com o Título de Domínio, o beneficiário adquire o direito de vender, transferir ou até hipotecar a terra, ao contrário do CCU, onde esses direitos não são concedidos. O CCU é a forma de titulação da terra defendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por assegurar que a terra permanecerá no domínio público, sendo mantida sob o controle das famílias assentadas, como bem público sob usufruto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e não podendo serem comercializadas como

mercadoria, possibilitando o aumento da especulação imobiliária.

Para Sobreiro Filho *et. al.* (2018), a consolidação do processo democrático e os rumos da política brasileira foram afetados com o processo de *Impeachment*. No campo, o evento interpretado por muitos como um golpe político, trouxe vários retrocessos para as classes populares e a agricultura familiar e avanços para o capitalismo agrário e as estruturas de poder ruralista, especialmente o agronegócio. As consequências mais objetivas deste processo foram a desaceleração das políticas de assentamentos rurais, reduzindo drasticamente a criação de novos assentamentos e a destinação de terras à reforma agrária; aumento da concentração de terras pelo agronegócio com o favorecimento da regularização fundiária beneficiando grileiros e grandes latifundiários; enfraquecimento dos movimentos sociais como o MST com a criminalização e aumento da repressão; mudança na concessão de títulos de terra, em vez da criação de novos assentamentos e expressivos cortes de recursos orçamentários de 2018 como por exemplo a redução de recurso para obtenção de terra para Reforma Agrária de 86,7%; diminuição do valor destinado à assistência técnica e Extensão rural para a Reforma Agrária em 85,2%; Infraestrutura em assentamentos reduziu a verba em 69,0%; promoção e fortalecimento da Agricultura Familiar de 73,7%; dentre vários outros recursos que eram destinados ao desenvolvimento da Reforma Agrária.

O cenário político e econômico do governo golpista afetou diretamente a capacidade financeira deste governo limitando sua atuação e prejudicando bruscamente o avanço da reforma agrária no Brasil, o que dificultou ainda mais a continuidade dos projetos de assentamento, deixando famílias de trabalhadores rurais em situação de vulnerabilidade, muitas vezes acampadas e aguardando a efetivação de suas posses (SOBREIRO FILHO *et al.*, 2018). A redução de verbas disponibilizadas ao INCRA pode ter contribuído significativamente para a compra tardia da fazenda das Cabaças, em Uberlândia, que teve início em 2016, e somente foi concluída em 2019 com a formalização da escritura de compra e venda, o que possivelmente teve sua condução afetada diretamente com o corte de capital, que impediu a autarquia de conduzir as desapropriações e aquisições de terras para o PNRA, causando mais uma vez atrasos na concretização deste processo.

Gráfico 1- Brasil - Número de Assentamentos Rurais Criados e Reconhecidos - 1985-2023



Fonte: INCRA/DATALUTA. Elaboração: LAGEA-UFU, (2024). Adaptado pela autora.

No entanto, de acordo com o gráfico 1, a partir de 2007, segundo mandato de Lula, a criação de assentamentos rurais começou a decrescer drasticamente. De acordo com dados recolhidos e armazenados pelo DATALUTA, em 2005, foram criados 872 assentamentos, maior volume desde que estes dados começaram a ser levantados em 1985. Já em 2006, um pouco menos: 716 assentamentos. Já em 2007, primeiro ano do governo em que o PT fez aliança com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), caiu para praticamente a metade, ou seja, 387 projetos de assentamento. Foi também durante os governos de Lula que o instrumento da desapropriação para interesse social passou a ser substituído por compra, medida antieconômica para o Estado brasileiro, seriamente agravada pelo aumento exponencial do preço da terra por conta do crescimento da valorização das *commodities*, sobretudo a soja. Em suma, a partir do segundo mandato de Lula, a formação de assentamentos só diminuiu, sobretudo no Governo de Dilma Rousseff, iniciado em 2011, que criou 81 projetos de assentamentos (LERRER, 2023).

No governo a seguir abordou-se as perspectivas para a reforma agrária marcadas por retrocessos e sinalizações de desmonte do programa tradicional de assentamentos.

2.1.7 Governo Jair Messias Bolsonaro (2019-2022)

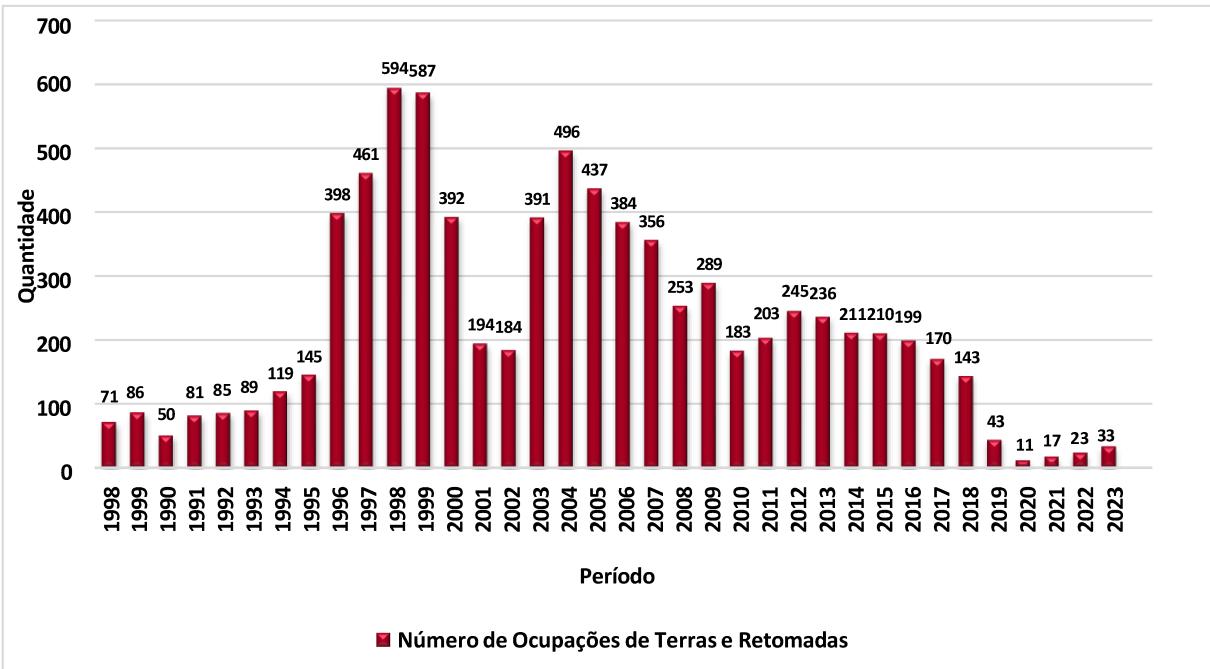
Em 2019 conforme Matta, Loss e Fernandes (2020), assume o governo o presidente

Jair Bolsonaro, que desde sua candidatura mostrava-se contra a reforma agrária e criticava os movimentos sociais. Com seu discurso deixa claro os interesses em fortalecer o agronegócio e implementar medidas prejudiciais aos movimentos do campo como suspensão dos processos para compra e desapropriação de terras e a vinculação do INCRA ao Ministério da Agricultura cujo presidente, apoiador de Bolsonaro, passa a chamar os movimentos sociais de “organização criminosa”. Dessa forma, neste governo, a reforma agrária não teve andamento, o que ocasionou a diminuição drástica do número de famílias assentadas.

Para Sauer *et al.* (2019), o governo Bolsonaro, no contexto político é marcado também pela falta de ações em políticas para as minorias como a paralisação do reconhecimento e demarcação de terras indígenas, de territórios quilombolas e da criação de assentamentos de reforma agrária, além de medidas legislativas que afetam áreas rurais, como a extinção da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, com a consequente e drástica diminuição das políticas públicas que beneficiam especificamente o público da agricultura familiar, entre outras.

A postura rígida do governo Bolsonaro contra as ocupações de terras, dificultando as negociações e aumentando as repressões policiais e jurídicas contra os movimentos sociais pode ter ocasionado uma redução das invasões de terras. Segundo dados do INCRA e DATALUTA, demonstrados no gráfico 2, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ocorreram 2.955 ocupações de imóveis rurais. Durante os oito anos de governo Lula (2003-2010), foram 2.789. Nos anos de Dilma Rousseff (2011-2016), os números caíram para 1.304. No governo Temer (2017-2018), o total foi de 313. Já no governo Bolsonaro (2019-2022), o total é de 94 e de janeiro a dezembro de 2023, primeiro ano do governo Lula (2023-atual), foram registradas 33 ocupações de terras.

Gráfico 2 - Brasil – Número de Ocupações de Terras e Retomadas



Fonte: INCRA/DATALUTA. Elaboração: LAGEA-UFU, (2024). Adaptado pela autora.

Para Alentejano (2020), no âmbito da questão agrária, o que marcou o governo foi sem dúvida a violência, o autoritarismo e a descontinuidade do processo de reforma agrária, permitindo com isso a afirmação do fascismo nas ações desenvolvimentistas do governo Bolsonaro para o setor rural do Brasil. A própria nomeação de Luiz Antônio Nabhan Garcia, presidente licenciado da União Democrática Ruralista (UDR) para a Secretaria de Assuntos Fundiários, indica que a direita, o agronegócio e o latifúndio estão cada vez mais presentes nas organizações do campo brasileiro, associada historicamente a práticas violentas de combate a ocupações de terra e assassinato de trabalhadores rurais.

De acordo com Ghiraldelli (2022), em comparação com os governos anteriores, o de Bolsonaro foi o que mais entregou títulos de propriedades rurais desde 2000. Foram entregues neste governo mais de 362 mil títulos de propriedades rurais entre 2019 e 2022, como parte do Programa Titula Brasil³. Deste total, 90% foram destinados às mulheres. O número supera os 99 mil emitidos nos dois mandatos de Lula e os 166 mil no governo Dilma, de 2011 a 2016. Ressalta-se que a maior parte destes quase 370 mil documentos entregues por Bolsonaro, de acordo com os dados do INCRA, são concessões provisórias de terras. São os chamados Contrato de Concessão de Uso (CCU), que são expedidos de 5 em 5 anos em uma atualização

³ Titula Brasil: Detalhes e informações sobre o programa - Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/titulabrasil#:~:text=O%20Programa%20Titula%20Brasil%20foi,Formul%C3%A1rio%20de%20Ades%C3%A3o%20nesta%20p%C3%A1gina>. Acesso em: 1 fev. 2025.

das famílias que já foram beneficiárias da Reforma Agrária em governos anteriores.

Durante este governo, houve um expressivo fortalecimento da Bancada Ruralista, devido a uma combinação de fatores políticos, econômicos e ideológicos que favoreceram o agronegócio e setores ligados à exploração de recursos naturais. O apoio direto do governo; a flexibilização da legislação ambiental e fundiária; a expansão das articulações políticas e o incentivo à exportação e benefícios econômicos, possibilitaram o aumento da capacidade do agronegócio de pressionar por políticas públicas que favorecessem o setor. Trata-se também de um segmento com nítidas e crescentes articulações com outras bancadas, como a evangélica e a armamentista que se fortaleceram nos últimos anos, em decorrência de políticas que atravessaram os governos FHC, Lula, Dilma e Temer e chegou ao governo Bolsonaro ainda mais fortalecida (ALENTEJANO, 2020).

Para Alentejano (2020), esse fortalecimento objetivou a criação de inúmeros projetos legislativos, no ano de 2020, um deles foi o envio ao Congresso do Projeto de Lei 191/2020, que regulamenta a exploração econômica em terras indígenas por terceiros como grandes mineradoras, latifundiários e garimpeiros. Entre as atividades liberadas estão o arrendamento de terras indígenas para a produção agropecuária, inclusive de produtos transgênicos, a mineração e o garimpo, a exploração de petróleo e a construção de usinas hidrelétricas. Segundo o projeto, os povos indígenas só poderiam vetar o garimpo, todas as outras atividades poderiam ser autorizadas mesmo contra a vontade deles, o que contraria a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que exige consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas sobre projetos que os afetem. Esse projeto enfrentou grande resistência e não teve avanços no Congresso.

Assim, sendo o agronegócio o foco deste governo, o que era de se esperar, as políticas públicas para a agricultura familiar, mais uma vez, ficaram de lado. O que já ocorria nos governos anteriores passou a vigorar com total falta de comprometimento com o assunto reforma agrária neste período, refletindo uma lentidão no processo de concretização do PA Terra Firme.

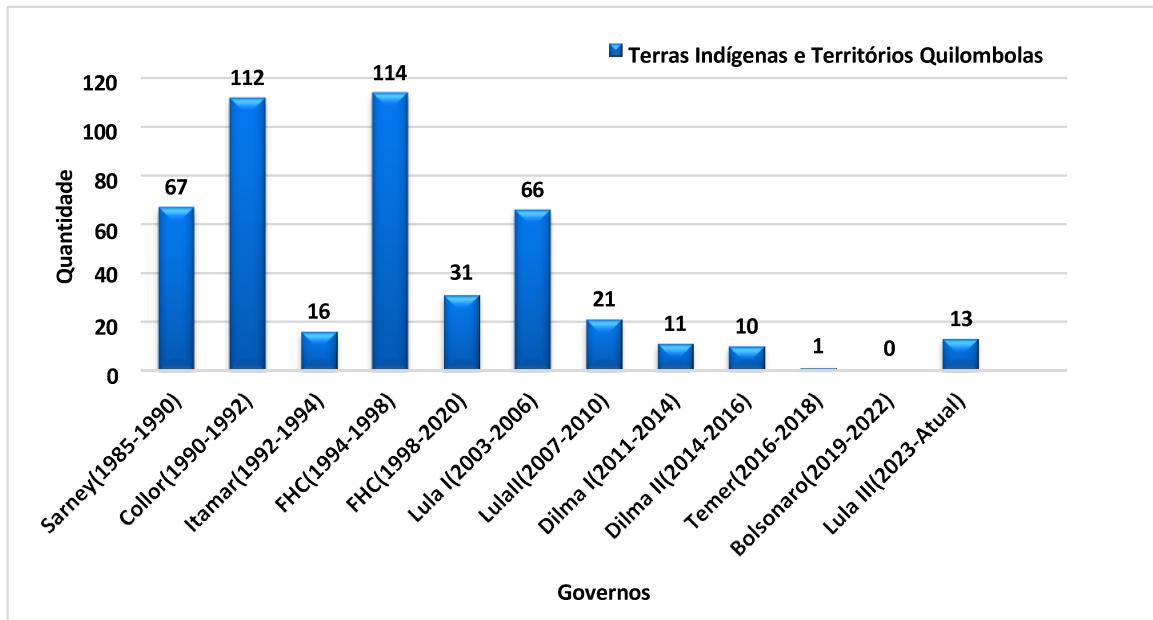
A etapa do georreferenciamento, por exemplo, que deveria ter sido feita pelo INCRA, foi executada, por um profissional terceirizado e credenciado da entidade, porém pago com recursos dos próprios acampados da área, com o intuito de agilizar o processo mediante alegação do governo de falta de verba e de profissionais especializados para a execução do serviço. Esse cenário expõe mais uma vez o descaso do governo Bolsonaro com a causa da reforma agrária.

De acordo com Ghiraldelli (2022), com base nos dados do INCRA e DATALUTA, nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, foram assentadas 9.928 famílias. Um número muito baixo em comparação com gestões anteriores que teve nos oito anos do governo FHC, 540.704 famílias assentadas; nos dois mandatos de Lula, 614.088 famílias beneficiadas e nos cinco anos de governo de Dilma Rousseff, 2011 a 2015, foram registrados 133.689 assentamentos, número que caiu para 11.831 durante o governo Temer.

Alentejano (2018) também destaca o descaso deste governo com a demarcação de terras indígenas e territórios quilombolas, o que demonstra um profundo desrespeito à Constituição que no seu artigo 231 prevê a demarcação das Terras Indígenas (TIs). Comparado a governos anteriores desde a década de 2010, o número cai substancialmente até zerar no governo Bolsonaro (gráfico 3).

De acordo com o Instituto Socioambiental - ISA (2024), desde o início do governo Lula III, de janeiro/2023 até dezembro/2024 o governo anunciou a homologação de mais três Terras Indígenas, totalizando 13 homologações.

Gráfico 3 - Número de terras indígenas e territórios quilombolas homologadas por governos no Brasil (1985-2019)



Fonte: Funai e ISA. Alentejano (2018). Adaptado pela autora.

A grande pressão internacional pela adoção de medidas de preservação da Amazônia e dos direitos indígenas na ocasião da morte de Chico Mendes⁴ e às vésperas da Rio-92,

⁴ Chico Mendes foi uma importante liderança dos seringueiros do Acre que se notabilizou pela defesa de uma reforma agrária adaptada à Amazônia e ao modo de vida dos seringueiros e outros povos da floresta. Sua defesa da preservação da floresta Amazônica lhe rendeu fama internacional, mas sua luta contra grileiros e latifundiários lhe rendeu inimigos que acabaram por assassiná-lo em dezembro de 1988 (ALENTEJANO, 2018).

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento possibilitou o aumento do número de homologações de terras indígenas. Até 1992 foram homologadas 39,9% do total de Terras Indígenas (TIs) criadas entre 1985 e 2019. No governo Fernando Collor foram demarcadas várias terras indígenas incluindo a TI Yanomami, umas das maiores do país. Destaca-se o governo FHC como um dos períodos de maior criação de TIs, com 32,3% do total dando continuidade a processos iniciados em governos anteriores. Nos governos Lula foram criadas 19,4% das TIs. Já na década de 2010, período que engloba os governos Dilma, Temer e Bolsonaro foram apenas 4,9% do total (ALENTEJANO, 2018).

Diante do descaso com a Reforma Agrária ocorrida no governo Bolsonaro, há uma perspectiva, no próximo governo, o terceiro mandato de Lula, que ocorra uma retomada e que haja um fortalecimento da reforma agrária, como parte da luta por justiça social.

2.1.8 Governo Luís Inácio Lula da Silva (2023-atual)

Com a retomada do governo Lula em 2023, os movimentos sociais e as famílias que lutam pela posse da terra voltaram a ter as expectativas renovadas em relação à reforma agrária e na luta pela conquista do lote. Esta também está sendo a “luz no fim do túnel” para as famílias do PA Terra Firme, cuja liderança, busca agilizar o processo de regularização do assentamento neste governo.

Para Stédile (2024) dirigente e fundador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em entrevista ao Jornal O Joio e o Trigo, faz uma crítica ao baixo investimento nos programas de combate à fome. Para ele desde o início do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo “está em dívida” com a Reforma Agrária pois já se passaram 14 meses e não houveram avanços nas desapropriações de terras nem tampouco nos créditos para os assentados e no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

João Pedro Stédile, uma das principais lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), reflete uma crítica histórica à falta de um projeto estrutural e contínuo de reforma agrária no Brasil. Ele argumenta que os avanços nesse tema não ocorreram por iniciativa espontânea dos governos, mas sim pela pressão dos movimentos sociais, por meio de ocupações de terras, marchas e mobilizações populares.

Machiaveli (2024), secretária executiva do MDA, em entrevista ao programa Café PT, informou que o governo Lula quer retomar as políticas públicas para a agricultura, com foco

nos pequenos produtores, para tirar 24 milhões da situação de fome e também a um aumento de 9% para mais de 70% na execução do Pronaf na região Nordeste, que tem 54% dos agricultores familiares do país. Alega que as ações vão atender os desertos alimentares dando condições para os jovens se desenvolverem e permanecerem no campo. Pretende também, com programas para jovens agricultores e mulheres, inserir 295 mil famílias no plano de reforma agrária, além de ações para redução da fome, avanço na agroecologia e na produção orgânica e sustentável.

Machiaveli anunciou também em entrevista ao programa Café PT que: “O próximo lançamento será o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar que, junto com o Brasil Sem Fome, vai garantir a chegada de alimentos nos desertos alimentares do nosso país. Também está em fase de implementação, o Plano Nacional da Juventude Sucessão Rural, com o objetivo de garantir que os(as) jovens possam permanecer no campo, realizar seus sonhos e ter condições de desenvolver seus projetos, tendo acesso à cultura, à educação e também dar condições para o fortalecimento da produção familiar” (MACHIAVELI, 2024).

Comentou-se também que o programa Terra da Gente, implementado no governo Lula, define as “prateleiras de terras” disponíveis para assentar famílias que querem viver e trabalhar no campo. Até 2026, estima-se beneficiar 295 mil famílias agricultoras, sendo 74 mil assentadas e 221 mil reconhecidas ou regularizadas em lotes de assentamentos existentes. A medida busca promover a inclusão produtiva e aumentar a produção de alimentos saudáveis e diversificados. Além disso visa a paz no campo, a diminuição das desigualdades sociais, a superação da fome e da pobreza e a diminuição do preço dos alimentos, dando condições para uma agricultura mais sustentável e acessível.

Apesar de anunciar políticas de enfrentamento a desafios significativos para governar e avançar em suas políticas, o terceiro mandato de Lula está sendo marcado pelo esforço de reconstruir áreas negligenciadas em governos anteriores, principalmente no de Jair Bolsonaro, em relação à proteção ambiental, os direitos dos povos indígenas e a promoção da agricultura familiar. Essas áreas foram priorizadas como parte de um compromisso em restaurar políticas públicas e reverter cortes feitos em governos anteriores (STÉDILE, 2024).

De acordo com ISA (2024), o governo Lula anunciou a homologação de mais três Terras Indígenas. São elas: Potiguara de Montemor, do povo potiguara, na Paraíba; Morro dos Cavalos, dos povos Guarani Ñandeva e Guarani Mbya; e Toldo Imbu, do povo Kaingang, ambas em Santa Catarina, totalizando 13 homologações desde início de seu mandato em janeiro/2023.

Alentejano (2020) alega que o governo enfrenta diversas dificuldades quando da aprovação de medidas no Congresso, pois precisa equilibrar diversidades de interesses e ainda lidar com a influência do agronegócio, particularmente em temas que impactam a reforma agrária e a proteção de terras indígenas. Um exemplo desse desafio é o Projeto de Lei 191/2020, que foi apresentado em fevereiro de 2020, pelo governo Bolsonaro, ao Congresso Nacional, mas não avançou pois houveram mobilizações contrárias ao PL, incluindo manifestações indígenas e pareceres técnicos que alertavam para os impactos ambientais e sociais da proposta. Com a eleição de Lula em 2022, o projeto perdeu ainda mais força, pois seu governo adotou uma postura contrária à exploração de terras indígenas. Em abril de 2023, o governo federal retirou o pedido de urgência do PL, enfraquecendo suas chances de tramitação.

As famílias de assentadas do PA Terra Firme também depositam suas esperanças no governo Lula para que neste governo haja a conclusão do projeto de assentamento possibilitando, dessa maneira o acesso das famílias às políticas públicas para que possam se desenvolverem e viverem dignamente com o que produzem no lote.

Diante do contexto político dos governos brasileiros e para aprofundar a análise sobre a reforma agrária e os desafios enfrentados pelas famílias assentadas, é fundamental compreender o processo de formação territorial dos assentamentos rurais no Brasil, o qual será abordado no item seguinte.

2.2 Processo de formação territorial de assentamentos rurais no Brasil

Neste item, será abordado o processo de formação territorial dos assentamentos rurais no Brasil, de forma geral, com destaque específico para a constituição do PA Terra Firme. Compreender as etapas e as contradições que marcam esse processo é essencial para evidenciar os entraves ainda enfrentados na consolidação desses territórios, especialmente no que se refere à garantia do acesso à terra, à produção e à cidadania no meio rural.

De acordo com Saquet (2007):

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias territorialidades e reterritorialidades (SAQUET, 2007, p.127).

As territorialidades estão associadas às dominações e às vivências das pessoas em seu cotidiano, marcadas por desigualdades e diferenças de interesses econômicos, políticos e culturais.

Elas estão presentes em diferentes espaços revelando uma complexidade social, com envolvimento de poder, dominação, resistências, organização de luta, vivência e participações nas decisões (SAQUET, 2007).

Assim, o processo de territorialização refere-se à maneira como grupos sociais ocupam, organizam e dão significado a um espaço geográfico, transformando-o em um território com características específicas. Esse processo é fundamental para promover a distribuição de terras, garantir a segurança alimentar, fortalecer a economia local e assegurar a sustentabilidade ambiental. Neste sentido, a lógica da formação territorial está configurada a partir das transformações determinadas pela comunidade, na tentativa de generalizar sobre o espaço a sua permanência, a sua posse. Assim, ressalta na apropriação a capacidade de transformar a natureza através do trabalho produzindo riquezas de forma organizada a qual agrupa uma valorização capitalista ao espaço (SAQUET, 2007).

De acordo com Vieira (2014), uma das formas de conhecer e, posteriormente, territorializar o espaço, ou seja, dominá-lo, é com o uso de técnicas, num primeiro momento, de ocupação, extração, depois, de reprodução do espaço, para isso, os equipamentos públicos e privados são fundamentais. Por outro lado, as estratégias de conquistas e de resistências promovidas por movimentos e organizações sociais que sugerem outras possibilidades de desenvolvimento, também são fundamentais. É nesse contexto que ocorrem as disputas territoriais.

Dessa maneira, os sujeitos se organizam em grupos, juntamente com os movimentos sociais para reivindicar, sensibilizar a sociedade, conquistar e construir novos territórios de acordo com os seus objetivos. “Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas” (FERNANDES, 2000, p. 60).

Assim, para Haesbaert (2004), a construção de um território provoca um arranjo por área, uma demarcação de fronteiras levando a um controle determinado aos que estão dentro e fora do território, ou seja, o território não é apenas um espaço físico, mas também uma construção social carregada de poder, identidades e disputas, onde a inclusão e a exclusão se tornam elementos essenciais para sua compreensão.

Para se conquistar os espaços dos assentamentos rurais, de acordo com Blasius *et al.* (2022), faz-se necessário, também, conhecer a definição de assentamento rural como um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, entendendo que o assentamento rural vai além do espaço físico, abrange também a construção coletiva de relações sociais, práticas

produtivas e formas de organização que visam garantir não só a produção agrícola, mas também a qualidade de vida e o fortalecimento das famílias em comunidade. Portanto, conquistar os espaços dos assentamentos implica reconhecer essa dinâmica conjunta, onde a luta pelo acesso à terra está associada à construção de territórios de resistência, solidariedade e transformação social.

A organização dos espaços nos assentamentos legalizados depende dos primeiros passos realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que, por meio de vistorias e avaliações de imóveis rurais, desencadeia o início do processo de Reforma Agrária. Foi o que ocorreu com o PA Terra Firme, cujo processo de luta teve início há quase 20 anos, a partir da indicação da Fazenda das Cabaças ao INCRA pelas lideranças dos movimentos sociais. No entanto, o processo é moroso e as famílias e lideranças dos movimentos sociais, como o MST e o MPRA, ainda aguardam a conclusão desse processo, especialmente a publicação do edital de seleção das famílias, medida necessária para regularizar a área e viabilizar o acesso às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento das famílias no meio rural.

De acordo com o INCRA e o Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA (2020), o gráfico 1 evidencia o número de famílias assentadas no Brasil, no período de 1985 a 2023. A análise mostra de forma clara as oscilações nas políticas de Reforma Agrária ao longo dos diferentes governos federais, revelando momentos de maior investimento e outros de forte retração. O período compreendido entre 1996 até 2006 representou o período de maior expansão da reforma agrária, com destaque para os anos de 1998 (765 assentamentos), 2005 (872) e 2006 (716). Esses números coincidem com os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que implementaram programas voltados para o combate à desigualdade fundiária.

Essa elevação também pode ser atribuída à forte mobilização social dos movimentos do campo como o MST e a fortes tensões no campo e graves episódios de violência contra trabalhadores rurais, como por exemplo o massacre de Eldorado dos Carajás (1996, PA) e outros massacres e conflitos armados, registrados especialmente na região amazônica e no Centro-Oeste, durante o governo de FHC. A partir de 2007, observa-se uma queda acentuada no número de assentamentos criados. De 387 em 2007, para 211 em 2010. Entre 2011 e 2019, o número de assentamentos permaneceu baixo em comparação com décadas anteriores. Os números variam entre 111 e 143 ocupações por ano até 2014, com uma queda mais acentuada a partir de 2015 e queda drástica após 2016, podendo ser motivada por mudanças políticas e cortes no orçamento para a reforma agrária. Em 2019, apenas 2 ocupações foram registradas, indicando um enfraquecimento do movimento.

De acordo com Ghiraldelli (2022), o governo Bolsonaro entregou mais de 362 mil títulos de propriedades rurais entre 2019 e 2022, como parte do programa Titula Brasil. A iniciativa foi criada em dezembro de 2020 com o objetivo de emitir títulos de assentamentos em áreas públicas rurais da União e do INCRA, visando a regularização fundiária.

Apesar do aumento na entrega dos títulos, o governo paralisou a reforma agrária, zerando a edição de decretos de desapropriação para promover a reforma agrária. De acordo com dados do INCRA, Bolsonaro a menor aquisição de terras para a reforma agrária. Enquanto o governo de FHC incorporou cerca de 20,8 milhões de hectares como parte do Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA), o período de Lula foi marcado pelo dobro de área incorporada: 47,6 milhões. No governo Dilma, esse número foi de 3,1 milhões. No governo do seu sucessor, Michel Temer, foi menor ainda: 664 mil. O menor número registrado desde 1995 é no governo Bolsonaro, quando apenas 2,8 mil hectares foram incorporados a reforma agrária. Tal cenário reflete um retrocesso estrutural, desconsiderando compromissos históricos, com o meio rural e causando impactos diretos sobre a luta por justiça social no campo, sobretudo para as famílias sem-terra e os movimentos sociais organizados.

No próximo item será abordada, a reforma agrária no Triângulo Mineiro, mais especificamente em Uberlândia, onde se localiza o PA em estudo.

2.3. A Reforma Agrária no Triângulo Mineiro e em Uberlândia

De acordo com Mitidier (2002) a reforma agrária consiste numa ação conjunta entre órgãos governamentais e não governamentais com o objetivo de contribuir com o processo de autossustentabilidade das áreas de assentamentos rurais regulamentados. Busca promover a organização interna das áreas impulsionando seu desenvolvimento econômico e social. Por ser considerado uma das regiões economicamente mais ricas do Brasil, o Triângulo Mineiro é responsável por uma boa parte do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Possuindo o maior comércio atacadista da América Latina, no município de Uberlândia, que pela sua posição geográfica serve de corredor de escoamento e de ligação entre o Norte e o Sul do país, abrangendo um grande mercado consumidor. Isso pode ser um fator relevante para explicar o número de ocupações ocorridas na região.

Para Santos (2021), compreender a política de reforma agrária no Triângulo Mineiro⁵ e

⁵ Por Triângulo Mineiro consideramos a regionalização adotada pela rede DATALUTA (2017), a qual segue os critérios estabelecidos pelo IBGE em 1999, compreendendo 66 municípios organizados em 7 mesorregiões (SANTOS, 2021).

principalmente na cidade de Uberlândia, é de fato relevante pois, de acordo com DATA LUTA (2017) a região foi palco de 260 ocupações no período de 1988 a 2016. Apesar de ter início no governo Sarney o número de assentamentos criados no Triângulo Mineiro teve aumento significativo a partir do ano 2000 com os governos FHC e Lula.

Neste contexto de ocupações, as organizações se iniciaram com o apoio de entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e movimentos nacionais como o MST e o MLST. Posteriormente, essas mobilizações deram origem a novas formas de organização, com lideranças locais que buscavam maior autonomia e práticas políticas (STÉDILE; FERNANDES, 1999). Assim, em 2002, o MPRA se constituiu como um movimento autônomo, com forte atuação regional, voltado não apenas à conquista da terra, mas também à consolidação dos assentamentos, ao incentivo à produção agroecológica e à valorização do protagonismo feminino na luta pela reforma agrária, tendo, inclusive, uma mulher como uma de suas principais lideranças (CPT, 2021; SILVA, 2020).

Com o apoio de outros movimentos sociais de luta pela terra, como o MST e o MLST, o Movimento Popular pela Reforma Agrária (MPRA), continua sendo um movimento atuante na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. De acordo com sua principal liderança, a partir do rompimento com o MST, seus integrantes criaram uma bandeira própria de luta.

A foto 1 destaca a bandeira do MPRA movimento atuante no PA Terra Firme.

Foto 1 – Bandeira do Movimento Popular pela Reforma Agrária (MPRA).



Fonte: A autora, fotografia realizada durante trabalho de campo, julho de 2024.

Atuando, inicialmente, nas cidades mineiras de Frutal, Ituiutaba, Comendador Gomes e São Francisco de Sales, vindo a expandir suas ações para a cidade de Uberlândia a partir de 2004, como resultado direto da intensificação dos conflitos agrários no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e da crescente mobilização de trabalhadores e trabalhadoras rurais em busca de acesso à terra e melhores condições de vida. Com a forte concentração fundiária e expansão do agronegócio, agravou-se a exclusão social no campo, ocasionando uma série de ocupações de áreas consideradas improdutivas a partir das décadas de 1990 e 2000 (FERNANDES, 2008; OLIVEIRA, 2004).

A ocupação da Fazenda das Cabaças, promovida pelo MPRA, com apoio de integrantes dos outros movimentos, foi uma das mais significativas na região, resultando na criação do Projeto de Assentamento Terra Firme.

Outros assentamentos como o PA Nova Tangará e PA Emílio Zapata representam exemplos concretos da atuação destes movimentos na região, evidenciando sua importância na resistência camponesa e na contribuição para construção de alternativas sustentáveis ao meio rural.

A atuação dos movimentos sociais teve grande contribuição na criação de assentamentos, o que se pode verificar no gráfico 4, em que demonstra que no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) houve o maior número de assentamentos criados (186 no

total), beneficiando 13.316 famílias e destinando 541.403 hectares. Esse período representou um grande avanço em número de assentamentos, indicando uma política ativa de reforma agrária possivelmente ocasionado pela pressão dos movimentos sociais diante do aumento da violência no campo.

Embora o primeiro mandato de Lula (2003-2006) tenha sido significativo em criação de assentamentos (107 assentamentos e 4.961 famílias), no segundo mandato (2007-2010), houve uma redução (63 assentamentos e 2.569 famílias). Apesar da diminuição, a área total assentada ainda foi expressiva.

Durante o Governo Dilma houve uma queda acentuada na criação de assentamentos em Minas Gerais, especialmente no segundo mandato (2015-2016), onde apenas 3 assentamentos foram criados, beneficiando 83 famílias em 2.858 hectares o que indica um enfraquecimento da política de reforma agrária nesse período.

A menor atuação ocorreu no governo Temer (2017-2018) em que apenas 2 assentamentos foram criados, beneficiando 87 famílias e ocupando 2.019 hectares. Este foi um período de grande recuo na criação de novos assentamentos mineiros, consolidando a tendência de redução observada desde o governo Dilma.

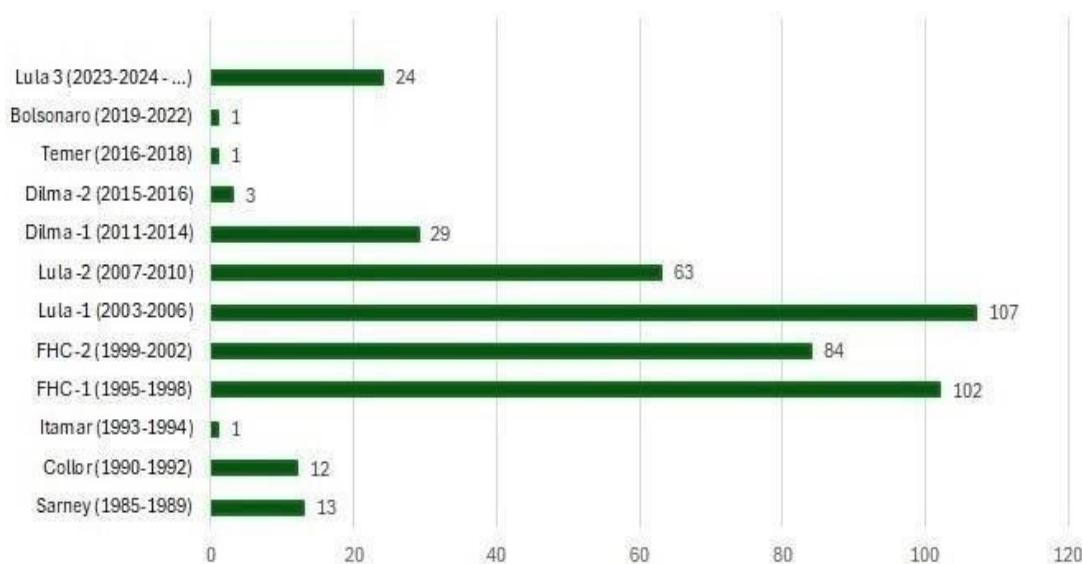
De acordo com o Jornal de Brasília⁶, publicado em 9/5/2022, durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), a política de reforma agrária sofreu uma desaceleração significativa. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) assentou um número muito reduzido de famílias nesse período, principalmente porque houve uma mudança na prioridade do órgão, que passou a focar mais na titulação de terras do que na criação de novos assentamentos, alegando que essa era a melhor forma de garantir segurança jurídica aos agricultores em vez de promover novas desapropriações para fins de reforma agrária.

De acordo com o INCRA, os assentamentos criados em 2023 e 2024 foram em Territórios de Remanescentes Quilombolas, ou seja, territórios destinados especificamente para comunidades quilombolas reconhecidos como remanescentes de quilombos. Esses territórios são regularizados pelo governo para garantir a posse da terra às comunidades, respeitando sua cultura, modos de vida e formas de organização.

O gráfico 4, a seguir, identifica o número de assentamentos criados em Minas Gerais por planos de governos brasileiros no período de 1985 a 2024.

⁶ Disponível em: https://jornaldebrasilia.com.br/noticias/politica-e-poder/bolsonaro-transforma-reforma-agraria-em-programa-de-entrega-de-titulos-a-assentados/?utm_source=chatgpt.com. Acesso dia 1 abr. 2025.

Gráfico 4 - Minas Gerais - Assentamentos rurais criados por governos (1985-2024).



Fonte: LAGEA, (2024). Org. CLEPS JR., 2024.

Apesar de enfrentar desafios encontrados nos diferentes planos de governos brasileiros, de acordo com dados do Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foram criados vários assentamentos no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, conforme dados da tabela 2.

De acordo com Santos (2021), Uberlândia é o município com maior número de famílias assentadas da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Conforme demonstrado na tabela 2, no período de 1998 a 2023 destaca-se a criação de 15 assentamentos sendo que um (1) está em processo de concretização, o PA Terra Firme (Fazenda das Cabaças), objeto de estudo desta dissertação.

Tabela 2 - Projetos de Assentamentos Rurais em Uberlândia, (MG) - (1998-2023).

Nº	Nome Assentamento	Ano de Criação	Forma de Obtenção	Área (ha)	Capacidade (Famílias)	Famílias Assentadas	Área Média (ha)
1	PA Rio das Pedras	1998	Desapropria	1.908,99	87	73	21,9
2	PA Palma da Babilônia	1999	Desapropria	465,67	13	12	35,8
3	PA Zumbi dos Palmares	1999	Desapropria	546,37	22	21	24,8
4	PA Nossa Palma	1999	Desapropria	445,64	15	14	29,7
5	PA Nossa Tangará	2003	Desapropria	5.095,03	250	247	20,3
6	PA Flávia Nunes	2004	Desapropria	417,48	15	13	27,8
7	PA Canudos	2004	Desapropria	667,63	24	22	30
8	PA Emiliano Zapata	2004	Desapropria	638,02	25	24	25,5
9	PA José dos Anjos	2005	Desapropria	1.013,40	45	43	22,5
10	PA Paciência	2005	Desapropria	460,38	26	19	17,7
11	PA Florestan Fernandes	2005	Desapropria	494,77	22	22	22,5
12	PA Eldorado dos Carajás	2006	Desapropria	608,80	24	23	25,3
13	PA Valci dos Santos	2008	Desapropria	802,26	42	37	19,1
14	PA Dom José Mauro	2009	Desapropria	4.470,64	205	198	21,8
15	PA Celso Lúcio Moreira da Silva	2018	Compra e Venda	1.168,59	60	60	19,5
16	PA Terra Firme	2023	Compra e Venda	674,54	51	37	18,2

Fonte: Sistema SIPRA/INCRA. 2023. Org. LAGEA/UFU, 2024.

De acordo com dados do IBGE (2022), Uberlândia possui 713.224 pessoas, sendo a maior cidade do Triângulo Mineiro e o principal polo de atração da população regional com influência no Sul de Goiás e interior de São Paulo. O Triângulo também figura hoje entre os maiores centros de agronegócio do país, é a região com a maior capacidade de armazenamento de mercadoria do Brasil, detém o maior potencial hidráulico per capita de todo planeta contendo 12 grandes usinas em operação. O Triângulo Mineiro também conta com 3 usinas sucroenergéticas, sendo considerado um polo significativo na produção de açúcar e etanol. Possui diversas empresas como, Cargil, Bradesco, Grupo Algar, Martins, Arcos, Monsanto, Carrefour, Coca-Cola que centram os seus investimentos nesta região.

Além disso, de acordo com a Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), o município vem melhorando a cada ano e atualmente alcançou a primeira posição em Minas Gerais e a 2^a do Brasil, em qualidade de vida estando dentre as cidades com população entre 500 mil a 1 milhão de habitantes. Uberlândia também se destaca como a 22^a do país em potencial de consumo, a 4^a melhor cidade brasileira para se viver e figura entre as 25 mais competitivas do país.

É com base nesses aspectos econômicos e sociais que os movimentos sociais enxergam a região como oportunidade estratégica para fortalecer sua atuação. Suas ações visam a conquista da sua autonomia política, econômica, social e cultural, apresentando como primeiros passos a elaboração de um planejamento de curto médio e longo prazo.

Diante deste cenário, ocorreram, de acordo com Vieira (2012), vários registros de manifestações relacionados com os problemas do campo em Minas Gerais, no período compreendido entre 2000 e 2011. Bloqueios de rodovias, atos de concentrações em espaços públicas, ocupações de prédios, marchas, caminhadas e acampamentos, encontros temáticos, vigílias, distribuições de panfletos, dentre outros são as diversas formas de manifestações dos movimentos socioterritoriais considerados de fundamental importância para a conquista da terra e da reforma agrária. Nesse mesmo período, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba destacaram-se os Municípios de Uberlândia, com 25 manifestações, Uberaba com 7 e Prata com cinco. Assim, como o Projeto de Assentamento Terra Firme e outros projetos de assentamento em Minas Gerais, as áreas ocupadas foram estrategicamente escolhidas pelas lideranças dos movimentos sociais, que se organizaram por meio de lutas, manifestações e ocupações com o objetivo de conquistar os territórios almejados.

Segundo Vieira (2012), essas ocupações promovidas pelos movimentos sociais configuram-se como estratégias fundamentais de resistência, desempenhando um papel central na conquista da terra e no avanço da Reforma Agrária.

Apesar dos avanços, a reforma agrária na região ainda enfrenta obstáculos relacionados à pressão do agronegócio, à lentidão burocrática e às limitações das políticas públicas, o que exige o fortalecimento da mobilização social para garantir a efetivação dos direitos dos trabalhadores rurais. Nesse contexto, observa-se que, além das restrições impostas pelo acesso limitado às políticas públicas, as famílias do assentamento convivem também com discriminações vinculadas às questões de gênero, aspecto que será discutido na seção 4.

SEÇÃO 3 – LOCALIZAÇÃO, FORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PA TERRA FIRME: ASPECTOS FÍSICOS-NATURAIS, SOCIOESPACIAIS, DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesta seção, serão apresentadas informações gerais sobre a localização e as características físicas e sociais do PA Terra Firme, que são fundamentais para compreender a escolha do território ocupado e também a realidade vivida pelas famílias assentadas, destacando como os fatores sociais e espaciais se articulam para o processo de formação histórica do assentamento.

3.1 Localização geográfica do PA Terra Firme

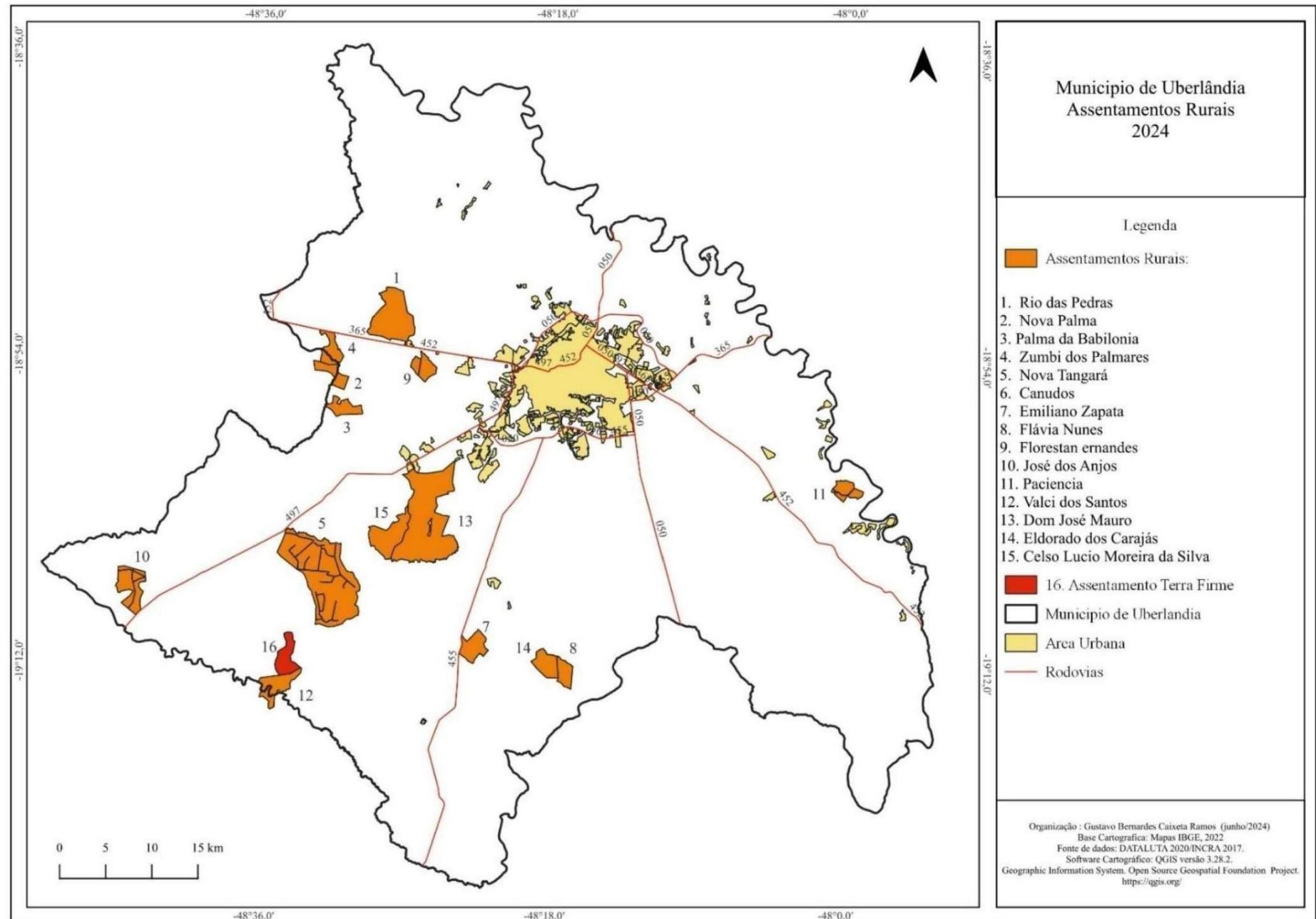
Conhecer a localização geográfica da área do assentamento é fundamental para o entendimento tanto do ponto de vista técnico quanto social e político. Permitindo uma melhor análise do clima, relevo, tipo de solo, recursos hídricos e outras características naturais que influenciam diretamente a viabilidade da produção agrícola, o tipo de cultivo possível e os sistemas de criação de animais.

O imóvel Fazenda das Cabaças possui área total de 674,5 hectares (ha), está situado na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, microrregião homogênea de Uberlândia, tendo como municípios limítrofes Araguari, Monte Alegre de Minas, Prata, Indianópolis, Uberaba, Veríssimo e Tupaciguara, todos localizados no estado de Minas Gerais conforme definidos pelo IBGE.

A distância do imóvel até a sede municipal de Uberlândia totaliza 48,4 km.

O mapa 1 representa a localização geográfica do PA Terra Firme juntamente com os demais assentamentos criados no município de Uberlândia.

Mapa 1 – Projeto de Assentamento Terra Firme – Uberlândia, (MG) - (2024)



Fonte: INCRA/LAGEA-UFU, 2024

No item a seguir destaca-se uma cronologia que auxiliará no entendimento e compreensão do processo de formação do assentamento.

3.2 Histórico de formação e criação do PA Terra Firme

O histórico de formação e criação do PA Terra Firme revela os obstáculos enfrentados na instalação e organização do assentamento, como por exemplo, demora na conclusão do assentamento, falta de serviços básicos, ausência de apoio técnico, conflitos fundiários, entre outros. Também permite compreender como esses desafios impactaram a vida cotidiana e a produção das famílias e entender a atuação dos governos em relação à regularização fundiária. O Projeto de Assentamento (PA) Terra Firme, objeto deste estudo, teve o processo de territorialização iniciado em 2004, meados do segundo mandato do governo Lula, como parte das suas políticas, onde se deu início ao processo de informação ao INCRA sobre a Fazenda Cabaças, não atender à função social da terra⁷, conforme reza a Constituição Federal de 1988 em seus Artigos 184 e 186:

“Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social [...].

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

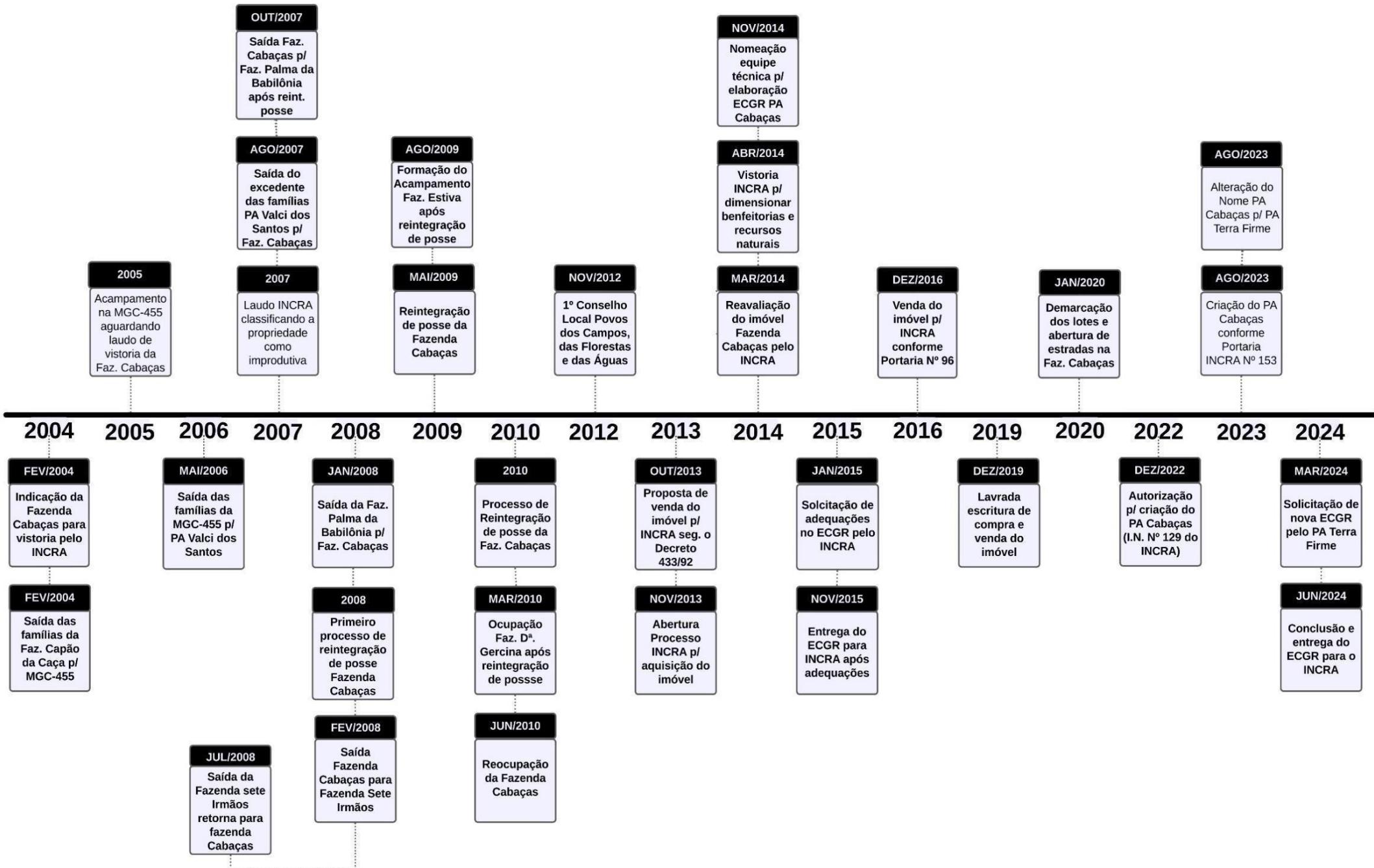
- I-Aproveitamento racional e adequado;
- II- Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III- Observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV- Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores” (Brasil, 1988, p.114).

A partir de então, o PA vem passando por vários desafios para sua concretização conforme se verifica na figura 1. Desafios estes que vão desde o descaso dos governos até situações de greve dos funcionários do INCRA, o que dificultou a execução das metas determinadas anualmente, pelos governos, para o assentamento das famílias. Assim, os líderes dos movimentos sociais que estão à frente das organizações de ocupação das terras, as quais não

⁷ A função social da terra refere-se ao cumprimento das legislações ambiental e do trabalho, bem como outras legislações pertinentes ao meio rural e social (Catellan, Moraes e Rossoni, 2020).

atendem ao que rege a Constituição brasileira, pressionam os governos para que haja a implementação das áreas indicadas para a reforma agrária o mais rapidamente possível.

Figura 1 – PA Terra Firme - Cronologia Histórica de formação, (2004-2024)



A figura 1 representa o histórico de formação do assentamento PA Terra Firme nos últimos 20 anos.

Desde o início das ocupações, em 2004, ocorreram oito processos de reintegração de posse emitidos pelos proprietários do imóvel com intenção de reaver a área ocupada. Em alguns destes processos as famílias saíram do local conforme determinação judicial.

Em outras reintegrações de posse, houveram lutas e resistência pelas famílias para se manterem na área. Assim, a partir de julho de 2008, as lideranças do movimento MPRA, juntamente com as famílias acampadas na fazenda decidiram coletivamente não mais saírem do local.

Enquanto se esperava a divulgação do Laudo Técnico de Vistoria do imóvel pelo INCRA, as famílias que reivindicaram aquela área, permaneciam acampadas às margens da Rodovia MGC BR-497 no distrito de Miraporanga. A ocupação deste espaço ocorreu, após as famílias não terem sido contempladas com lotes na fazenda Capão da Caça, reforçando a luta pelo acesso à terra. Após longa espera às margens da rodovia, as famílias fizeram ocupação na fazenda Sete Irmãos, atualmente denominada PA Valci dos Santos, em homenagem a um trabalhador que faleceu lutando para defender o armazém onde se encontravam as cestas básicas doadas às famílias pelo INCRA. Após divulgação do Laudo de Vistoria atestando a propriedade (Fazenda das Cabaças) como improdutiva, as famílias remanescentes do PA Valci dos Santos, mantiveram acampamento nesta área aguardando que se desse andamento no processo de assentamento pela autarquia.

A decisão de resistir e ficar na fazenda foi uma estratégia encontrada pelas famílias para forçar o INCRA a solucionar o processo de divisão das terras naquela área. Em 2013 os proprietários da fazenda fizeram uma proposta de venda do imóvel ao INCRA segundo o decreto 433 de 1992, que dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda, resultando na abertura de processo para definir a realização dos trâmites para a compra do imóvel. Assim, em 2014, foi solicitada a reavaliação¹⁵ do bem, com pedido de nova vistoria para verificar a dimensão das benfeitorias e recursos naturais bem com a nomeação de uma equipe técnica para se encarregar da elaboração do Estudo de Capacidade de Geração de renda (INCRA, 2014).

¹⁵ O valor médio do imóvel Fazenda das Cabaças foi embasado em pesquisas realizadas na região de Uberlândia, Monte Alegre de Minas e Prata. De acordo com conservação e funcionalidade, o imóvel foi adquirido pelo INCRA, ao valor total de R\$ 7.223.591,29 (sete milhões, duzentos e vinte e três mil, quinhentos e noventa e um reais e vinte e nove centavos) a ser integralmente quitado em Títulos de Dívida Agrária (TDA), que são instrumentos financeiros emitidos pelo governo brasileiro para financiar a reforma agrária e outras políticas agrárias. Estes representam dívida do governo aos portadores desses títulos e são usados principalmente como meio de pagamento em processos de desapropriação de terras para a reforma agrária (INCRA, 2014).

A partir de 2020, por iniciativa das lideranças do movimento social MPRA e com o apoio do coletivo das famílias, decidiu-se fazer o georreferenciamento da área para demarcação dos lotes uma vez que o INCRA alegava, à época, não disponibilizar de pessoal e recursos financeiros para o procedimento nem mesmo o proprietário dispunha de recursos para o trabalho. Assim, as famílias, com recursos próprios, providenciaram o serviço de mapeamento da área, subdividindo-a em 37 lotes, de acordo com o número de famílias ali acampadas e a abertura de estradas na fazenda.

Em agosto de 2023 o INCRA emitiu a Portaria Nº 153 de criação do Projeto de Assentamento Cabaças, cujo nome foi alterado no mesmo período para PA Terra Firme. Conforme demonstrado pelo INCRA, “as conclusões daquele estudo apontaram, em 2015, para possibilidades produtivas e de organização das famílias, indicando capacidade de geração de renda para 51 famílias” (ECGR 2024, p.5).

Na época havia uma preocupação de que os altos preços das terras na região de Uberlândia, (MG) pudessem tornar obstáculos à aquisição de outras áreas para criação de novos assentamentos uma vez que o valor de referência do investimento por família era de R\$ 140.000,00. De acordo com o Estudo da Capacidade de Geração de Renda, elaborado em 2015, para atender ao valor de custo por família, ficou determinado que no espaço seria possível estabelecer 51 famílias com área média para cada família de 6,84 hectares, o que ocasionava uma preocupação no tamanho da área dividida que era bem inferior à média geral dos demais lotes dos outros assentamentos já regularizados na região (ECGR 2015, p.85).

Com a morosidade das resoluções dos processos pelo INCRA passou-se quase 10 anos da criação do PA Terra Firme, onde se indicava que na área seriam beneficiadas 51 famílias, ocorrendo assim, várias mudanças e uma delas é o valor do investimento por família que passou de R\$ 140.000,00 para R\$ 280.000,00 conforme Lei Nº 14.757 de 19/12/2023 que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017 (BRASIL, 2023).

Diante deste quadro, houve se a necessidade de se fazer atualizações no processo de criação do assentamento, o que restou ao INCRA solicitar nova análise para apurar a capacidade acerca da Geração de Renda (ECGR)¹⁶ das famílias. A atualização deste documento esclarece ao governo a necessidade de revisão dos dados constantes no ECGR de 2015, destacando,

¹⁶ A autarquia emitiu ofício Nº 12306/2024/SR(MG)G/SR(MG)/INCRA-INCRA, ao Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS/UFU) em 01/03/2024, solicitando a nomeação de uma omissão que foi posteriormente determinada pela Portaria PROEX-UFU Nº 201, de 25 de março de 2024, para confeccionar este documento (ECGR 2024, p. 9).

inclusive, que o tamanho dos lotes é compatível com o desenvolvimento de 37 famílias e não mais 51 como havia previsto anteriormente, o que é essencial para mostrar a realidade do assentamento.

Os lotes devem ter um tamanho mínimo necessário para garantir às famílias, condições necessárias para obtenção de sua subsistência. Assim, de acordo com a Lei 11.326/2006, de 4 de julho de 2006, para a agricultura familiar são definidos até quatro módulos fiscais sendo que cada módulo fiscal corresponde a 20 hectares no município de Uberlândia (BRASIL, 2006).

O documento atualizado e entregue ao INCRA em 2024, apresenta um diagnóstico da capacidade produtiva da área, caracterizando os aspectos sociais, naturais e econômicos, além de identificar os principais desafios e potencialidades para os agricultores se desenvolverem de maneira sustentável.

No item a seguir, será abordada a divisão dos lotes, visando proporcionar um melhor entendimento dos procedimentos realizados durante o processo de concretização do assentamento.

3.3 O processo de parcelamento do PA Terra Firme

Uma das mais importantes etapas do processo de consolidação do assentamento, é a etapa em que se delimita e divide dos lotes. Além disso, é fundamental especificar as áreas de reserva legal, áreas de preservação permanente (APP's) e outras porções de vegetação a serem preservadas, conforme se determina a legislação ambiental.

Na área total do imóvel, dos 674,5 hectares, 20,63% corresponde a reserva legal de (139,2 hectares), com vegetação bem preservada. O local também contém áreas de preservação permanente, como a Vereda do Córrego do Açude, que somam 49,1 hectares (ECGR, 2015, p.70).

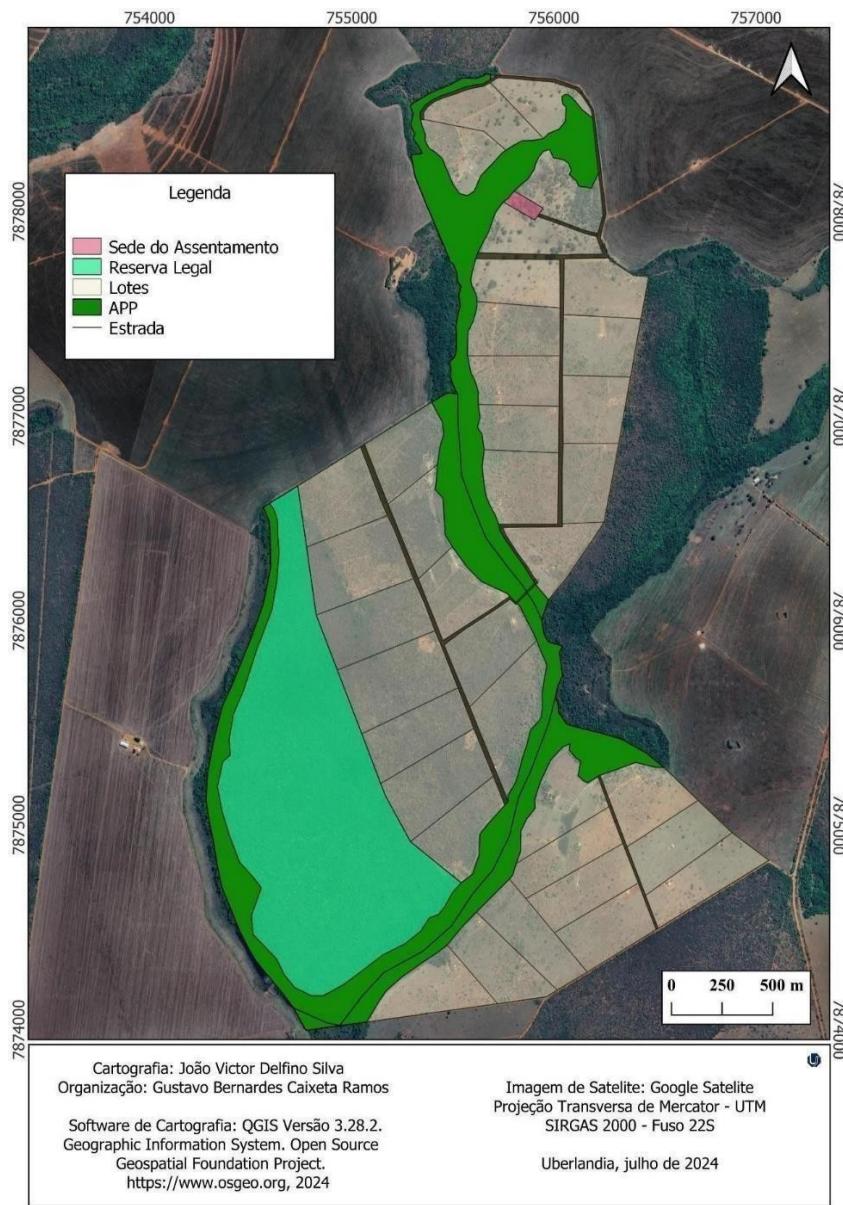
Parte das faixas de preservação é usada como pasto e está acessível ao gado, enquanto um trecho de Cerrado de 155,6 hectares, entre a reserva e a Vereda, passa por regeneração natural (ECGR, 2015, p.24).

Em 2020, as lideranças do assentamento, juntamente com o coletivo de famílias acampadas, contrataram serviços especializados de um profissional da área de georreferenciamento para regularização da divisão da terra em 37 lotes, a fim de acelerar a concretização do assentamento pelo INCRA.

O mapa 2 mostra a demarcação dos lotes no assentamento e a distribuição das áreas, evidenciando a organização territorial adotada, de forma que as partes fossem divididas de

maneira mais justa e equilibrada, para acomodação das famílias em suas respectivas unidades produtivas. Ilustra ainda a configuração espacial do assentamento, permitindo a visualização da delimitação dos lotes individuais, das áreas destinadas ao uso coletivo como estradas internas, sede do assentamento e espaços de preservação, bem como de elementos naturais relevantes, como a reserva legal e as Áreas de Preservação Permanente (APP).

Mapa 2 - PA Terra Firme – Parcelamento dos lotes e distribuição das áreas (2024)



Fonte: SILVA; RAMOS (2024).

No Mapa 2 também evidencia a distribuição dos lotes de forma planejada voltada para a ocupação ordenada do território, visando garantir o acesso aos recursos naturais e às condições

produtivas às famílias. Além disso, o parcelamento reflete critérios técnicos utilizados pelo INCRA ou por equipes de apoio, como topografia, qualidade do solo e proximidade de fontes de água, o que contribui para a viabilidade do projeto de reforma agrária e a sustentabilidade das atividades agrícolas no local.

Será abordado, no item a seguir, breve relato sobre as características físico-naturais do PA Terra Firme com o objetivo de contextualizar os aspectos ambientais que influenciam diretamente a ocupação, o uso da terra e as possibilidades produtivas da área.

3.4 Características Físico-Naturais do PA Terra Firme

Sobre as característica físico-naturais do PA Terra Firme evidencia as possibilidades de uso produtivo da terra bem como o potencial para o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas.

A vegetação que estava localizada em área anteriormente degradada, encontra-se em com pastagens em recuperação e Cerrado em recomposição após cerca de dez anos em repouso. Possivelmente alguns lotes poderão ser alterados para permitir a supressão de vegetação nativa controlada, favorecendo o desenvolvimento de sistemas agroflorestais e o reflorestamento com frutos do Cerrado, visando a comercialização futura, tanto in natura quanto processada (ECGR, 2024, p. 66).

A Foto 2 detalha a vegetação do Cerrado em processo de regeneração existente na área.

Foto 2 - PA Terra Firme. Cerrado em regeneração – 2024



Fonte: A autora, trabalho de campo, (2024)

O solo do PA Terra Firme como ocorre na região de Uberlândia, tem composição favorável a retenção de água e de nutrientes, proporcionando condições vantajosas para a agricultura, principalmente de milho, mandioca e feijão (SENAR, 2017; ECGR, 2024). É rico em matéria orgânica e nutrientes essenciais, o solo necessita manejo adequado para manter a

fertilidade e produtividade EMBRAPA (1982).

Erosões significativas (voçorocas) surgiram devido à falta de manejo conservacionista ou manejo inadequado do solo, especialmente nas áreas vizinhas, afetando as Veredas locais (GOMES et al., 2021). Atualmente, há duas grandes voçorocas no assentamento, situadas nas divisas ao norte e a Leste, agravando a degradação ambiental (ECGR, 2015, p.58 e 72; ECGR, 2024, p.66).

Quanto à hidrografia, a região possui recursos hídricos suficientes para o consumo animal, mas a água destinada ao consumo humano requer tratamento (ECGR, 2024, p.78).

De acordo com Brito e Prudente (2005), a área apresenta um relevo levemente ondulado, com altitude inferior a 1.000 metros e declividade de média a baixa, características que também se aplicam à área de estudo deste trabalho. Essas condições geomorfológicas favorecem o desenvolvimento de diversas culturas agrícolas, possibilitando a viabilidade da produção no assentamento, especialmente quando associadas a práticas sustentáveis de manejo do solo e à agricultura familiar.

A localização e características da área se articulam com o perfil demográfico existente no assentamento que será analisado a seguir.

3.5 Perfil demográfico das famílias assentadas

Neste item, de acordo com IBGE, destaca-se o perfil demográfico das famílias como sendo um conjunto de informações estatísticas que descrevem as principais características populacionais de um grupo de famílias, tais como: faixa etária dos membros das famílias; sexo/gênero; número de pessoas por domicílio; estado civil; nível de escolaridade, renda, dentre outras características.

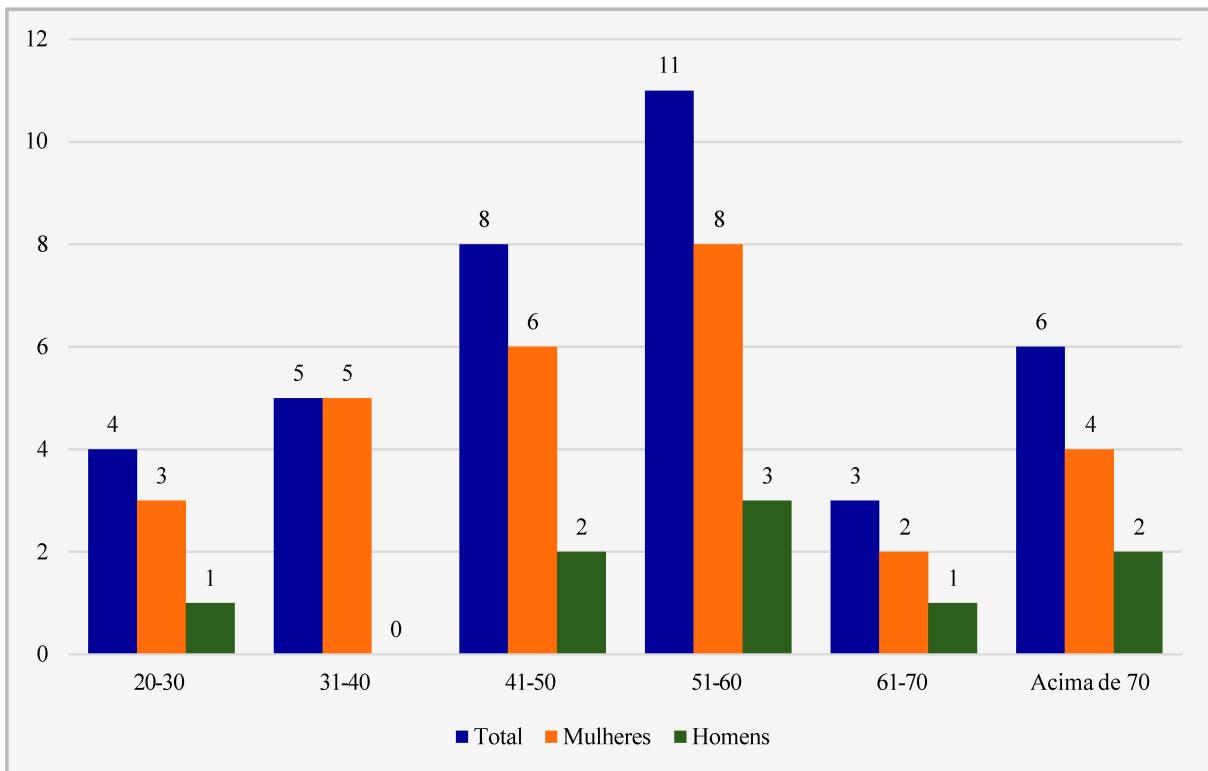
Dessa forma, a pesquisa de campo abre um leque de possibilidades para se obter uma análise mais detalhada do perfil demográfico e das características socioeconômicas das famílias acampadas na área do PA Terra Firme, o que fornecerá dados para se verificar as necessidades de implementação de programas sociais e avaliará os possíveis impactos das políticas públicas para a promoção do desenvolvimento sustentável dos agricultores e agricultoras em seus lotes, possibilitando o fortalecimento da agricultura familiar e a melhoria da qualidade de vida no assentamento.

O Gráfico 5, representa a idade e o gênero dos/as 37 titulares de lotes entrevistados/as. A maioria são mulheres (28) em idade ativa, ou seja, possuem condições de produzirem seus

alimentos e tirarem da terra o seu sustento. De acordo com o IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, no primeiro trimestre de 2022, as pessoas que estão aptas para o trabalho possuem 14 anos ou mais. Apenas 9 são homens. Para os entrevistados do assentamento em estudo, a maior concentração, de famílias aptas ao trabalho e que podem contribuir mais com sua força de trabalho para o desenvolvimento econômico e das atividades agrícolas, está na faixa etária de 41 a 60 anos, porém deve-se levar em consideração as condições de saúde, experiência e conhecimento técnico.

A maioria desses agricultores e agricultoras recorre à troca de experiências entre os assentados, especialmente os mais velhos, como forma de transmissão de saberes tradicionais e técnicas sustentáveis de cultivo, fundamentais para o aumento da produção, sobretudo diante da ausência de regularização fundiária. Essa circulação de conhecimentos possibilita que os mais jovens aprimorem suas práticas relacionadas ao manejo da terra, à produção, à comercialização, ao transporte e, principalmente, à gestão financeira dos rendimentos, enquanto não se têm acesso às políticas públicas de qualificação ofertadas pelo governo.

Gráfico 5 – PA Terra Firme – Gênero e Idade das Famílias Assentadas



Fonte: ECGR/UFU, 2024, p.80.

Analisou-se também a situação dos filhos dos responsáveis pelo lote, constatando que 12 famílias não possuem filhos. Entre as demais, verificou-se uma média de 2 filhos por núcleo

familiar. Os filhos, já em idade adulta, sendo 28 mulheres e 26 homens, buscam fora do lote, aprofundar os estudos objetivando maior qualificação e a conquista de melhores condições de vida para si e para seus familiares, fortalecendo a situação econômica e financeira dos mesmos o que garantirá a todos uma vida mais digna.

Os motivos que levaram esses filhos a residirem fora dos lotes, são, principalmente por questões econômicas (em busca de emprego, em busca de terra, por exemplo), familiares (casamento, morte de parente), e também para estudar.

De acordo com Carneiro, (2001); Graziano da Silva, (1997), a urbanização tem se mostrado um fator de atração para a população rural, especialmente entre os jovens, devido às maiores possibilidades de trabalho e perspectivas de remuneração que os centros urbanos oferecem. No entanto, essa migração nem sempre resulta na melhoria da qualidade de vida, uma vez que muitos acabam inseridos em atividades informais, mal remuneradas e marcadas pela instabilidade.

Nos assentamentos rurais, como no caso do PA Terra Firme e outros da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, observa-se que a escassez de políticas públicas e a ausência de regularização fundiária dificultam o acesso dos/as assentados/as a programas de crédito, capacitação técnica e escoamento da produção, o que contribui para a baixa remuneração do trabalho agrícola, levando-os a vender sua força de trabalho fora do lote, desempenhando funções como agrônomos (2), os demais cada um representado por veterinário, advogado, nutricionista, arquiteto, professor, esteticista entre outros, fora do lote para se obter seu sustento.

Nesse contexto, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, muitos jovens veem a cidade como única alternativa de ascensão econômica, mesmo desejando permanecer na terra. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais e algumas políticas emergentes (como o Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural) buscam garantir condições para que esses jovens possam permanecer no campo, desenvolver seus projetos produtivos e obter renda digna, tornando o campo uma alternativa real e sustentável frente à precarização urbana (IPEA, 2015).

A Tabela 3 apresenta a situação dos filhos que precisaram sair dos lotes para buscar melhores condições de vida, escolaridade e empregos para sua sobrevivência e melhoria das condições de vida de seus familiares.

Tabela 3 – PA Terra Firme. Motivos da Saída e Ocupação dos filhos que moram fora do lote - (2024)

Grupo de Idade	Total de pessoas por faixa etária	Mulheres	Homens	Motivo de Saída do lote	Local de residência Atual	Profissão
0 a 4 anos	2	1	1	Familiar	Uberlândia (MG)	Bebês
15 a 19 anos	5	4	1	Estudo, Econômico e familiar	Uberlândia e Uberaba (MG)	Estudante, Vendedor
20 a 24 anos	5	2	3	Econômico	Uberlândia e Uberaba (MG)	Motorista, Genética de sementes, Ajudante Geral, Vaqueiro, CLT
25 a 29 anos	6	3	3	Familiar, Econômico	Uberlândia, Uberaba e Iturama (MG)	Motorista de Uber, Estudante, Manutenção, Caminhoneira, Atendente/Vendedor
30 a 34 anos	10	3	7	Econômico e Familiar	Uberlândia (MG), Uberaba (MG), Goiânia (GO), São Simão (GO)	Motorista de Uber, Armazenagem de Grão, Cabeleireira, do lar, Agrônomo, Arquiteto, Advogado, Veterinário
35 a 39 anos	2	0	2	Familiar, Econômico	Uberlândia (MG)	Nutricionista, Eletricista
40 a 44 anos	1	1	0	Econômico	Uberlândia (MG)	Diarista
45 a 49 anos	11	6	5	Econômico e Familiar	Uberlândia (MG) e Itumbiara (GO)	Auxiliar administrativo, Esteticista, Analista de sistemas, Caminhoneiro, Motorista, Serralheiro, Aposentado, Quitandeira
50 a 54 anos	1	1	0	Econômico	Uberlândia (MG)	Doméstica
55 a 59 anos	2	2	0	Econômico	Uberlândia (MG)	Diarista, Aposentada
60 a 64 anos	1	0	1	Econômico	Araguari (MG)	Agricultora
Não souberam responder*	8	5	3	Econômico e Familiar	Quirinópolis (GO) e Uberlândia (MG)	Dona de casa, Professora, Pedreiro, Vendedor, CLT, Doméstica e Cozinheira
Total	54	28	26			

* Os entrevistados não souberam informar a idade dos filhos.

Fonte: Pesquisa de Campo, 6 abr 2024. Elaboração: ECGR/UFU, 2024

A maioria das profissões são fora da agricultura porque muitas vezes o nível de escolaridade e a falta de qualificação profissional não permite acesso a profissões com melhores remunerações. O histórico de vulnerabilidade também contribui para a aquisição de empregos mais precários. Nem todos os responsáveis pelos lotes souberam informar a idade dos filhos não residentes no local, num total de 8 indivíduos. Entre os 54 filhos contabilizados, 28 são mulheres e 26 homens. Entre os que foram informados a idade, 43 compõem força de trabalho em idade economicamente ativa (93%), que buscam nas áreas urbanas a sua sobrevivência.

Cinco mulheres, na faixa etária entre 20-24 anos e dez homens com faixa etária entre 30-34 anos e duas mulheres entre 35-39 anos possuem profissão ligada diretamente às atividades rurais como: veterinário, agrônomo, genética de sementes, vaqueiro e armazenagem de grãos, agricultor, nutricionista entre outras. Entre os estudantes, 2 cursam agronomia. Há ainda auxiliar administrativo, analista de sistema, esteticista, arquiteto, advogado, motoristas, caminhoneiros, quitandeiras, auxiliar geral, cozinheiro entre outros. Cerca de 16 mulheres e 8 homens, em diferentes faixas etárias, realizam trabalhos mais precarizados como motoristas de aplicativos, diaristas, auxiliares de serviços gerais, faxineiras, pedreiro, serralheiro entre outros (ECGR, 2024, p. 80).

Os dois filhos estudantes de agronomia, que saíram para estudar ou trabalhar vão em busca da realização de um sonho de se formarem e darem melhores condições de vida a seus familiares. Isso é evidenciado por dados do IBGE e estudos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que indicam uma alta taxa de migração de jovens para centros urbanos em busca de qualificação profissional e melhores condições de vida o que acaba distanciando-os das atividades agrícolas devido à falta de incentivo e condições para a produção sustentável no campo.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 2020, existem 6,7 milhões de jovens entre 16 e 32 anos no meio rural brasileiro. Entre 2018 e 2020, quase 770 mil jovens rurais, nessa faixa etária, deixaram o campo em busca de profissões fora da agricultura, como serviços, comércio e indústria pois encontram muita dificuldade para gerar renda no campo e ter uma vida digna. Em entrevista a uma das mulheres assentadas, identificada como “entrevistada 1”¹⁷ relatou ter esperança de seus filhos voltarem e continuarem o trabalho que já está sendo desenvolvido no lote:

“Ele fala assim pra nós, mãe, espera eu terminar a minha faculdade, porque eu quero tomar conta. Eu quero tomar conta do que nós começou. É importante também relatar a persistência dela em continuar desenvolvendo seu trabalho no lote, porque foram quase vinte anos de muitas lutas juntamente com seu companheiro, até chegar a esse momento e agora falta pouco para se conseguir trabalhar na terra: E é isso que nós queria de verdade. Então, nós confiamos 16 anos da nossa vida. Nós tá aqui dentro, né? E assim, eu confiei e eu sei” (Entrevistada 1).

Estudos regionais como o de Rodrigues (2014), mostram que, em muitos assentamentos, mais de 50% dos filhos de assentados já haviam deixado os lotes até os 25 anos de idade. O número de jovens que deixaram o campo pode variar de acordo com o local e o contexto da reforma agrária, mas, de forma geral, mostram que a mobilidade social e a qualificação são questões centrais para os jovens oriundos da reforma agrária.

¹⁷ Entrevistada 1 assentada do PA Terra Firme.

De acordo com o MDA, (2024) o objetivo é promover a organização produtiva da juventude rural por meio do fortalecimento do associativismo e cooperativismo, da agroindustrialização, do acesso ao crédito, da inserção em mercados públicos e privados, da diversificação das atividades e da garantia de trabalho decente.

O grande desafio é garantir que, com o apoio adequado, as novas gerações possam ter acesso a melhores condições educacionais e profissionais sem precisar abandonar a vida no campo.

Além da questão da migração dos filhos, em busca de melhores condições de trabalho nas cidades, as famílias ainda convivem com outros desafios que serão destacados no item a seguir.

3.6 Características socioprodutivas do PA Terra Firme

Nos próximos dois itens a seguir foram analisadas as estruturas das moradias e de criação de animais do assentamento PA Terra Firme visando entender os desafios enfrentados pelas famílias assentadas para produzirem e se desenvolverem nos lotes.

3.6.1 Infraestrutura das moradias

Com as visitas a campo, foi possível entender que as atuais condições de infraestrutura das moradias existentes no assentamento dificultam o cotidiano das famílias e aumentam os desafios para que se vivam com dignidade e se sustentem com o que produzem nos lotes.

De acordo com Vieira (2014), na região, existem famílias que ficaram acampadas debaixo da lona por cerca de dez anos ou mais, enfrentando processos judiciais, falta de água, energia, transporte público e serviços básicos de saúde. É longo o processo de conquista da terra até a conclusão do assentamento. Nesse período, as famílias dependem de doações, recebem cestas básicas e participam do Programa Bolsa-Família¹⁸, que são fornecidas pelo governo federal.

Para permanecerem no Programa Bolsa-Família, as famílias cadastradas devem ainda cumprir algumas condições para seu recebimento, como por exemplo: manter os filhos entre 4 e 17 anos matriculados e frequentando regularmente as escolas municipais ou estaduais; para

¹⁸ O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil, reconhecido internacionalmente por já ter tirado milhões de famílias da fome. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 6 set. 2024.

as gestantes fazer o acompanhamento de pré-natal de forma contínua até o nascimento da criança e para crianças menores de 6 anos manter em dia a carteira de vacinação e o acompanhamento nutricional (MDS, 2023).

No caso do PA Terra Firme, algumas das famílias que vivem no assentamento são remanescentes do PA Valci dos Santos. A maioria das titulares dos lotes são mulheres que tentam, de maneira precária, produzir no lote, o mínimo de culturas ou animais para garantir sua sobrevivência. A dificuldade para sobreviver se acentua pois devido a não regularização da terra pelo INCRA, pois as famílias não conseguem acesso às políticas públicas para aquisição de verbas para melhorar as condições de estrutura básica como construção de casas, obtenção de energia elétrica, rede de água e esgoto e possibilitar aumento da produção de culturas, criação de animais etc.

No mosaico 1, formado por fotos de 1 a 6, feitas em visita à campo, são demonstradas as características estruturais das moradias de algumas famílias assentadas. Algumas dessas moradias, especialmente as que visitamos, estão parcialmente construídas e com acabamentos ainda por serem feitos, constando alguns buracos na parede próximo à fixação das janelas (foto 5), apresentam piso de terra (chão batido), (fotos 2 e 3) outras com piso apenas feito à base de cimento (ciclope) – fotos 4 e 6. Existe, ainda, a presença do fogão à lenha que é utilizado por algumas famílias para cozinar os alimentos, representado na foto 1 do mosaico.

Em geral, as estruturas utilizadas para disponibilizar os utensílios de cozinha são bastante simples conforme demonstrado nas fotos 2, 3, 4 e 5.

No assentamento, além de moradias mais estruturadas, existem famílias que ainda residem em barracos de lona e/ou em barracos melhorados, dependendo da situação financeira de cada uma. Apesar da precariedade das estruturas das casas, as famílias se orgulham em ter o local onde possam morar e produzir seus alimentos e vender o excedente produzido.

Em sua maioria utilizam fossas negras, que são mais simples e rudimentares, porém mais baratas e prejudiciais ao meio ambiente pois trata-se de um buraco escavado no solo sem revestimento adequado, utilizado para descarte de esgoto e resíduos sólidos e líquidos diretamente no solo. De acordo com a Emater (2015) as fossas negras possuem alto risco de contaminação de águas subterrâneas e nascentes, podendo causar diversos problemas relacionados à saúde humana.

Existem no assentamento apenas 3 fossas sépticas que seriam as ideais para este tipo de moradia pois são mais seguras e ambientalmente mais corretas, porém demanda um elevado custo de instalação.

Mosaico 1 – PA Terra Firme. Infraestrutura das moradias



Fonte: A autora. Trabalho de campo, 20 jul. 2024.

Além do problema estrutural, as famílias de agricultores e agricultoras que já moram nos lotes do PA Terra Firme se deparam com a questão da liberação da água para consumo.

Alguns lotes possuem água em abundância em nascentes ou próximos a córregos que passam pela área como o Córrego do Engenho, mas esta água serve apenas para consumo animal e cultivo de plantas. Não é canalizada nem tratada, portanto, imprópria para consumo humano. É grande a preocupação de como liberar o acesso à água para a população rural uma vez que as demandas de licenciamento e outorga na área é muito elevada. Também a falta de recursos financeiros limita as famílias ao desenvolvimento de processos de irrigação, aragem da terra, correção de solos, para melhorias na produção de culturas para subsistência das famílias com consumo desta produção ou venda do excedente produzido (ECGR, 2024, p.67).

O acesso à água poderia ser garantido, em grande parte, por meio de perfuração de poços artesianos coletivos, que abastecem algumas famílias. Os governos também, principalmente os municipais, poderiam auxiliar com a liberação de recursos para esta finalidade, o que fica sem ação até que o assentamento seja concluído.

As famílias também utilizam estruturas improvisadas para a obtenção de energia

elétrica, que no atual momento não é legalizada. A foto 3 ilustra a precariedade da estrutura de fiação elétrica, verificada em um dos lotes, que está sendo utilizada por uma das famílias, para captação da energia.

Foto 3- PA Terra Firme. Fios condutores de energia elétrica



Fonte: A autora. Trabalho de campo, 20 jul. 2024

O acesso às escolas e postos de saúde pelas famílias do PA Terra Firme são feitos em postos instalados nos assentamentos vizinhos como por exemplo o do PA Nova Tangará que, por ter assentadas cerca de 250 famílias, já foi beneficiada pelo município com um posto de atendimento à saúde no local. As pessoas do assentamento também são atendidas na Unidade de Atendimento Integrado (UAI) do bairro Planalto, que fica no setor oeste da cidade de Uberlândia, mais próximo ao assentamento. Os filhos dos agricultores e agricultoras, em idade escolar, também são atendidos em escolas situadas no setor oeste da cidade de Uberlândia (ECGR, 2024, p.79).

A luta das mulheres, que estão na linha de frente do PA Terra Firme, tem sido fundamental para reivindicar melhorias nas condições de vida e acesso aos serviços básicos.

No item a seguir constata-se também a precariedade das estruturas para criação de animais e para se produzir nos lotes.

3.6.2 Criação Animal e Produção Agrícola

Neste item, será possível observar que, além dos desafios enfrentados como escassez de recursos e infraestrutura precária, a agropecuária tem se constituído como uma importante estratégia de sustento para as famílias, a partir da produção realizada em seus lotes.

Parte das famílias do PA Terra Firme (17 titulares dos lotes), se dedicam à pecuária, para fins econômicos ou para o autoconsumo. O gado é um dos animais criados no assentamento pois seu manejo não demanda muito investimento, ou seja, seu manejo exige menor investimento em comparação a outras atividades pecuárias. A criação de animais, para lida representada na foto

2 e especialmente para produção de leite e carne, representada nas figuras, 1, 3, 4, 5 e 6 do mosaico pode ser realizada em sistemas mais simples, com alimentação baseada em pastagens naturais, reduzindo custos com ração e infraestrutura. Além disso, o gado apresenta maior resistência a condições adversas, como períodos de seca, e demanda menos cuidados diários, o que facilita a criação destes animais por famílias que possuem poucos recursos financeiros e mão de obra.

As famílias com melhores condições financeiras conseguem investir em cercas e estruturas adequadas para a criação de animais de forma mais sustentável, permitindo que o gado paste no próprio lote e tenha acesso à água sem afetar áreas vizinhas ou causar impactos ambientais. Já aquelas com menos recursos ou com restrição hídrica mantêm os animais em currais menores, cercados com arame ou madeira, fornecendo água e ração por conta própria, (foto 6).

A maioria destes animais são criados para fins econômicos, como venda para corte e produção de carne, obtenção de leite e derivados como queijo e doce de leite e para fabricação de produtos de panificação como pães caseiros, bolos e roscas. Uma outra parte é para o autoconsumo das famílias. Os equinos (foto 2) são utilizados para manejo dos bovinos, com o objetivo de facilitar a vida do agricultor em relação à lida com o gado. São úteis, principalmente, em situações de separação de animais, verificação de cercas e de pastagens, disponibilidade de água e sal, condução das reses para vacinação dentre outras utilidades.

Mosaico 2 – PA Terra Firme. Infraestrutura para criação de bovinos e equinos



Fonte: A autora. Trabalho de campo, 20 jul. 2024.

A criação de galinhas caipiras e semi-caipiras para recria, e venda de ovos também constitui uma geração de renda local. A criação se destina à produção de carne e ovos para consumo, de forma geral pelas famílias e venda do excedente à vizinhos e comunidade próxima ou em feiras livres para moradores de Uberlândia e região. A maioria das aves são criadas soltas ou cercadas em quintais. As estruturas para a criação das aves e postura de ovos são consideradas bastante rústicas.

No mosaico 3 estão demonstradas a criação das aves (fotos 2, 4 e 6) e a estrutura de acomodação para descanso e bem-estar das galinhas (fotos 3 e 5), bem como para postura de ovos (foto 1).

Mosaico 3 – PA Terra Firme. Infraestrutura para criação de aves



Fonte: A autora. Trabalho de campo, 20 jul. 2024.

Assim como os bovinos e aves, a criação de suínos, ainda que em pequena escala, é de grande importância como fonte de renda para as famílias dos assentados pois pode ser utilizada tanto para consumo próprio quanto para obtenção de renda. Os locais de criação destes animais, em sua maioria, são pequenos e com estrutura de cercados muito precária, conforme demonstrado nas fotos 1, 2 e 4.

As fotos 1, 2, 3 e 4 apresentam as espécies criadas no local, permitindo uma melhor visualização de sua diversidade.

As famílias que possuem criação de suínos comercializam os animais vivos para recria, ou abatidos para venda em feiras, para a comunidade local, ou para vizinhos.

Mosaico 4 - PA Terra Firme. Infraestrutura para criação de suínos



Fonte: A autora. Trabalho de campo, 20 jul. 2024.

A foto 5 ilustra um criatório de peixes, da espécie tilápia, neste caso são utilizadas para consumo próprio. É uma estrutura bastante precária onde foi furado um buraco ou vala, o qual foi coberto com uma lona para retenção da água e para fixação da lona no chão foram utilizadas telhas em cerâmica para que com o peso a lona fique fixa no local, assim não tem risco de escoamento da água. A água utilizada para enchimento do tanque é proveniente de uma cisterna existente no lote.

Foto 5 - PA Terra Firme. Infraestrutura para criação de peixes



Fonte: A autora. Trabalho de campo, 20 jul. 2024

Além da pecuária, destaca-se também a produção dos hortifrutigrangeiros pelas famílias dos assentados, que também são grandes responsáveis pela renda obtida nos lotes.

No mosaico 5, da direita para a esquerda e de cima para baixo, temos alguns exemplos de culturas produzidas, em lotes do PA Terra Firme pelas famílias: maracujá (foto 1); alface (foto 2); açafrão da terra (foto 3); pitaia (foto 4); mamão (foto 5) e mandioca (foto 6). Além

destes produtos, planta-se também, abacate, abacaxi, couve, almeirão, salsinha, cebolinha, melancia, pimenta, limão, tomate cereja, dentre outros. A produção é para consumo próprio e o excedente é vendido em mercados e feiras livres de Uberlândia e região.

Mosaico 5 - PA Terra Firme. Exemplos de culturas produzidas



Fonte: Agricultores e membros da Comissão ECGR/UFU. A autora. Trabalho de campo, 6 abr. e 20 jul. 2024

Além de locais improvisados para criação de peixes, suínos e aves, destaca-se, a seguir, outros desafios socioeconômicos que as famílias enfrentam para se manterem nos lotes.

3.6.3 Desafios socioeconômicos para se manterem nos lotes

Neste item será abordado os desafios socioeconômicos para se compreender as realidades locais em que vivem as famílias assentadas bem como os obstáculos que dificultam o desenvolvimento social e econômico destas famílias.

O reconhecimento da área como assentamento, com posterior acesso às políticas públicas, possibilitará aos agricultores aumento da produtividade e consequentemente maior

renda para as famílias uma vez que a comercialização, em larga escala, oferece maior retorno financeiro uma vez que a produção tenha condições de competir com mercados consumidores. A não conclusão do projeto de assentamento pelo INCRA impede que essas famílias acessem políticas públicas essenciais para investimentos na produção de hortifrutigranjeiros. Embora o uso desses recursos varie entre assentamentos, sua disponibilidade tende a promover maior sustentabilidade econômica e autonomia produtiva. Sem esse apoio, as famílias enfrentam dificuldades para produzir e comercializar seus alimentos, sendo muitas vezes forçadas a buscar trabalho fora do lote para garantir a sobrevivência.

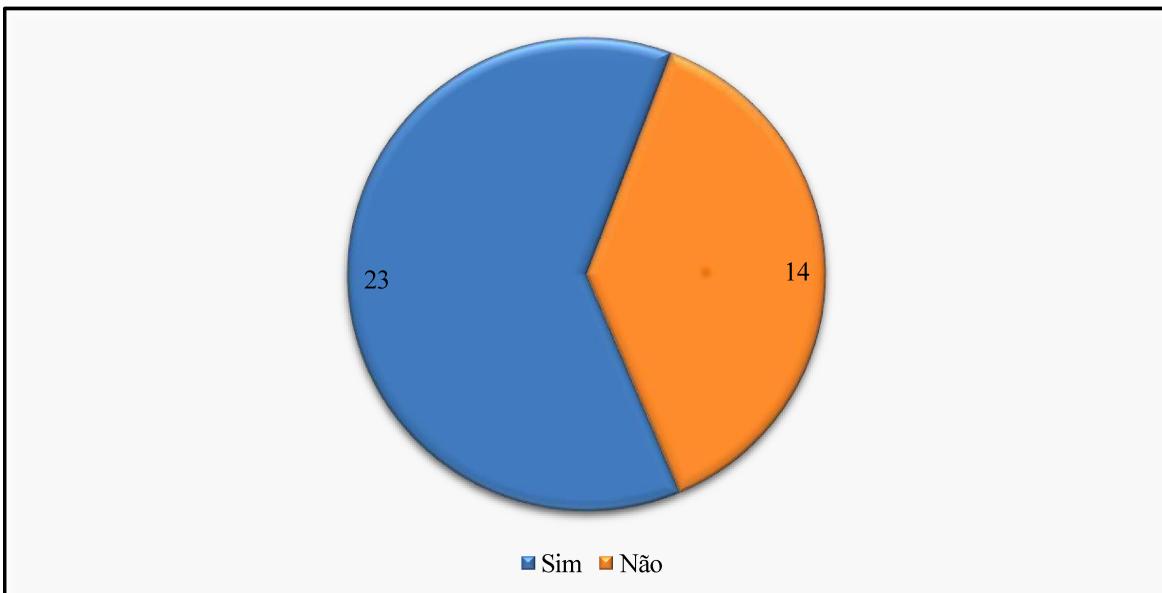
De acordo com Leite (2000) sabe-se que as mudanças trazidas pelos assentamentos incorporam questões relacionadas à participação política e formação de políticas públicas, às formas de organização social e produtiva e, em alguma medida, à questão ambiental e territorial. No PA Terra Firme, as dimensões demográficas e as condições de vida em que vivem os agricultores e agricultoras não possibilita mudanças significativas, tampouco o desenvolvimento das pessoas no local uma vez que ainda não existe suportes financeiros para tal.

Com o trabalho de campo, foi possível obter dados, que possibilitaram análises das diversas situações em que vivem as famílias de agricultores/as do PA Terra Firme sem o acesso às políticas públicas.

A capacidade das famílias de investir em suas produções e melhorar sua qualidade de vida é baseada nos recursos financeiros que possuem. A busca por complementação de renda fora do lote por famílias assentadas, especialmente aquelas lideradas por mulheres, evidencia desafios significativos para a sustentabilidade dos assentamentos rurais. Essa necessidade reflete não apenas a insuficiência da renda gerada no próprio lote, mas também as dificuldades estruturais enfrentadas por essas famílias para viver exclusivamente da produção agrícola.

O gráfico 6 mostra a quantidade de famílias que buscam fora do lote a complementação de renda. Entre os entrevistados, 23 (62%) afirmaram realizar trabalho complementar, fora do lote. Destes 18 são mulheres e apenas 5 homens. 14 deles (38%) sobrevivem apenas do que produzem no lote (ECGR, 2024, p.82).

Gráfico 6 - PA Terra Firme. Trabalho complementar fora do lote

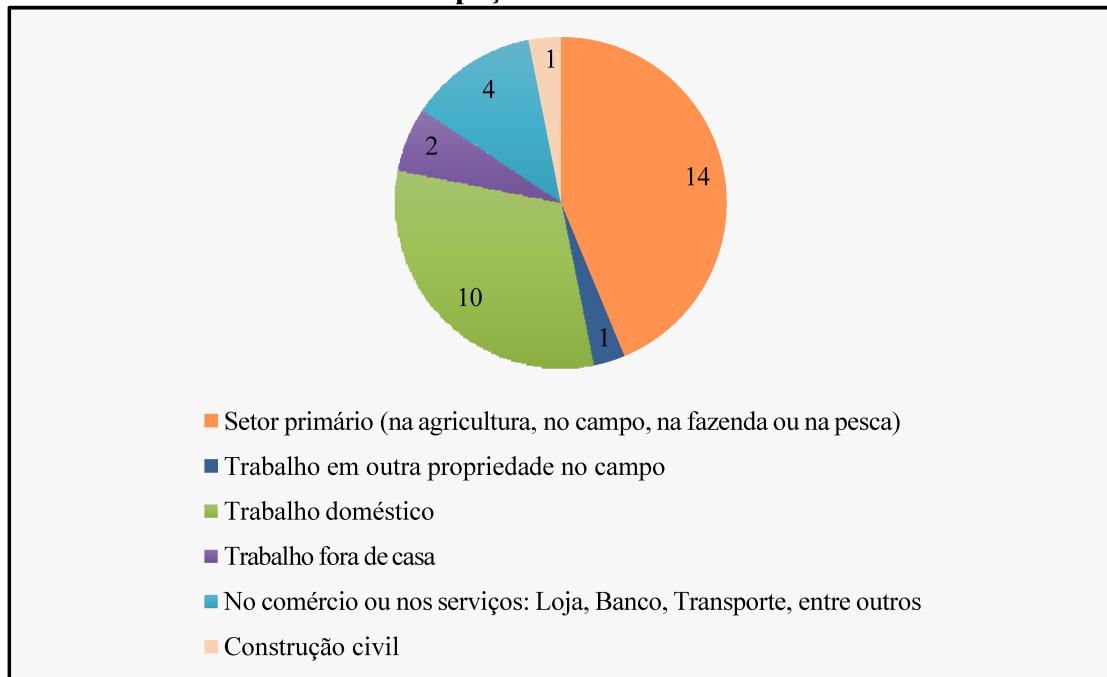


Fonte: ECGR/UFU, (2024)

A busca por trabalho externo ao lote, evidencia a urgência da regularização do assentamento, possibilitando que as famílias, sobretudo as que são, em sua maioria lideradas por mulheres agricultoras, fortaleçam sua capacidade produtiva, permitindo garantir seu sustento com recursos provenientes de suas próprias terras.

No gráfico 7 são demonstradas as principais funções desempenhadas pelos trabalhadores e trabalhadoras para conseguirem renda extra. Dentro ou fora do lote, eles/elas vendem suas forças de trabalho para complementação da renda e busca uma melhoria na qualidade de vida e segurança financeira. Apesar de encontrarem muitos desafios, como jornadas exaustivas de trabalho e falta de garantias dos direitos trabalhistas, estas famílias necessitam desta estratégia para suprir suas necessidades básicas. Do total de entrevistados, que trabalham dentro ou fora do lote, que possuem idade economicamente ativa, 14 deles/as, ou seja, a grande maioria vende sua força de trabalho no setor primário (agricultura, campo, fazenda ou pesca); apenas 1 trabalha em outra propriedade no campo; 12 desempenham trabalhos domésticos; outros 4 trabalham em lojas, bancos, comércios, transportes entre outros e 1 no setor de construção civil.

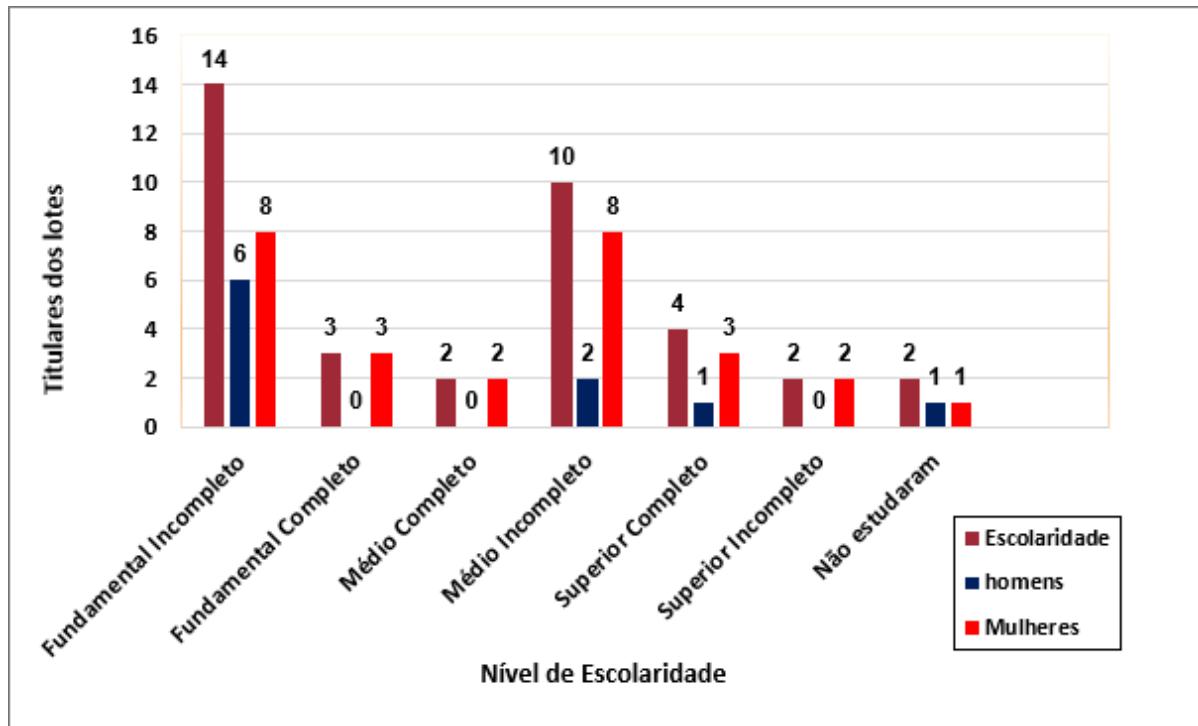
Gráfico 7 - PA Terra Firme. Ocupações fora do lote



Fonte: ECGR/UFU, (2024)

Além de haver necessidade de complementação de renda, pois as famílias ainda não conseguem sobreviver do que produzem no lote, a maioria dos agricultores e agricultoras do assentamento não possuem nível de escolaridade para conseguir bons empregos no setor urbano, fazendo com que se submetam a trabalhos menos qualificados ou subempregos, que são atividades que exigem poucas habilidades, reduzida qualificação técnica ou educação formal limitada e, geralmente, oferecem salários baixos e condições de trabalho precárias, para sua sobrevivência, ocasionando acentuação da exclusão social e aumento das desigualdades de renda entre as populações (MELO, 1998).

Gráfico 8 - PA Terra Firme. Nível de escolaridade dos titulares dos lotes



Fonte: ECGR/UFU, (2024). Adaptado pela autora.

Para Heredia, *et al* (2002), nos projetos em que não há escolas e o estudo depende de deslocamentos a escolas mais próximas, os índices de frequência tendem a ser mais baixos, limitando muitas vezes o estudo somente até a 5a série do ensino fundamental 1. Neste sentido, a educação oferecida aos assentados que ainda é claramente insuficiente tanto em qualidade quanto no grau de escolarização, o que tende a reproduzir as deficiências na formação da população adulta, refletindo na capacidade de produção e na acumulação de renda. Isso ocorre porque as condições de emprego ou sub emprego estão atreladas ao nível de escolaridade. É a partir do ensino que se consegue um bom cargo e emprego. Quanto maior o grau de formação maiores são as possibilidades para se conseguir melhores empregos, com salários mais altos, estabilidade e melhores condições de trabalho.

Com isso, ocorre uma acentuada discrepância entre as rendas das populações que pode ser medida pelo Índice de Gini¹⁹ que é um indicador que mede a desigualdade de distribuição de renda ou riqueza em uma sociedade.

A análise do gráfico 8 revela que das 14 pessoas titulares dos lotes (38%) não concluíram o ensino fundamental, sendo 6 homens e 8 mulheres. Entre os 10 respondentes que não

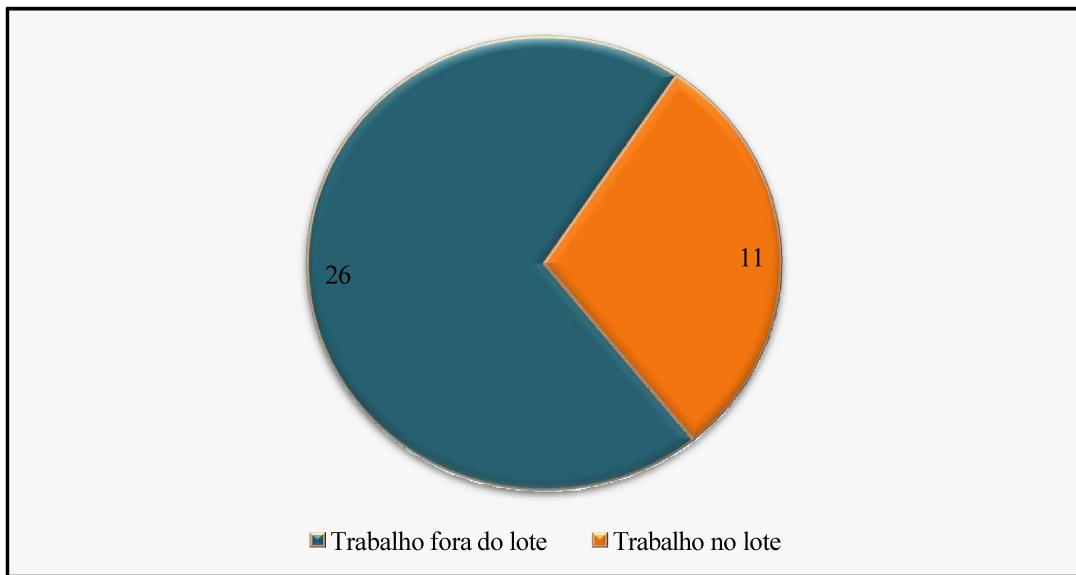
¹⁹ Este indicador pode variar entre 0 e 1, sendo que 0 indica a igualdade (todos têm a mesma renda) e 1 representa desigualdade máxima (uma pessoa tem toda a renda e todos os outros não têm nada). Em Uberlândia este índice é de 0,5 no ano de 2010, o que indica uma sociedade com significativa desigualdade de renda, de acordo com o Banco de Dados Integrados da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU, 2023, p. 144).

concluírem o ensino médio 8 são mulheres e 2 homens, o que corresponde a (27%) do total. Apenas 4 pessoas possuem ensino superior (11%), das quais 3 são mulheres e 1 é homem. Já entre os 3 entrevistados que concluíram o ensino fundamental (8%), todas são mulheres. Apenas 2 pessoas, (5%) - um homem e uma mulher - completaram o ensino médio. Outras 2, mulheres (5%), não terminaram o ensino superior. Além disso, 2 entrevistados (5%) declararam não ter estudado, sendo uma mulher e um homem.

O reflexo da baixa escolaridade é a submissão destes trabalhadores e trabalhadoras a ocupações de menor remuneração no setor urbano como nos ramos de comércio, serviços e construção civil, além de atividades como trabalho doméstico ou o serviço em outras propriedades rurais, utilizadas como forma de complementação da renda obtida no lote.

Outro dado importante analisado foi verificar de onde provém a maior fonte de renda dos trabalhadores e trabalhadoras do assentamento. O gráfico 9 auxilia nesta identificação.

Gráfico 9 - PA Terra Firme. Principal fonte de renda dos agricultores/as



Fonte: ECGR/UFU, (2024).

Dos 37 entrevistados/as, demonstrados no gráfico 9, 26 possuem maior fonte de renda adquirida fora do lote e apenas 11 possuem maior fonte de renda do lote retirada do lote.

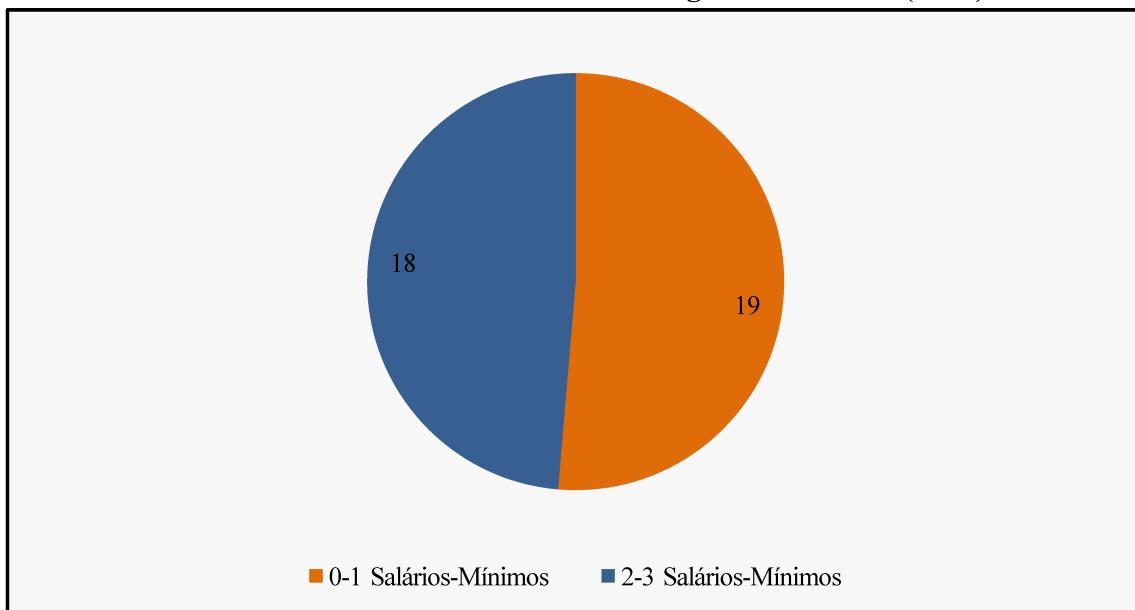
Com a necessidade de trabalhar para sobrevivência e ter melhores condições de vida, estes agricultores retiram sua renda, em sua maioria, vendendo a força de trabalho fora do lote e alguns conseguem também ter alguma renda advinda do lote, o que totaliza rendas variando entre 0 e 1 salário mínimo (19 pessoas) e 18 pessoas recebem entre 2 a 3 salários mínimos²⁰

²⁰ O salário mínimo a partir de 01/01/2024 era de R\$1.412,00 (Brasil, 2024).

(ECGR, 2024, p. 83).

O gráfico 10 demonstra as diferenças de renda recebidas pelos agricultores e agricultoras que exercem suas atividades produtivas no interior dos lotes.

Gráfico 10 - PA Terra Firme. Média salarial dos agricultores/as – (2024).



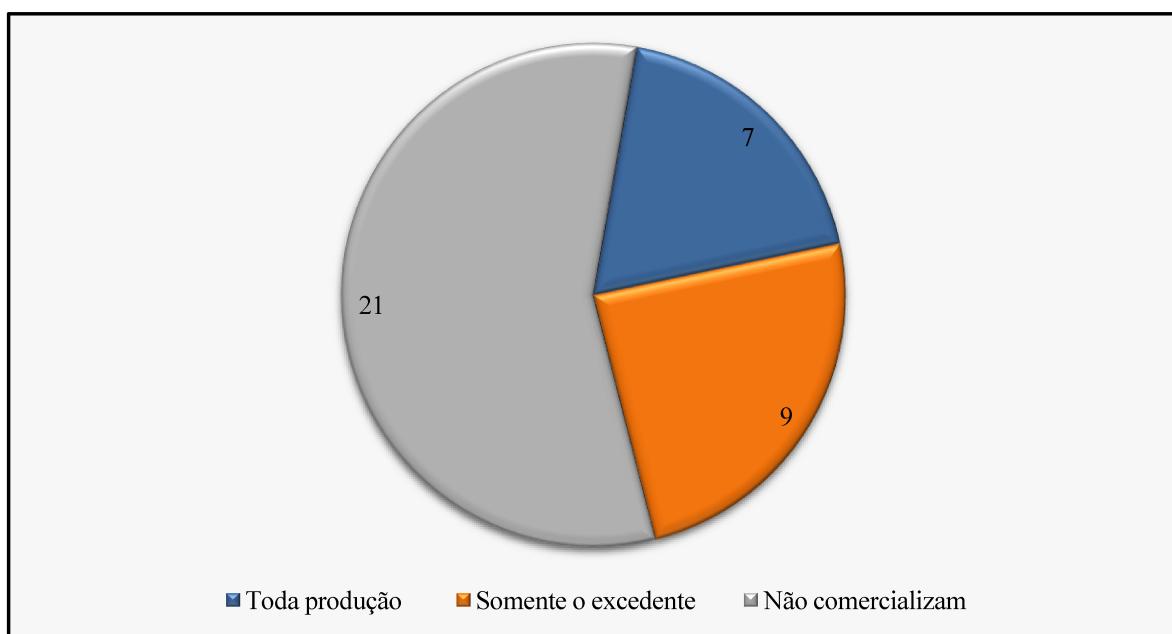
Fonte: ECGR/UFU, (2024).

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos agricultores e agricultoras para se manterem no lote, retirando da terra seu sustento, alguns se arriscam em produzir e vender o que produz para melhoria das condições de vida.

O gráfico 11, mostra que dos 37 entrevistados/as, 21 produzem e comercializam o que produzem no lote, 9 deles vendem somente o excedente da produção e apenas 7 não comercializa o que produz, utilizando apenas para consumo próprio.

Mesmo sem acesso ao apoio financeiro por meio de políticas públicas, os agricultores e agricultoras se dedicam à produção diversificada de itens que possam comercializar com a finalidade de subsistência.

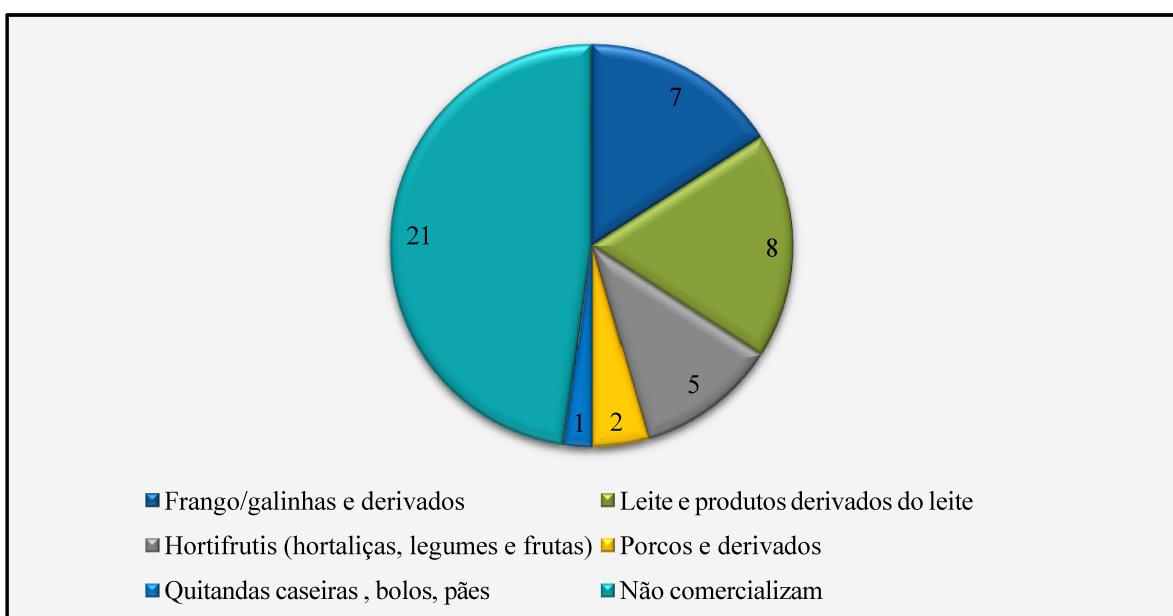
Gráfico 11 - PA Terra Firme. Forma de comercialização de produtos



Fonte: ECGR/UFU, (2024).

No gráfico 12 são demonstrados os tipos de produtos que são produzidos e comercializados pelas famílias de assentados/as. Nele está indicada a diversidade de produtos e a combinação de cultivos de mais de um tipo de produto.

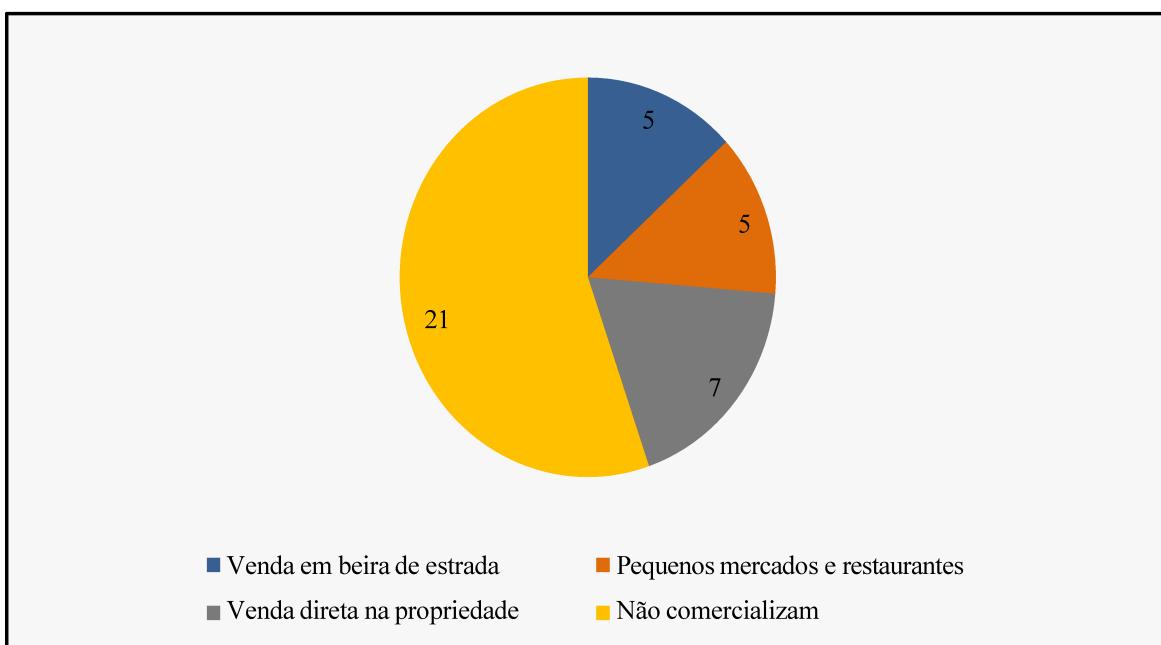
Gráfico 12 - PA Terra Firme. Tipos de produtos comercializados



Dentre os principais produtos destacam-se: 5 (22%) deles produzem hortifrutis - hortaliças, legumes e frutas; e quitandas caseiras como bolos e pães (1 produtor, 2%). Além disso, também realizam produtos de origem animal, como leite e derivados do leite (8 produtores, 35%); frango, galinhas e derivados (7 produtores, 31%); suínos e derivados (2 produtores, 9%).

A precariedade das estradas e a ausência de transporte público dificultam o escoamento da produção e o deslocamento das famílias do PA Terra Firme. Apesar das condições precárias das estradas e da considerável distância entre o assentamento e a sede do município de Uberlândia, algumas famílias conseguem comercializar seus produtos, sendo a maioria (9%) no meio urbano. Apenas 3% vendem no meio rural e 4% comercializam em ambos os espaços. Já 21% produzem exclusivamente para o autoconsumo, sem destinar parte da produção à venda. As estradas não pavimentadas, que apresentam buracos e vegetação às margens comprometem a visibilidade, tornando o acesso ainda mais difícil durante o período chuvoso. A situação se agrava pela distância de cerca de 50 km até Uberlândia, principal centro consumidor, o que afeta especialmente produtos sensíveis como hortaliças (ECGR, 2024, p. 94-95).

Gráfico 13 - PA Terra Firme. Locais onde é comercializada a produção



Fonte: ECGR/UFU, 2024.

O gráfico 13 destaca os principais locais onde é comercializada a produção dos agricultores e agricultoras familiares do PA Terra Firme. Observa-se que parte dos produtores do assentamento não comercializam seus produtos (21%), porém 7% dos que produzem nos

lotes vendem seus produtos diretamente na propriedade para vizinhos do assentamento ou de fazendas próximas. 5% deles comercializam os produtos em beira de estrada e (5%) em pequenos mercados e restaurantes da cidade de Uberlândia ou cidades vizinhas.

A Universidade Federal de Uberlândia disponibiliza um espaço, dentro do Campus Santa Mônica com barracas cedidas e estruturadas para que as famílias possam expor e vender seus produtos. O projeto Feirinha Solidária da UFU²¹ ocorre no Campus, uma vez por semana, durante todo o ano.

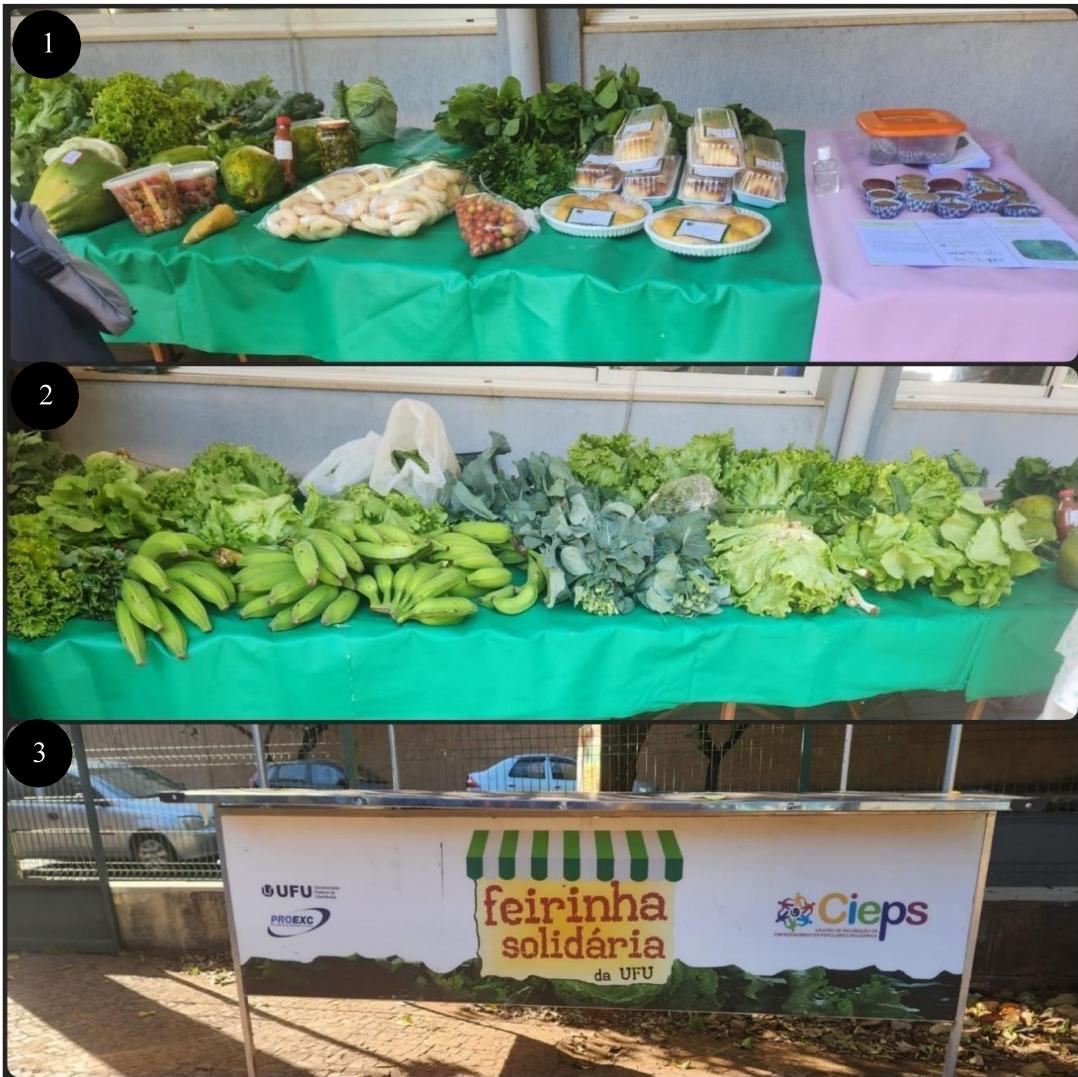
É um projeto que atende a comunidade local e leva a proposta de alimentação saudável para os consumidores, com venda de produtos orgânicos e livres de agrotóxicos. Também auxilia os agricultores com cursos e orientações sobre utilização de Plantas Alimentícias não Convencionais (Panc's), como é o caso da taioba, beldroega, ora-pro-nóbis, jurubeba, hibisco, dentre outras. Estas plantas podem ser cultivadas para consumo próprio e também para a comercialização, contribuindo para a geração de renda e melhoria das condições de vida das famílias.

Alguns produtos comercializados são a couve, banana, chicória, brócolis, rúcula e alface (foto 2). Outros itens estão representados na foto 1, como cheiro verde, biscoito de polvilho doce, jiló, abobrinha, mamão, pimenta verde, dentre outros são exemplos de itens produzidos pelos agricultores/as de diversos assentamentos da região de Uberlândia, incluindo do PA Terra Firme, e vendidos na Feirinha Solidária para a população.

A foto 3, do mosaico 6, ilustra os suportes e /ou as barracas cedidas pelo projeto Feirinha Solidária disponibilizado pela Universidade para uso dentro do próprio espaço.

²¹ Projeto Feirinha Solidária UFU. Disponível em: <http://www.cieps.proexc.ufu.br/node/238>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Mosaico 6 - Feirinha Solidária/ UFU– Barracas e Mesas para comercialização coletiva



Fonte: A autora, Ferinha Solidária, 6 jul. 2024.

O PA Terra Firme projeta o espaço da feirinha solidária e outros espaços, disponibilizados no município, pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, como espaços nas feiras livres, e no Parque do Sabiá, as quais ocorrendo em diversos dias da semana e em vários bairros da cidade, como alternativas estratégicas e futuras para os pequenos produtores comercializarem de forma ampliada de seus produtos.

O Projeto Novo Agro, apoiado pela Secretaria de Agronegócio Economia e Inovação estabelecido pela Lei Municipal Nº 12.996 de 2018, busca fortalecer os negócios rurais e apoiar novos empreendimentos no setor agrícola para gerar mais emprego, renda e melhorar a qualidade de vida no campo. Também cria condições para que eles tenham acesso a recursos produtivos e insumos, conhecimentos, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor. Esse projeto municipal também tem como objetivo viabilizar sistemas

sustentáveis de produção de alimentos, implantar práticas agrícolas e promover cursos e treinamentos para capacitar os servidores municipais ligados à área rural e os/as produtores/as, estimulando o resgate cultural, a preservação da identidade gastronômica e do patrimônio histórico e natural, bem como o consumo dos produtos e serviços locais (BRASIL, 2018).

O item a seguir apresenta a diversidade de políticas públicas disponibilizadas pelo governo para o desenvolvimento do meio rural que poderão ser acessadas futuramente acessadas pelas famílias do Projeto de Assentamento Terra Firme. Tais políticas têm o potencial de promover melhorias na produção, na infraestrutura dos lotes e, consequentemente, na qualidade de vida dessas famílias.

3.6.4 Políticas públicas para o desenvolvimento de assentamentos

A seguir será abordado algumas políticas públicas disponibilizadas pelos governos que poderiam estar sendo utilizadas para melhorias de produção e das condições de vida das famílias do assentamento.

Para Cardoso (2019), as discussões sobre políticas públicas nos assentamentos devem ser aprofundadas, pois estes recursos são essenciais para o desenvolvimento das famílias em todos os aspectos. Estes recursos podem melhorar serviços essenciais no assentamento como, por exemplo, o acesso à água e energia elétrica, habitação e saneamento básico, transporte e condições das estradas, educação e saúde, os quais são indispensáveis para as famílias se prosperarem.

Porém, este recurso ainda não está ao alcance das famílias de agricultores, pois o INCRA não possibilitou a conclusão do processo do assentamento. De acordo com a cronologia apresentada na figura 1, restam ainda algumas etapas a serem cumpridas, que dependem do governo para que o projeto seja efetivado. Para a verificação da viabilidade de assentar as 37 famílias que já estão acampadas na área, resta ainda a execução de duas etapas importantes: uma delas é um pré-cadastro feito pelo INCRA, *in loco*, com o objetivo cadastrar as famílias já assentadas na área verificando o interesse das mesmas em concorrer a lotes em assentamentos de reforma agrária. Cadastrar as famílias que já estão nos lotes não garante a vaga em assentamento, já que será necessário realizar a inscrição no edital para concorrer a nível nacional, conforme critérios de seleção. O interessado em adquirir o lote deverá estar inscrito no Cadastro Único para programas sociais do governo (BRASIL, 2022).

A outra etapa, considerada como uma das mais importantes etapas do processo, consiste

em o interessado fazer a inscrição no período determinado pelo Edital de abertura para seleção de famílias, conforme Decreto Nº 9.311, de 15 de março de 2018. Após sua publicação no portal do INCRA, o edital é disponibilizado a nível nacional, informando detalhadamente todas as fases da seleção e os critérios para a escolha das famílias beneficiárias. Após a seleção, o INCRA fará uma identificação prévia considerando ordem de preferência e critérios classificatórios. Depois divulgará lista com a ordem dos candidatos, por meio de Edital de Classificação Preliminar. Em seguida, será aberto o período para interposição, análise e julgamento de eventuais recursos. Por fim, será publicado o Edital de Resultado Final, contendo a lista das famílias selecionadas por ordem de classificação. Após a divulgação do resultado final, as famílias selecionadas serão homologadas no sistema informatizado da autarquia e a mesma publicará a Relação de Famílias Beneficiárias (RB) do assentamento. Assim, a família que for selecionada, será finalmente efetivada como assentada, passando a ter acesso à terra, à créditos produtivos e a todos os demais incentivos previstos pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 2018; INCRA, 2024).

Na tentativa de garantir a permanência das famílias que já estão acampadas nos lotes do PA Terra Firme, mesmo após o cadastramento, estas poderão se organizar e recorrer principalmente aos movimentos sociais, associações e entidades de apoio para promover mobilizações coletivas, dossiês de ocupação, campanhas de visibilidade, diálogos com o INCRA e apoio jurídico, a fim de que consigam a permanência das famílias que já estavam acampadas na área.

As 37 famílias que já vivem na área, sentem-se ameaçadas de serem excluídas de um território construído com esforço e resistência. Esse cenário fragiliza a estabilidade social e emocional dos moradores podendo comprometer a continuidade dos vínculos comunitários e dos projetos produtivos em andamento. O medo da retirada iminente reduz a confiança nas instituições públicas e intensifica a sensação de vulnerabilidade no campo.

Enquanto aguardam a conclusão do projeto de assentamento as famílias deixam de receber os recursos públicos, disponibilizados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o que poderia melhorar suas condições de vida. Vale ressaltar que o PRONAF é restrito à agricultura familiar, oferecendo condições especiais para pequenos produtores rurais e está mais focado na inclusão social e desenvolvimento local, além de proporcionar, por parte do governo, um olhar diferenciado para a questão de gênero no meio rural e para a situação das mulheres, promovendo iniciativas como a liberação de linhas de créditos específica para elas, independentemente de seu estado civil, visando financiar investimentos que promovam a autonomia e o desenvolvimento das mulheres no campo

(EMBRAPA, 2024).

Para Delgado e Bergamasco (2017), é indiscutível que o PRONAF representou avanços significativos em relação às políticas anteriormente praticadas, ao reconhecer a grande e fundamental contribuição que os trabalhadores rurais, principalmente as mulheres agricultoras, trazem para a sociedade, o que antes eram tidos apenas como pequenos, de baixa renda ou de subsistência.

Assim, podemos destacar algumas das políticas de apoio aos/as agricultores/as familiares beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) mas que ainda não podem ser acessados pelas famílias do PA Terra Firme uma vez que o projeto não está concretizado: Recursos para Apoio Inicial – (para instalação, aquisição de itens de primeira necessidade, eletrodomésticos e equipamentos produtivos); Fomento – para promoção de segurança alimentar; Fomento Mulher – projetos produtivos exclusivo para mulheres; Fomento Jovem – exclusivo para jovens; Semiárido – para viabilizar necessidade de segurança hídrica No Nordeste brasileiro; Florestal – para manutenção sustentável de sistemas agroflorestais ou o manejo florestal de lotes e de áreas de reserva legal; Recuperação ambiental - para viabilizar a implementação e a manutenção sustentável de sistemas florestais ou agroflorestais ou o manejo florestal de lotes; Cacau - para viabilizar a implementação e a recuperação de cultivos de cacau em sistema agroflorestal e Habitacional e Reforma habitacional – para aquisição de materiais de construção, a contratação de projetos arquitetônico e de engenharia e a contratação de mão de obra e de serviços de engenharia.

De acordo com Vieira (2014), mesmo considerando a intenção geral do programa (PRONAF) em dinamizar a economia e beneficiá-la em médio e longo prazo, proporcionando mais renda aos/as pequenos/as produtor/as, o desenvolvimento social dos municípios não depende apenas de políticas de crédito, mas também de uma integração de diversas políticas públicas, que envolvem os meios de comunicação, de acesso aos mercados, infraestrutura social básica, atendimentos médico e hospitalar, educação e capacitação, assistência técnica e extensão rural, apoio à comercialização e sustentabilidade ambiental.

Os principais recursos do PRONAF, disponibilizados pelo governo por meio do Plano Safra para 2024/2025²², representam uma oportunidade de acesso pelas famílias para financiar

²² Maiores informações sobre aquisição de crédito, taxas de juros, prazos de carência e formas de pagamento disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Ou consultar diretamente as instituições financeiras participantes, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e outras cooperativas de crédito rural, além do site oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Acesso em: 6 ago. 2024.

melhorias das condições de produção e vida. Dentre os subprogramas disponíveis estão: Pronaf Custo; Pronaf Agroindústria; Pronaf Mulher; Pronaf Agroecologia; Pronaf Bioeconomia; Pronaf Mais Alimentos; Pronaf Jovem; Pronaf Microcrédito e Pronaf Cotas-Partes. Cada linha atende a demandas específicas de públicos e projetos distintos e com valores atualizados anualmente buscando atender as necessidades das famílias que venham a solicitar e adquirir estes recursos (BNDES, 2024).

Além dos recursos financeiros do Plano Safra/PRONAF, iniciativas coletivas têm fortalecido a organização produtiva das mulheres no campo, promovendo sua formação e autonomia no meio rural. Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2024), destacam-se programas como o POPMR, que impulsiona a produção e independência das trabalhadoras rurais; o PNDTR, que assegura a emissão gratuita de documentos; e o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. Também atuam nesse contexto o CONDRAF e o CONAPE, fomentando o desenvolvimento sustentável, a CNPI, com foco nas políticas para povos indígenas, e campanhas como a de Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento²³, essenciais para garantir o acesso a direitos e cidadania plena.

Com o apoio de apenas algumas dessas iniciativas, as mulheres do PA Terra Firme se motivam a permanecerem na luta pela terra em busca de promover, juntamente com o INCRA, a conclusão do projeto de assentamento. O objetivo é garantir o acesso efetivo às políticas públicas e, assim, conquistar sua independência financeira e a prosperidade nos lotes.

Inspiradas por diversas organizações e pela trajetória de resistência de outras mulheres do campo, essas agricultoras - também conhecidas como “margaridas”, por sua longa história de quase 20 anos de luta - almejam romper com a invisibilidade social e reivindicam, junto ao governo, soluções que viabilizem a consolidação do processo de reforma agrária, permitindo que cada família assentada provisoriamente possa viver dignamente do que produz nos lotes.

Além do Agro + Mulher, lançado pelo MAPA; Qualifica Mulher do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criados pelo Ministério da Educação e Ministério da Cidadania, respectivamente, são dois dos mais importantes programas de auxílio a agricultura familiar e visam reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres no campo, salientando a importância desse trabalho e sua contribuição para a economia local.

²³ O Sub-Registro civil ocorre quando o nascimento de uma pessoa não é registrado no prazo legal ou não é registrado de forma alguma, o que resulta em dificuldades para acessar direitos básicos, como educação, saúde e programas sociais (MDHC, 2019).

Esses programas promovem a igualdade de gênero e incentivam práticas agrícolas sustentáveis, além de apoiar as mulheres na produção de alimentos. Ao facilitar o acesso das mulheres ao PAA, o governo ajuda a melhorar suas rendas, contribuindo para sua autonomia econômica e para a segurança alimentar e nutricional no Brasil (EMBRAPA, 2024).

De acordo com Lopes e Butto (2008), o MDA e o INCRA, com base nos compromissos assumidos nos Planos Nacionais de Reforma Agrária e de Políticas para as Mulheres, têm promovido, em diálogo com diversas organizações femininas, um conjunto de políticas públicas voltadas à promoção da autonomia econômica das mulheres assentadas, fator essencial para a superação das desigualdades vivenciadas por elas.

Para Lopes e Zarzar (2008) a literatura sobre assentamentos tem destacado os aspectos particulares desta nova realidade criada por políticas públicas, a partir das pressões dos/as e trabalhadores/as rurais, no que se refere a formação de acampamentos e ocupações de terra. Ao aprofundar a pesquisa, analisando os dados, qualitativos e quantitativos, consegue-se verificar as relações de gênero nos assentamentos, identificando um sério problema de invisibilidade do trabalho feminino no mundo rural e sua continuidade em diversas áreas.

Estas ações visam amenizar as desigualdades e garantir o fortalecimento das organizações econômicas. Com estas conquistas, novos horizontes para as lutas das mulheres são alcançados, e isso impulsiona a democratização do Estado brasileiro e contribui para a construção de um novo projeto de desenvolvimento nacional, possibilitando a superação das desigualdades impostas às mulheres rurais.

Em 2023, o governo brasileiro implementou uma série de políticas voltadas para mulheres rurais como o Programa Minha Casa, Minha Vida, o Programa Nacional de Cidadania e Bem Viver e o Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais visando promover a inclusão social, econômica e política das mulheres no meio rural, buscando facilitar o acesso delas à moradia, créditos e financiamentos, saúde e bem-estar, educação e capacitação bem como sua participação na política e com isso fortalecer o protagonismo feminino no campo e reduzir as desigualdades de gênero (BRASIL, 2023).

No entanto, no caso do PA Terra Firme, as famílias acampadas na área do assentamento não conseguem acesso a estes Programas de governo pois ainda enfrentam o desafio de não ter o assentamento plenamente reconhecido e regularizado pelo INCRA, o que limita o acesso efetivo a essas políticas e aos direitos já garantidos em outros contextos.

Após o relato sobre as características gerais do PA Terra Firme, seguiremos com o estudo sobre os planos de governo e os impactos destes planos sobre o processo de formação do assentamento para melhor compreensão do desenvolvimento do trabalho.

SEÇÃO 4 - DISPARIDADES SOCIOECONÔMICAS E DE GÊNERO E AS LUTAS DOS/AS ASSENTADOS/AS PARA MELHORIAS DAS CONDIÇÕES DE VIDA E PERMANÊNCIA NA TERRA

Nesta seção serão discutidos os desafios enfrentados pelas mulheres no contexto dos assentamentos rurais, destacando, historicamente, a luta pela equidade de gênero nas atividades produtivas e as condições de vida que influenciam sua permanência e desenvolvimento na terra.

4.1 Histórico de atuação das mulheres na luta pela terra

Este item inicia com uma contextualização geral sobre a invisibilidade das mulheres no meio rural. Em seguida discute-se sobre a trajetória histórica delas, marcada por lutas pela conquista da terra e pela ampliação da sua participação e reconhecimento social.

Na história de luta das mulheres, de acordo com Costa, Marques e Oliveira (2016), mesmo que a Constituição de 1988, em seu artigo 226, §5º, alega haver igualdade entre homens e mulheres na família, e no artigo 189, parágrafo único, estabelece que o título de domínio ou concessão de uso de terras para fins de reforma agrária serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentes de seu estado civil, o trabalho delas ainda é pouco reconhecido e valorizado.

As famílias de agricultores familiares do PA Terra Firme, em sua maioria mulheres com titularidade do lote, ainda tem seu trabalho na invisibilidade, evidenciando as diferenças de gênero. Porém, mesmo com as diferenças, elas estão ocupando seus lugares nos processos de luta pela terra, produzindo e cultivando o desejo de ter uma terra livre onde possam sobreviver do que produzem.

Para Brumer e Anjos (2008) esta luta pela terra constituiu-se como uma ruptura social de uma situação vivida anteriormente, tanto para aquelas provenientes do meio rural, marcadas pela situação de precariedade advindas como integrantes de famílias de parceiros, arrendatários ou de agricultores familiares com dificuldades na reprodução social, quanto para aquelas originadas de periferias urbanas, em situação de subemprego ou desemprego. Historicamente, não foram suficientemente reconhecidas pelo governo e pela sociedade como agricultoras familiares e assentadas pela reforma agrária, pois as políticas públicas pouco se direcionaram para este segmento, e quando o faziam, eram destinadas à família rural considerando-a de forma homogênea.

De acordo com Delgado e Bergamasco (2017), a falta de direcionamento e de inserção das diversas comunidades locais e grupos sociais como as mulheres da agricultura familiar e camponesa e os/as jovens rurais, bem como as populações tradicionais e os/as assalariados/as rurais nas políticas, programas e ações de instituições públicas, organizações e movimentos sociais ocasionam atraso no desenvolvimento socioeconômico destas famílias, restringindo suas oportunidades de acesso a recursos para capacitação, dentre outros.

Estas restrições fizeram surgir o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), com raízes na região sul e em várias outras regiões do Brasil com o objetivo de incentivarem a luta contra esta hegemonia de um modelo nefasto às condições de vida das mulheres. Iniciado no final dos anos 1980, e concretizando-se no início de 1990, o movimento vem procurando estimular as camponesas ao resgate de práticas alimentares e de cuidados com a saúde por meio de uma alimentação mais saudável, que vai desde a maneira de produzir, recuperando uma variedade de espécies alimentícias e sua multiplicação (sementes crioulas), às diferentes formas de preparo, o cultivo de ervas medicinais que são alternativas aos remédios convencionais confeccionados com substâncias químicas e, a recusa à utilização de agroquímicos na produção agrícola familiar. Este movimento também foi de fundamental importância para tornar visível o trabalho feminino nos campos, a luta pelos direitos trabalhistas e o reconhecimento da profissão de agricultora (DELGADO e BERGAMASCO, 2017, p.461).

Segundo Rohnelt e Salomoni (2010, p.16), a agricultura familiar tem evoluído para se adaptar e manter-se no meio agrícola. Neste processo de adaptação, são as mulheres que exercem um papel central, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e econômico de suas famílias. Elas ampliam sua participação por meio da extensão de jornadas de trabalho em indústrias, nos trabalhos domésticos e agrícola, com a transformação de matéria-prima em produtos manufaturados, seja na confecção de artesanatos domésticos ou dedicando à pequenas unidades de comércio localizadas próximas ao local da produção com a finalidade de complementar a renda familiar, reforçando sua importância para a economia.

As mulheres adotam diversas estratégias, de acordo com Aguiar (1984), para romper com a ideia de que devem ser representadas pelo “chefe de família” e para que seu trabalho na agricultura não seja reduzido a uma “ajuda” e que fiquem restritas apenas a fazerem tarefas domésticas, como por exemplo, a alimentação da família, limpeza da cozinha e da casa, cuidado com a roupa, com as filhas e filhos pequenos. Elas também contribuem com sustento da família: os cuidados com a horta e animais, obtenção de água e combustível para a casa, buscando se firmarem em posição de maior reconhecimento fazendo com que seu trabalho na agricultura familiar se torne visível uma vez que são as grandes responsáveis pela maioria das atividades

exercidas no setor.

Para Bogo (2003, p. 12), causava estranhamento a ideia de “um homem ir para a terra sozinho, tinha que acompanhá-lo a mulher e os filhos”. Essa percepção do autor revela a crença de que a presença da mulher era fundamental, não apenas para as tarefas domésticas e produtivas, mas também para oferecer suporte emocional e social ao homem, ajudando a garantir sua permanência na terra. Além disso, reforça a noção de que a estrutura familiar tradicional era vista como um elemento essencial para o sucesso da ocupação e consolidação dos assentamentos.

Para Gonçalves (2010), as mulheres foram se organizando em ações de luta pela terra e provocando alguns questionamentos sobre a estrutura de poder expressas na própria família e na organização dos Movimentos. Dessa maneira, os coletivos de mulheres ou de gênero passaram a existir a partir da segunda metade dos anos 1990, assim, a “invisibilidade” da participação feminina passou a ser o objeto de debates e resoluções. Com a realização I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em 1995, houve várias discussões onde mulheres de organizações rurais discutiam sobre a necessidade da incorporação aos seus direitos os mesmos direitos já conquistados pelas trabalhadoras urbanas, como salário-maternidade, auxílio acidente de trabalho, etc. Este Encontro teve forte influência do MST que passou a reconhecer que as questões das mulheres estavam sendo deixadas de lado especialmente diante da ascensão de um debate mais amplo sobre gênero.

É difícil encontrar uma explicação detalhada e precisa das razões que levaram o Coletivo Nacional de Mulheres a se tornar Coletivo Nacional de Gênero, pois havia muita dificuldade de avançar na participação das mulheres em uma estrutura comandada basicamente por homens. Observou-se que o próprio movimento foi descobrindo que conseguiria avançar nesse debate da participação das mulheres se todos fossem envolvidos, inclusive os homens de cada família permitindo, assim, uma discussão mais ampla sobre as desigualdades de gênero e fortalecendo a luta das mulheres dentro da organização (GONÇALVES, 2010).

Assim, tanto a própria reforma agrária quanto o MST, facilitaram a participação das mulheres dentro de espaços públicos de maneira diferente. Elas passaram a atuar de forma ativa nas discussões em grupos de famílias, setores de acampamentos e assembleias passando a contribuir com as discussões e decisões coletivas, ampliando seu protagonismo dentro do movimento. A participação das mulheres no movimento exigiu o envolvimento de seus companheiros, levando-as a se engajar cada vez mais nas lutas. Com suas ferramentas e bandeiras, enfrentaram riscos, incluindo a própria vida. Muitas foram assassinadas, tornando-se símbolo de resistência (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2023).

Nesse contexto, destaca-se Margarida Maria Alves (1943-1983), líder sindical da Paraíba, que foi assassinada a mando de latifundiários por lutar por direitos trabalhistas e reforma agrária; Dorothy Stang (1931-2005), missionária e ativista ambiental, foi morta no Pará por defender pequenos agricultores e denunciar a grilagem de terras; Eulina Maria de Almeida (1953-1997), militante do MST, assassinada no Paraná em conflitos agrários; Cleusa Carolina Rody Coelho (1933-1985), freira missionária, assassinada no Amazonas por apoiar indígenas e trabalhadores sem-terra e Maria do Espírito Santo (1955-2011), ambientalista e militante da reforma agrária, assassinada juntamente com seu marido José Cláudio Ribeiro da Silva no Pará, devido à sua luta contra a exploração ilegal de terras.

Todas estas mulheres tiveram papel fundamental na luta pelos direitos humanos, justiça social e defesa dos povos marginalizados no Brasil. Com destaque para a luta de Margarida Alves, primeira mulher a liderar um sindicato no Brasil, cuja luta pelos direitos dos trabalhadores desafiou os poderosos e inspirou gerações. Notou-se que a qualidade da participação das mulheres exigia também um envolvimento maior de seus companheiros. Dessa maneira, as trabalhadoras rurais se dispunham, cada vez mais, a estarem de prontidão nas diversas frentes de lutas. Com suas ferramentas de trabalho e suas bandeiras, se lançam nos combates correndo vários riscos, inclusive o de perder a própria vida. Muitas foram assassinadas, porém suas mortes serviram de incentivo para que outras lutadoras se levantassem e pudessem seguir o caminho trilhado por elas. Nesse contexto, destaca-se a luta de Margarida Maria Alves que como agricultora familiar, defensora dos pobres, foi a primeira mulher a exercer o cargo de líder sindical no país lutando pelos direitos dos trabalhadores, o que desagradou os poderosos. Meses antes de calarem sua voz, ela disse: “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”. Em, 12 de agosto de 1983 ela foi assassinada e até hoje não foram punidos os culpados (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2023).

Depois de sua morte, iniciou-se um processo coletivo de luta que reúne mulheres de todo o Brasil, em que trabalhadoras do campo e da floresta, das cidades, se reúnem em uma manifestação que vem ocorrendo desde o ano 2000. Com edições também em 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019, o evento, realizado sempre em agosto, para lembrar o mês do assassinato de Margarida Maria Alves, tem revelado grande capacidade de mobilização e organização de mulheres de todo país que vão até a Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, levando suas reivindicações e mostrando visibilidade ao seu trabalho e sua existência demonstrando aos governantes suas necessidades e desafios. Na edição de agosto de 2023, reuniu-se em Brasília mais de 100 mil mulheres trabalhadoras traçando o caminho para buscar a construção de um projeto de sociedade que propõe um Brasil sem violência, onde a democracia e a soberania

popular sejam respeitadas, a partir de relações justas e igualitárias, pois as mulheres acreditam que é possível construir novas relações sociais pautadas na ética, solidariedade, reciprocidade, justiça e respeito à natureza (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2023).

No mosaico 7 (figura 1) mostra Margarida Maria que até hoje é lembrada pela sua luta, que serve de inspiração e incentivo à outras mulheres na busca pelos seus direitos, pelo empoderamento feminino e em defesa dos pobres e trabalhadores, principalmente os do meio rural. Na figura 2, Dorothy Stang que atuou por mais de 30 anos no Pará, em defesa dos trabalhadores rurais sem terra, da floresta Amazônica e das comunidades tradicionais. A figura 3 representa a líder comunitária, educadora e agroextrativista no Pará, Maria do Espírito Santo da Silva, que atuava ao lado do marido, José Cláudio Ribeiro da Silva, na preservação da floresta e dos modos de vida agroextrativistas. Denunciava a extração ilegal de madeira e desmatamentos no Projeto de Assentamento Agroextrativista Praialta-Piranheira. O casal foi assassinado em uma emboscada por pistoleiros, num crime que chocou o país e expôs a violência na Amazônia. Na figura 4 do mosaico 7 está Irmã Cleusa Carolina Rody Coelho, missionária agostiniana, atuou com os povos indígenas, especialmente com o povo Apurinã, no Amazonas. Defendia a autonomia indígena, seus direitos territoriais e culturais, enfrentando a ação violenta de fazendeiros e posseiros.

Mosaico 7 – Pessoas que morreram na luta pela terra, pelos fracos e oprimidos.



Fonte: Google.

Cardoso (2009), também reforça a necessidade das famílias se organizarem juntamente com a Marcha das Margaridas e os movimentos sociais, visando intensificar a luta pela terra. Para tanto, destaca-se o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento Popular pela Reforma Agrária (MPRA), que foram movimentos muito importantes para evidenciar as mobilizações do campo, mostrando a necessidade de se ter um desenvolvimento econômico e social extremamente intenso no campo, e promover debates sobre a questão agrária. A atuação destes movimentos vem pressionando o governo sobre a necessidade de fazer reforma agrária, visando a redução de conflitos e melhoramento das condições de vida das populações rurais.

A história das mulheres na luta pela terra evidencia a importância de sua participação para o fortalecimento da reforma agrária. Mesmo diante da invisibilidade e das desigualdades, elas seguem buscando ocupar espaços de decisão, resistindo e construindo alternativas no campo. Suas histórias de luta precisam ser valorizadas como parte essencial da transformação social e da justiça no meio rural.

4.1 Luta pela igualdade de gênero – Trajetória histórica

Neste contexto, busca-se compreender a trajetória histórica da luta das mulheres rurais por igualdade de gênero, permitindo reconhecer tanto os avanços conquistados quanto os desafios persistentes, especialmente no que se refere ao acesso à terra, à titularidade dos lotes, à divisão do trabalho e ao reconhecimento social de sua atuação.

De acordo com Deere (2004) e baseado em dados do Primeiro Censo de Reforma Agrária de 1996, somente 19.905 mulheres foram beneficiadas diretas pela reforma agrária, representando 12,6% do total nacional de 157.757. No Brasil, há uma variação considerável na participação de mulheres por região, com a fração de beneficiárias mulheres sendo mais alta no Sudeste (13,8%) e no Nordeste (13,4%) e mais baixa no Sul (7,9%).

Gaspareto (2009) destaca que a histórica trajetória que privou as mulheres à casa e à família, dificultou sua participação nos espaços de discussão e de formulação, como por exemplo, na elaboração das políticas públicas e na reforma agrária. Em geral, estas questões foram assumidas pelos homens que estão, majoritariamente, presentes nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações, Conselhos, Movimentos Sociais e outras Organizações, ou seja, em espaços públicos, espaços de debates e proposições políticas. Pode-se dizer que a falta de políticas voltadas para as mulheres, que vivem a dupla ou tripla jornada de trabalho, pautada pela desigualdade social, é resultado dessa construção social, histórica, política e cultural.

Diante destas desigualdades, de acordo com Saffioti (2013), as mulheres vêm buscando conquistar seu espaço bem como avanços salariais, porém, ainda sofrem com as desigualdades de remuneração pelo seu trabalho, tanto no meio rural quanto no urbano. Buscam, construir uma nova história questionando seu papel na trajetória histórica da humanidade e evidenciando a necessidade de transformar as estruturas opressoras e perversas da sociedade com o intuito de reconstruírem as relações sociais em que vivem.

No início, as mulheres rurais enfrentavam uma dupla marginalização que além das dificuldades inerentes à vida no campo, eram frequentemente excluídas dos espaços de decisão dentro dos movimentos sociais e sindicais. Suas contribuições eram subestimadas, e elas raramente ocupavam posições de liderança. A sociedade patriarcal vigente limitava sua participação pública, confinando-as às responsabilidades domésticas e familiares. Com isso, elas passaram a se organizar com o intuito de reivindicarem o reconhecimento de suas culturas e saberes, além de lutarem por políticas de valorização e apoio para melhores condições de vida, de trabalho e de produção de alimentos saudáveis, sendo as responsáveis por grande parte da produção destes alimentos, além de terem cuidado com o meio ambiente e preservação da biodiversidade apesar de enfrentarem desafios de grande importância, como o acesso limitado

a recursos, educação, saúde e participação política (SAFFIOTI, 2013).

Como tentativa de suavizar a situação de discriminação histórica da mulher, a Organização das Nações Unidas, instituiu em 2007 o Dia Internacional da Mulher Rural, que é celebrado em 15 de outubro de cada ano. Nesse dia, se reconhece a contribuição vital das mulheres rurais na promoção do desenvolvimento agrícola, na melhoria da segurança alimentar e na erradicação da pobreza nas áreas rurais, destacando a necessidade de apoiar políticas e programas que promovam a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres rurais.

A Marcha das Margaridas também se destaca como uma importante ação conquistada pelas mulheres do campo e da floresta, com o apoio de Federações como a Contag e Sindicatos que se consolidou na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR e de diferentes organizações parceiras movimentos e organizações feministas e de mulheres trabalhadoras e centrais Sindicais e organizações internacionais, que articulam e mobilizam mulheres em torno de diferentes questões que as permeiam (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2023).

A “Agenda 2030”, criada em 2015, pela Organização das Nações Unidas (ONU) tem como meta atingir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): promover a erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, Saúde e bem-estar, Educação de qualidade, Igualdade de gênero, água potável e saneamento, energia acessível e limpa, trabalho decente e crescimento econômico até 2030.

Figura 2 – Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Observatório de Mulheres Rurais, (2023).

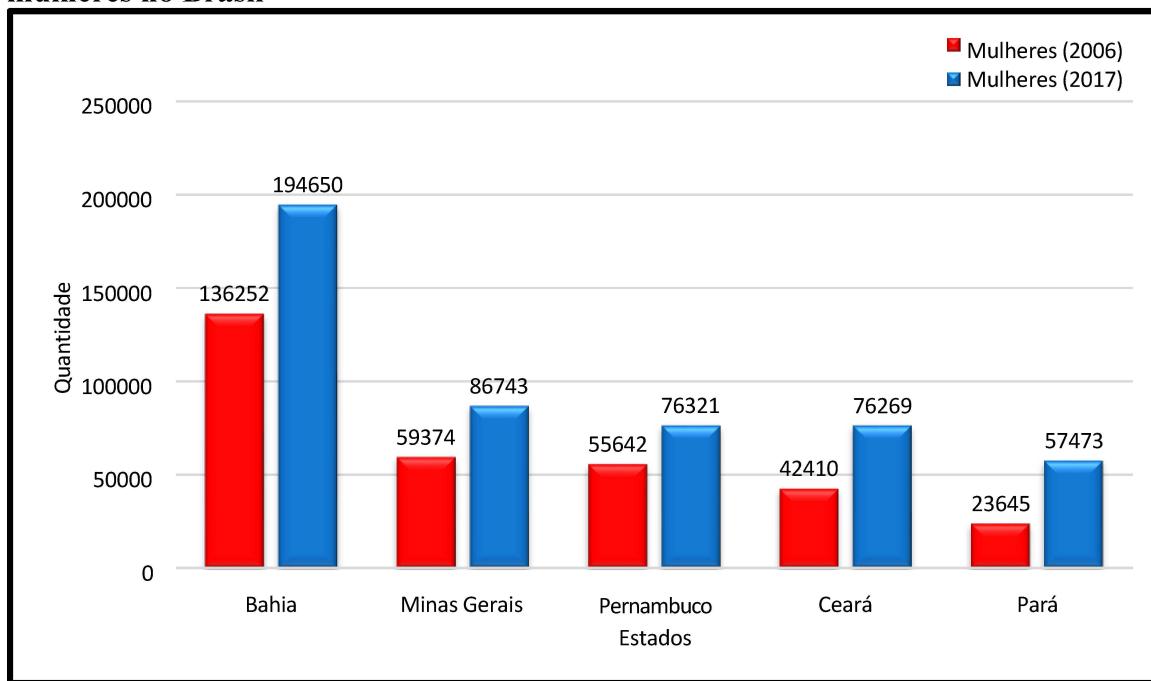
Dessa forma, neste estudo é abordado apenas o objetivo 5, que trata das questões de gênero, das assimetrias nas relações de trabalho e das lutas por melhores condições de vida,

bem como pela permanência das trabalhadoras rurais na terra. Embora este objetivo esteja conectado aos demais ODS'S, os demais não são objetos de estudo nesse momento.

Para dar suporte à conquista dos objetivos da agenda 2030, de acordo com Arzabe (2023), foi criado em 2022, o Observatório das Mulheres Rurais para oferecer visibilidade ao trabalho das mulheres do campo envolvendo de forma integrada várias instituições como Mapa, Embrapa, FAO e IBGE. Esta ferramenta pretende fornecer subsídios para o desenvolvimento de estratégias, projetos e programas e criação ou aprimoramento de políticas públicas em benefício das mulheres que atuam em atividades agropecuárias, florestais e/ou aquícolas, como objetivo de reunir e fornecer dados sobre o número de mulheres no campo, sejam elas dirigentes de estabelecimentos rurais ou trabalhadoras.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017, o número de mulheres dirigindo propriedades rurais no Brasil alcançou quase 1 milhão. Apenas 19% (947 mil) são mulheres responsáveis pela gestão de propriedades rurais, de um universo de 5,07 milhões, enquanto os homens detêm 81% (4,1 milhões). A maioria está na região Nordeste (57%), seguida pelo Sudeste (14%), Norte (12%), Sul (11%) e Centro-Oeste, que concentra apenas 6% do universo de mulheres dirigentes. Segundo o IBGE, as mulheres administram cerca de 30 milhões de hectares, o que corresponde apenas a 8,5% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais no País (BRASIL, 2021).

Gráfico 14 – Estados com maior número de estabelecimentos rurais dirigidos por mulheres no Brasil



Fonte: Observatório de Mulheres Rurais do Brasil, 2023. Adaptado pela autora.

Além disso, os estudos apontaram também que apenas 9,6% das mulheres obtêm

informações técnicas por meio de reuniões ou seminários, enquanto entre os homens, a porcentagem é de 14,3%. No que se refere à participação em atividades associativas, como cooperativas, apenas 5,3% são cooperadas, enquanto 12,8% dos homens participam de algum tipo de associação.

Ainda, de acordo com o Censo 2017, com relação às atividades econômicas desempenhadas nas propriedades, há uma diferença entre mulheres proprietárias e não proprietárias. Entre as proprietárias, 50% das atividades econômicas estão relacionadas à pecuária e criação de outros animais; 32% à produção de lavouras temporárias e 11% à produção de lavouras permanentes. Entre as não proprietárias (produtoras sem área; concessionárias ou assentadas aguardando titulação definitiva; ocupantes; comandatárias; parceiras ou arrendatárias), 42% das atividades econômicas estão relacionadas à produção de lavouras temporárias; 39% à pecuária e criação de outros animais e 7% à produção de lavouras permanentes. As demais se encontram distribuídas entre produção florestal (florestas nativas e florestas plantadas), horticultura e floricultura, aquicultura, pesca e produção de sementes e mudas certificadas.

As famílias do PA Terra Firme, formadas em sua maioria por mulheres à frente de seus lotes se enquadram no montante de trabalhadoras não proprietárias, mas que buscam enfrentar os inúmeros desafios como falta de infraestrutura e água para se desenvolverem em seus lotes.

Diante deste cenário, as famílias de agricultoras familiares, continuam se mobilizando em busca da regularização e estruturação do Projeto de Assentamento Terra Firme.

Destas mobilizações podem resultar em avanços importantes, tanto para se conseguir o reconhecimento legal da terra, de direitos trabalhistas para as mulheres rurais, de maior representatividade nos espaços de decisão quanto para a implementação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e sustentável, visando o combate à violência de gênero no campo e assegurando a continuidade destas políticas.

Neste contexto, também surgiu o questionamento sobre as possíveis disparidades de gênero vivenciadas pelas trabalhadoras do PA Terra Firme. Assim, os objetivos específicos IV e V orientam a investigação destas percepções que serão abordadas a seguir.

4.2 Percepções sobre as relações de gênero no PA Terra Firme

A partir do roteiro de entrevista buscou-se compreender, de forma ampla, as perspectivas de mudanças nas relações de gênero ocorridas entre homens e mulheres do PA Terra Firme, especialmente no que se refere às divisões de trabalho existentes; ao acesso à

educação e capacitação das mulheres, às condições de saúde e bem-estar, ao poder de decisão e à percepção sobre as diferenças de gênero existentes.

4.2.1 Conhecendo as histórias de vida das mulheres

Neste item, será feito um breve histórico de vida das seis mulheres do PA Terra Firme entrevistadas, em visita a campo realizada dia 16 de fevereiro de 2025.

Provenientes de cidades mineiras como Jaíba, Monte Alegre de Minas, Conceição das Alagoas e São Gotardo, além de Luziânia, em Goiás, e motivadas pela busca por novas oportunidades de vida, as mulheres iniciaram sua luta pela terra em 2004. No entanto, foi em 19 de julho de 2008 que acamparam na área do atual Projeto de Assentamento Terra Firme, onde permanecem até hoje, aguardando a regularização por parte do INCRA.

Com a estratégia de utilização do nome de flores, escolhidas por elas mesmas e inspiradas na proposta de Leal, et. al (2024), as mulheres terão suas identidades mantidas no anonimato. Cada uma das entrevistadas, escolheu o nome da flor pela sua resistência, beleza e força, características muitas vezes relacionadas à resistência e à luta no campo.

Assim, das seis entrevistadas, Rosa, com 51 anos de idade, é natural de Conceição das Alagoas, (MG), possui ensino superior, seu núcleo familiar é composto apenas por ela e sua mãe pois não possui filhos nem companheiro. Destaca que sua principal função no assentamento é trabalhar como agricultora familiar, porém isso ainda não está sendo possível pela falta de recursos advindos das políticas públicas do governo uma vez que o assentamento ainda não está legalizado.

Flor do Deserto, com 28 anos, é natural de Jaíba, (MG), solteira, possui nível superior, e não possui filhos. Seu núcleo familiar é composto por ela e pelo pai sendo que ambos se dedicam a produção de alimentos oriundos da agricultura familiar.

Orquídea, natural de São Gotardo, (MG), tem 74 anos de idade, é viúva, analfabeta, possui 2 filhos. Mora no lote e produz de tudo um pouco para seu sustento: hortaliças, cria galinhas e porcos, produção de ovos, dentre outros. Orquídea teve três filhos, sendo um deles falecido. Os outros dois possuem 46 e 47 anos e moram na cidade de Uberlândia onde trabalham para conseguirem seu sustento e de suas famílias. Os filhos vão para o lote todos os finais de semana e auxiliam na produção de produtos hortifrutigranjeiros para o consumo próprio.

Lírio, atualmente com 52 anos de idade, possui ensino médio completo, é natural de Lírio, atualmente com 52 anos de idade, possui ensino médio completo, é natural de Conceição das Alagoas, (MG) e possui em seu núcleo familiar o casal e dois filhos. É agricultora familiar

no assentamento, possui uma pequena granja que produz ovos que são revendidos na Central de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasa Minas) em Uberlândia, (MG) e diversos outros produtos para consumo próprio como mandioca, galinhas caipiras (abatidas) e porcos vivos ou abatidos. Quanto aos filhos, um está com 32 e outro com 34 anos de idade e também moram fora do assentamento. O primeiro, na cidade de Uberlândia, (MG), trabalhando como médico veterinário e o outro reside no Estado do Pará, trabalhando como engenheiro agrônomo em terras do sogro e esposa.

Flor de Maracujá é natural de Luziânia (GO), com 55 anos de idade e ensino médio completo, possui em seu núcleo familiar o casal e dois filhos. Um com 23 e o outro com 29 anos de idade, que moram fora do lote. Ambos trabalham em empresas na cidade de Uberlândia para conseguirem seu sustento. Em seu lote, já são produzidos diversos tipos de hortifrutigranjeiros e frutas como maracujá, além da criação de frangos caipiras abatidos, porcos vivos ou abatidos para autoconsumo e venda do excedente e também faz produtos de panificação para venda a clientes do próprio assentamento e da região de Uberlândia, (MG).

Flor de Maio, natural de Monte Alegre de Minas, (MG), atualmente com 48 anos de idade, possui formação em nível superior. É divorciada e seu núcleo familiar é composto por ela, um casal de filhos biológicos e uma filha de criação. Atua como agente político e liderança feminista, desempenhando um papel ativo no assentamento. Seus filhos residem no lote, porém buscam na cidade oportunidades de estudo e trabalho como forma de melhoria das condições de vida.

A seguir, ocorrerá um detalhamento do processo de divisão de trabalho no Assentamento bem como das tomadas de decisões que auxiliarão na compreensão da dinâmica social e organizativa das famílias assentadas.

4.2.2 Divisão de trabalhos e poder de decisão

Neste item, haverá uma abordagem nas relações de gênero que auxiliará na compreensão das dinâmicas entre o masculino e o feminino, especialmente no que se refere à divisão do trabalho e ao poder de decisão no contexto do assentamento.

Primeiramente, de acordo com Hirata e Kergoat (2007), conceitua-se divisão sexual do trabalho como sendo a forma em que se divide o trabalho social resultante das relações sociais entre feminino e masculino. Histórica e socialmente construída, a divisão sexual do trabalho propõe a atribuição ao gênero masculino, tarefas ligadas ao âmbito produtivo e de valor social, enquanto ao feminino, são designadas as tarefas de reprodução social.

De acordo com Siliprandi e Cintrão (2015), na agricultura familiar, as mulheres desempenham uma diversidade de tarefas, fazem todo trabalho dentro e fora da casa. Participam do trabalho na agricultura (preparação do solo, plantio, manejo das plantações, colheita, pós-colheita) e também se responsabilizam por realizar atividades agrícolas (hortas, pequeno roçado voltados ao consumo familiar e a transformação de alimentos) e o trato dos animais, especialmente de pequeno porte e/ou destinados ao consumo direto da família. Por serem muitas vezes realizadas próximas à casa e junto a outras tarefas, as atividades agrícolas das mulheres são vistas, em geral, como uma extensão das suas tarefas domésticas ou como uma “ajuda”, não sendo contabilizadas em termos monetários e nem consideradas como “trabalho”. No entanto, seus produtos contribuem para conformar a renda da unidade familiar, seja via consumo direto ou via comercialização.

Em estudo realizado por Deere (2004), verificou-se que está se tornando evidente a internalização das questões de gênero dentro do MST, mas em ritmos diferentes nos diversos estados brasileiros. Estas questões estão associadas ao aumento no número de mulheres em posições de liderança nos assentamentos ou dentro da liderança estadual ou sub-regional. Esse crescente processo, em parte, se justifica no aumento da fração de beneficiárias da reforma agrária em estados como Ceará, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Para Brazão e Oliveira (2015), os esforços mobilizados coletiva ou individualmente têm sido cruciais para se obter avanços e superar as estruturas patriarcais e heteronormativas, racistas, etnocêntricas e capitalistas que ordenam a dominação das mulheres.

As entrevistadas do assentamento, foco desse estudo, em sua maioria, também buscam evidenciar a necessidade de mudanças referentes às questões de gênero tanto junto aos movimentos sociais quanto dentro do próprio assentamento, uma vez que acumulam diversas tarefas, abrangendo trabalhos domésticos e atividades no campo.

Diante das atividades realizadas no assentamento, Rosa ainda não consegue produzir nem executar atividades relacionadas à agricultura familiar, pois os recursos próprios não são suficientes. Aguarda legalização do assentamento para buscar novos recursos para investimento. Desempenha também o trabalho de cuidados com a casa, e com idosos, neste caso, sua mãe. Produz quitandas apenas para o consumo, mas quer plantar mandioca para revenda, assim que o assentamento for concluído. Para ela, a valorização de atividades desenvolvidas no PA Terra Firme, como cuidar da terra, da plantação e a capina é essencial para o desenvolvimento de atividades agropecuárias para produção de itens essenciais para consumo e revenda. Não recebe nenhuma remuneração pelos cuidados com a casa e idosos nem pelo trabalho que desenvolve no campo - faz porque gosta. Quando faz, pequenos cultivos no lote é

para o consumo próprio. Participa das tomadas de decisões como escolha da área a ser plantada, adubação, tipo de semente a ser cultivada, capina, plantio colheita, armazenagem bem como da compra de insumos e infraestrutura utilizadas.

Rosa considera que o trabalho nas atividades agrícolas é bem distribuído de maneira igualitária entre os homens e as mulheres do assentamento, quando se refere às famílias do grupo e a sua própria família: “Quando divide as tarefas cada um faz a sua parte. É bem dividido. E quando as tarefas são executadas pela sua família, também cada uma faz a sua parte. É uma casa de mulheres, não tem homens” (Rosa).

Já Rosa do Deserto é agricultora familiar realizando atividades referentes à gestão da produção agrícola na unidade familiar. Cuida da casa e do pai idoso. Auxilia na organização e nas finanças do assentamento. Considera as atividades desenvolvidas no assentamento como o auxílio na organização do assentamento e das finanças as mais valorizadas, porém não recebe nenhum tipo de remuneração por executar estes trabalhos. “É tudo voluntário”, diz.

Participa de todas as tomadas de decisões referentes a plantação no lote como aração e gradagem, semeadura e plantio, capina, adubação, colheita e armazenagem. Não utiliza transporte para comercialização da produção pois é toda para subsistência. A produção é orgânica sem uso de herbicidas e fungicidas.

Os trabalhos quando divididos entre as famílias do grupo de assentados e sua própria família são bem desenvolvidos e executados tanto pelos homens quanto pelas mulheres.

Orquídea também se identifica como agricultora familiar, responsável pela produção agrícola ou pecuária na unidade familiar. No lote, ela faz de tudo um pouco: cria galinhas, porcos, planta hortaliças etc. Cuida da casa e da horta, considerando como atividades que desenvolve no assentamento as mais valorizadas: fazer polvilho, cuidar das galinhas, fazer queijos e cuidar dos porcos. A única remuneração que recebe para seu sustento é a pensão do marido falecido. Os filhos a auxiliam nas tomadas de decisões e nos cuidados com os animais.

Considera que o trabalho nas atividades agrícolas é distribuído de maneira igualitária entre homens e mulheres do assentamento tanto quando se considera as famílias do grupo quanto a própria família. “Todos fazem e desenvolvem juntos as tarefas”. Não tem tanta coisa pra fazer, mas as tarefas são divididas” (Orquídea).

Lírio também se considera uma agricultora familiar e trabalhadora rural que produz artesanatos, doces e quitandas. Das atividades realizadas dentro do assentamento ela destaca, nesta ordem, as mais importantes: cuidado com o lote de uma maneira geral, como por exemplo

o roçado do capim próximo a casa para evitar entrada de insetos e animais peçonhentos, cuidado com os animais, principalmente as galinhas que produzem os ovos para venda e os cuidados com o leite pois dele faz quitandas e doces.

“Após contrair a Chikungunya, houve uma limitação do trabalho devido aos sintomas de fraqueza excessiva, não há muita disposição para o trabalho como fazia antes. Hoje trabalho mais em casa com a produção de artesanatos o que me fornece uma renda extra. Por enquanto o que se ganha com a produção e venda dos ovos não é muita coisa porque o lote não sendo legalizado não tem como obter o financeiro para investir. A remuneração que recebo pelo trabalho desenvolvido no campo é proveniente dos artesanatos. Da produção de ovos ainda não recebemos muito, só para o sustento” (Lírio).

Todos da família participam ativamente de todas as decisões a serem tomadas. “Até o piquete quando o esposo faz ele pede opinião quando vai fazer. Teve auxílio dos parentes para melhorar a estrutura da casa”. Considera que o trabalho nas atividades agrícolas é distribuído de maneira igualitária entre os homens e mulheres do assentamento considerando tanto as famílias do grupo quanto dentro da sua própria família.

Flor de Maracujá, agricultora de subsistência, agricultora familiar e trabalhadora rural produz artesanatos, doces e quitandas etc. Considera as atividades realizadas no assentamento como sendo as mais valorizadas, nesta ordem: atuação como cozinheira, cuidado com os animais e fazer queijos. Não recebe nenhuma remuneração pela realização de atividades domésticas como cuidar da casa, marido e filhos. Pelo trabalho intenso que desenvolve no campo, não recebe salário apenas valores com a venda de produtos para seu sustento e de seu esposo. Não tem valor fixo: Pães e rosca, as vezes vende na semana e às vezes não vende. Quando vende alguma coisa compra algo que esteja precisando.

Ambos participam de todas as tomadas de decisões no que se refere a escolha dos tipos de cultivo ou a compra de animais para criação.

Flor de Maio é líder comunitária, assumindo o papel de liderança nas decisões ou representações do assentamento. Considera as atividades realizadas por ela como sendo as mais valorizadas sendo, nesta ordem: companheirismo, interlocução campo-cidade, agrofloresta no assentamento Celso Lúcio e a atividade de cozinheira. Recebe ajuda para a realização de todas as tarefas domésticas. Para as tarefas desenvolvidas no campo recebe remuneração mensal de R\$ 40,00 por família. Nem todos pagam, mas é necessário para custear as despesas principalmente de viagens para Brasília onde acompanha, junto ao INCRA, o desenvolvimento do projeto do assentamento.

Não participa da tomada de decisões no que se refere a escolha dos tipos de cultivo,

destinação da área, ou qualquer outra decisão referente ao plantio, colheita, armazenagem, transporte ou venda da produção. Apenas troca ideias com as outras pessoas, mas a decisão é individual. “Não obriga ninguém a nada”. Considera que o trabalho nas atividades agrícolas é distribuído de maneira igualitária entre homens e mulheres no assentamento.

Flor de Maracujá, é trabalhadora rural e produz artesanatos, doces e quitandas etc. Considera as atividades realizadas no assentamento como sendo as mais valorizadas, nesta ordem: atuação como cozinheira, cuidado com os animais e fazer queijos. Não recebe nenhuma remuneração pela realização de atividades domésticas como cuidar da casa, marido e filhos. Pelo trabalho intenso que desenvolve no campo, não recebe salário apenas valores com a venda de produtos para seu sustento e de seu esposo. Não tem valor fixo: Pães e rosca, as vezes vende na semana e às vezes não vende. Quando vende alguma coisa compra algo que esteja precisando.

Ambos participam de todas as tomadas de decisões no que se refere a escolha dos tipos de cultivo ou a compra de animais para criação.

O trabalho nas atividades agrícolas é bem distribuído, considerando as famílias do grupo de assentados e dentro de sua própria família. “O trabalho nas atividades agrícolas é bem distribuído. Alguns reclamam do trabalho a fazer, mas na hora de partir o lucro todos querem” (Flor de Maracujá).

Flor de Maio é líder comunitária, assumindo o papel de liderança nas decisões ou representações do assentamento. Considera as atividades realizadas por ela como sendo as mais valorizadas sendo, nesta ordem: companheirismo, interlocução campo-cidade, agrofloresta no assentamento Celso Lúcio e a atividade de cozinheira. Recebe ajuda para a realização de todas as tarefas domésticas. Para as tarefas desenvolvidas no campo recebe remuneração mensal de R\$ 40,00 por família. Nem todos pagam, mas é necessário para custear as despesas principalmente de viagens para Brasília onde acompanha, junto ao INCRA, o desenvolvimento do projeto do assentamento.

Não participa da tomada de decisões no que se refere a escolha dos tipos de cultivo, destinação da área, ou qualquer outra decisão referente ao plantio, colheita, armazenagem, transporte ou venda da produção. Apenas troca ideias com as outras pessoas, mas a decisão é individual. “Não obriga ninguém a nada”. Considera que o trabalho nas atividades agrícolas é distribuído de maneira igualitária entre homens e mulheres no assentamento.

Considerando as famílias do grupo, o coletivo da roça toma conta da área da fazenda e o da cidade é responsável pelas atividades de reuniões com CIEPS/UFU, com

deputados, etc. Dentro da sua própria família todos também dividem as tarefas, não dá muito certo, mas tem que fazer (Flor de Maio).

Estudos apontam que é importante a mulher tenha acesso à renda gerada pelo seu trabalho, tanto para a sua autonomia pessoal quanto para desfrutar plenamente de outros direitos econômicos, sociais e políticos já garantidos em leis (SILIPRANDI E CINTRÃO, 2015).

Assim, o trabalho das mulheres em assentamentos rurais, como o Terra Firme, que buscam seu desenvolvimento de forma cooperada, juntamente com assentamento vizinho, pois ainda não possuem a própria cooperativa, permite a elas melhores condições de vida. Apesar do assentamento ainda estar em fase de regularização, o apoio ao desenvolvimento do trabalho, principalmente das mulheres, é fundamental, pois permite, muitas vezes, que elas saiam da invisibilidade.

Os relatos dessas mulheres mostram uma grande determinação em relação à vida no campo e à busca pela prosperidade em seus lotes. Elas se destacam pela resiliência e pela disposição de enfrentar qualquer tipo de trabalho que lhes é designado, seja na agricultura, na criação de animais ou em outras atividades rurais, para garantir a sobrevivência de suas famílias e contribuir para o desenvolvimento da comunidade. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de mulheres na condução de propriedades rurais aumentou 38% entre 2006 e 2017, indicando uma crescente representatividade feminina no setor agropecuário. Essa vontade de prosperar reflete um profundo desejo de autonomia e de reconhecimento do valor de seu trabalho.

Os desafios enfrentados também revelam a necessidade de se ter políticas públicas que as apoie e incentive. De acordo com Butto e Dantas (2011), para fortalecer a organização da produção e a comercialização das atividades econômicas que envolvem as trabalhadoras rurais, importantes passos foram dados pelo Governo Federal que demandava a elaboração e implementação de um Programa Nacional de Valorização e Melhoria da Qualidade da Produção das Mulheres com foco no gerenciamento, comercialização, legislação sanitária, inovações tecnológicas e crédito constituiu o Projeto de Apoio aos Grupos Produtivos de Mulheres Rurais. Este projeto consistia em uma estratégia para elaboração de diagnóstico e de um plano de ação contando com apoio de assessoria técnica especializada e acompanhamento contínuo objetivando conseguir acesso às políticas públicas do MDA.

Sem a implementação destas políticas, os desafios relacionados à falta de assistência técnica e infraestrutura, dentre outras benfeitorias, se intensificam, dificultando ainda mais o processo de produção.

Mesmo sem o apoio das políticas públicas, deve-se destacar o relevante papel das agricultoras desenvolvido dentro dos assentamentos que, segundo José de Souza Martins (2001), destaca a agricultura familiar como sendo uma instituição de reprodução da família, cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola. Além disso, nela, as estratégias de reprodução não se limitam a reproduzir, mas também a enfrentar e transpor as necessidades e os desafios cotidianos e os que poderão surgir, continuamente gerados pelas transformações econômicas e sociais.

A seguir serão demonstradas as oportunidades que as famílias do assentamento buscam para melhorarem suas condições de vida e enfrentarem os desafios impostos, objetivando as melhorias sociais e econômicas.

4.2.3 Educação e capacitação

Assim, as mulheres destacam a importância de se ter no assentamento iniciativas voltadas para capacitação e educação de jovens e adultos.

Todas as entrevistadas confirmaram que homens e mulheres do assentamento possuem as mesmas oportunidades educacionais para se buscar a escolarização. Mas de acordo com o relato de Rosa, as mulheres “correm mais atrás” e os homens são mais acomodados em relação aos estudos. Apesar do esforço individual, o acesso à educação ainda é limitado. O ensino atualmente disponível no assentamento limita-se apenas à conclusão do ensino fundamental, anteriormente denominado de 1^a a 8^a série. Atualmente, com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, essa nomenclatura foi alterada, e o ensino fundamental passou a abranger nove anos de escolaridade obrigatória, do 1º ao 9º ano. Esse cenário evidencia a insuficiência da oferta educacional local, especialmente quando se considera a necessidade de continuidade dos estudos para além do ensino fundamental, como o ensino médio, profissionalizante ou superior, essenciais para o empoderamento e a ampliação das possibilidades de autonomia social e econômica das famílias assentadas.

O ensino é proporcionado aos alunos do assentamento pela Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), onde também são fornecidos: merenda escolar, uniformes, material escolar, profissionais da área e transporte escolar para que os alunos, com faixa etária de 5 até 17 anos, interessados em concluir os estudos, possam frequentar a escola rural, Leandro José de Oliveira, localizada às margens da Rodovia BR-497 (PMU, 2019).

De acordo com Flor de Maio, liderança do assentamento, a merenda escolar é fornecida pela agricultura familiar. Os gastos com uniforme, material escolar e profissionais da área, bem

como a disponibilização de uma van escolar para o transporte dos alunos são custeados pela PMU. Ela alega que antes havia também o ensino disponibilizado pela Educação de Jovens e Adultos (EJA), proporcionado pela Secretaria Municipal de Educação (SME), era oferecido em escolas municipais e estaduais aos alunos que não tiverem oportunidade de concluir o ensino fundamental na idade recomendada e que desejam completar a Educação Básica. Mas atualmente, por falta de interesse público, não está mais sendo oferecido na escola.

Quanto à capacitação de mulheres rurais, de acordo com Flor de maio, existe assistência técnica agropecuária formal, porém ainda não estão sendo assistidas, uma vez que o assentamento está inconcluso. Os cursos de manipulação de alimentos, derivados do leite e derivados da cana foram feitos quando estava no Assentamento Valci dos Santos, assentamento vizinho do qual não foi selecionada.

Rosa alega não poder participar dos cursos de capacitação pois trabalha na cidade e os horários são incompatíveis.

Flor de Maracujá já participou de cursos de manipulação de alimentos fornecido pela EMATER e pela Agroecologia por meio do Projeto Guarás²⁴ ministrado pelo CIEPS/UFU.

Quanto à assistência técnica agropecuária, de acordo com Lírio, Flor do Deserto e Flor de Maracujá não recebem no assentamento esse tipo de apoio, pois o mesmo precisa primeiramente estar legalizado.

Lírio também já fez alguns cursos, porém na cidade, sobre criação de galinhas caipiras, participou de palestras sobre saúde e fez curso sobre cultivos de plantas medicinais oferecido pela UFU.

Além da escolaridade, outros aspectos são fundamentais para o desenvolvimento das famílias no assentamento. A seguir, destaca-se de que forma essas famílias buscam acesso à saúde e ao bem-estar, elementos essenciais para que possam viver com dignidade na área.

4.2.4 Saúde e bem-estar

Neste contexto, as entrevistadas ressaltam a importância da busca por um sistema de saúde de qualidade como condição essencial para a promoção do bem-estar social.

Para Delgado e Bergamasco (2017), a qualidade de vida das famílias e o desenvolvimento da agricultura familiar não dependeria exclusivamente de uma política de crédito, mas de um conjunto de ações mais amplas a ela articulada, como serviços básicos de

²⁴ Projeto Guarás: Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/dispositivo/guaras-grupo-universitario-de-agricultura-com-responsabilidade-ambiental-e-social-nea-cieps-ufu/>. Acesso em: 4 abr. 2025.

moradia, saúde e educação.

Assim, de acordo com Grisa e Schneider (2015), o debate em torno da questão fundiária deixou de abranger somente as condições de produção e trouxe à cena a luta pela legitimação de modos de produzir, esgrimindo argumentos ligados à sustentabilidade ambiental, que envolve preservação de território e biodiversidade, uso de biotecnologias, efeitos do novo padrão produtivo sobre a saúde humana e animal.

Dessa maneira, de acordo com Siliprandi (2015), as mulheres se preocupam mais com as questões de saúde e alimentação das pessoas e com a preservação do ambiente pois são elas as mais afetadas quando ocorrem problemas de saúde com membros da família, pois é sobre elas que recai o trabalho dos cuidados.

Das seis mulheres entrevistadas, Flor do Deserto, Lírio, Orquídea, Rosa e Flor de Maracujá disseram que mulheres e homens do assentamento são igualmente atendidos pelas políticas de saúde existentes, mas apenas quando necessitam de consultas e atendimentos mais simples. Quando necessitam de especialistas, por exemplo, o processo é demorado dificultando o tratamento adequado aos trabalhadores/as.

Muitas vezes, de acordo com Flor de Maracujá, os assentados buscam marcar as consultas no mesmo dia para que possam se organizarem e comparecerem juntos, vindos de caronas no mesmo veículo. Quando há necessidade de remarcação de exames, o processo torna-se difícil pois alguns funcionários são flexíveis e outros não são. Às vezes, perdemos as consultas e ainda enfrentamos longas filas de espera para conseguir novas consultas e exames.

Por outro lado, Flor de Maio contestou, dizendo que não existe política pública de saúde que atenda o assentamento. Os atendimentos são feitos na Unidade Básica de Saúde da Família existente no assentamento Nova Tangará (UBSF Tangará) e na Unidade de Atendimento Integrado UAI do bairro Planalto em Uberlândia, que está mais próximo do local. Na UBSF o atendimento é feito por médicos clínicos gerais.

Quanto às políticas públicas, todas as entrevistadas consideram que, auxiliariam e muito, na melhoria das condições de vida das famílias no assentamento. Até o presente momento, não receberam nenhum tipo de auxílio. Poderiam aumentar a produção e melhorar a infraestrutura das casas, as quais ainda não sofreram grandes modificações pois falta a disponibilidade destas políticas públicas que serão liberadas somente após a legalização do assentamento.

Ao perguntar se existe no assentamento espaço para o lazer, as respostas delas foram bem diferenciadas.

Flor de Maio informou que, quando estavam no acampamento, tinham o campo de futebol, onde homens e mulheres participavam dos jogos/brincadeiras como forma de descontração e diversão.

Os momentos de lazer de Rosa é quando chega em sua casa no lote, onde pode descarregar suas energias e se recompor para o início da semana com os trabalhos na cidade.

Para Orquídea, o lazer e a descontração acontecem no assentamento quando todos estão reunidos na sede do acampamento.

Flor de Maracujá e Flor do Deserto buscam espaços de lazer em centros urbanos mais próximos, como na cidade de Uberlândia, pois no assentamento não possui espaço para esta finalidade. Na cidade podem passear no Parque do Sabiá e tomar sorvete.

Para Lírio: “Ficamos tão ocupados que não dá tempo. Nos divertimos só de ficar aqui. Sinto falta daqui – Quando vou pra cidade já quero voltar”.

Não menos importante que se discutir sobre a saúde e do bem-estar das famílias no assentamento, considera-se também de grande importância a tomada de decisão e o poder destas famílias. É o que será discutido no item a seguir.

4.2.5 Poder e decisão

Este item trata da importância da participação das mulheres nos processos de tomada de decisão em diversas esferas da vida no assentamento.

Para Butto *et. al.* (2014), as mulheres devem ser consideradas agentes econômicos autônomos atuando de forma coletiva e familiar. Suas necessidades devem ser respeitadas tanto pelo Estado, quanto pelos esposos/companheiros e demais organizações da sociedade civil, garantindo sua participação nas tomadas de decisões sobre o quê, onde e como produzir.

Rosa, por ter seu núcleo familiar composto só por mulheres, elas mesmas tomam as decisões dentro de casa, mas alega que mesmo quando o pai era vivo, eram elas quem estavam a frente de tudo. Lírio, Flor do Deserto, Flor de Maracujá e Orquídea disseram que ambos, homem e mulher, de forma conjunta tomam as decisões e em alguns casos, como na casa de Lírio, os filhos também opinam quanto da tomada de decisões.

No que se refere à presença de mulheres da família em cargos de liderança ou de tomada de decisão, Rosa, Lírio e Orquídea não possuem parentes nessa posição. No entanto, sentem-se representadas pela liderança feminina do assentamento.

Flor de Maracujá, Flor do Deserto e Flor de Maio ocupam cargos de liderança no assentamento, atuando como líderes, responsáveis pela elaboração de atas, gestão financeira

etc.

Por sua atuação no meio rural, as mulheres podem estar expostas a diversas situações de violência de gênero.

De acordo com Woortmann, Heredia e Menache (2006), desde a infância, as mulheres foram privadas de direitos básicos, como brincar livremente, estudar e participar da vida social, sendo vistas como objetos e submetidas ao domínio dos pais, irmãos e maridos. Sem perceber, aceitavam essas limitações como naturais. Apenas ao se organizarem e participarem de formações entre trabalhadoras rurais, compreenderam que a maior violência era a negação de seus direitos. Mas, além desse tipo de violência, as mulheres rurais ainda convivem com violências que se manifestam de diversas formas em seu meio como: física, por agressões como socos e queimaduras; sexual, quando são forçadas a relações contra sua vontade; psicológica, por insultos e ameaças que afetam sua autoestima; moral, como parte da violência psicológica; patrimonial, com retenção ou destruição de bens e documentos; no trabalho, através do abuso de poder e assédio sexual; e institucional, quando ocorre em serviços públicos, como hospitais e delegacias.

Quando as mulheres entrevistadas foram questionadas se já presenciaram alguma situação de violência de gênero no assentamento, Rosa, Orquídea e Lírio relataram não ter vivido nem presenciado nenhuma situação de violência de gênero no assentamento.

Flor de Maracujá relatou que em uma situação na cozinha do assentamento: “Um moço chegou e pediu pra fazermos o almoço mais cedo. Chegou meio abusado e comecei a “bater boca” com ele porque estava tratando a todas na cozinha como empregadas. Agora é mais tranquilo”

Flor do Deserto alega que já sofreu agressão verbal e psicológica no assentamento. Flor de Maio, uma das lideranças do assentamento, relatou que ao chegar em casa, após 15 dias dedicados à realização de trabalhos feministas de luta pela terra, envolvendo a resistência e a mobilização das mulheres na busca pelo direito à posse e ao uso da terra, promovendo justiça social e igualdade de gênero, sofreu um dos piores tipos de violência contra a mulher, que foi a agressão física. Foi agredida com um soco do companheiro em meio ao seu rosto. O golpe ocasionou queda e tontura, espalhando sangue pelo local. “Eu não esperava aquilo, não tive nenhuma reação naquela hora”.

Para Brazão e Oliveira (2010), a violência familiar é uma das piores formas de violência contra as mulheres e, por isso, os estados devem adotar medidas que previnam, reprimam e punam esta forma de violência.

O enfrentamento à violência contra a mulher tem sido uma prioridade para os movimentos de mulheres desde meados dos anos setenta. Nesse contexto, as denúncias e os esforços para sensibilizar a sociedade e o Estado foram fundamentais para a não aceitação dessa prática e para o reconhecimento da violência de gênero como uma violação dos direitos humanos (BRAZÃO E OLIVEIRA, 2010).

Além da violência de gênero, diversos desafios ainda persistem, exigindo atenção contínua, embora estejam sendo superados lentamente. Apesar dos importantes avanços nos últimos anos, deve-se destacar que os novos arranjos de enfrentamento à divisão sexual do trabalho ainda estão em fase de consolidação. Para superar estas desigualdades, é necessário potencializar os instrumentos vigentes, incorporar novas ferramentas e efetivar procedimentos de monitoramento para inclusão, valorização, reconhecimento e promoção da autonomia das mulheres rurais (BUTTO ET. AL, 2014).

Apesar do aumento da presença feminina em cargos de liderança e em espaços de tomada de decisão, as mulheres ainda enfrentam significativas desigualdades de gênero, tema que será abordado no item a seguir.

4.2.6 Percepções sobre paridades de gênero

Embora a legislação brasileira garanta formalmente igualdade de direitos entre os gêneros (como previsto na Constituição Federal de 1988 e em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário), na realidade social e histórica as mulheres, especialmente as do meio rural, enfrentam desigualdades estruturais, os quais serão discutidos neste item.

Quando o roteiro de entrevista abrangeu questões como percepções sobre paridades de gênero, todas as mulheres entrevistadas responderam acreditar que homens e mulheres do assentamento têm as mesmas oportunidades quanto ao acesso à terra e aos recursos do assentamento. Tal entendimento pode refletir tanto a valorização de conquistas individuais no processo de luta pela terra, quanto a naturalização de desigualdades historicamente estruturadas. Em muitos casos, a presença feminina em espaços de produção e participação política não garante, por si só, a equidade de condições. Como apontam estudiosas das relações de gênero no meio rural (SAFFIOTI, 2004; CALDART, 2004), as mulheres continuam a enfrentar jornadas duplas ou triplas de trabalho, menor reconhecimento institucional e limitações no acesso a políticas públicas específicas. Assim, embora a percepção de igualdade represente um avanço simbólico, ela pode mascarar desigualdades concretas ainda presentes no cotidiano das assentadas.

Segundo Butto et al. (2014), a luta das mulheres começou nos anos 1990 e ganhou força a partir de 2003, quando o governo federal reconheceu as desigualdades de gênero no acesso às políticas públicas. Entre 2003 e 2010, foram implementados programas como o Pronaf Mulher, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e o Apoio Mulher, visando inclusão produtiva e cidadania. Um avanço significativo foi a garantia das mulheres como beneficiárias diretas das políticas públicas, permitindo seu reconhecimento como titulares nos cadastros da reforma agrária e da agricultura familiar.

Para Flor de Maio, “atualmente, nas políticas públicas tem um caminhão de possibilidades para as mulheres”. Para Flor do Deserto as oportunidades são iguais para homens e mulheres, porém os interesses são divergentes e maiores por parte das mulheres.

Em sua entrevista, Lírio informou que as oportunidades são as mesmas, mas “trabalhamos muito, praticamente de igual para igual”

Já Orquídea, acredita que mesmo tendo as mesmas oportunidades as mulheres trabalham mais que os homens.

Quando foram questionadas sobre a relação entre os membros da comunidade no que diz respeito à igualdade de gênero Lírio, Orquídea e Rosa informaram que eles valorizam e respeitam a igualdade de gênero. Flor de Maio disse não se importarem com o assunto. Para Flor de Maracujá e Flor do Deserto, os membros da comunidade do assentamento se importam com o assunto, valorizam e respeitam a relação de igualdade de gênero, porém não fazem debates sobre o assunto.

Dessa maneira, de acordo com Deere (2004), embora haja avanços na relação comunitária, a igualdade de gênero ainda demanda maior conscientização e políticas efetivas para que haja garantia e reconhecimento dos direitos das mulheres à terra e para promoção de seu empoderamento, reduzindo sua subordinação ao homem. Observou-se que, após a conquista da terra, muitas mulheres nos assentamentos retornam às atividades consideradas como “trabalho interno”, seja na roça, nos cuidados com a casa ou com os filhos. Essa realidade evidencia a importância da organização e da participação ativa das mulheres em todas as instâncias de luta da classe trabalhadora, a fim de garantir visibilidade e reconhecimento ao seu trabalho.

A última pergunta é de fundamental importância para compreender a percepção das mulheres sobre sua autonomia, o reconhecimento do trabalho feminino e o impacto da titulação no PA Terra Firme: O que significou para você poder ser titular do lote no PA?

De acordo com o INCRA, o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) tem como

meta garantir aos assentados/as a propriedade definitiva dos lotes a eles/elas destinados. A Lei 8.629/93 regulamenta os dispositivos relativos à reforma agrária previstos na Constituição Federal e indica que a distribuição dos imóveis ocorrerá por meio de Contrato de Concessão de Uso (CCU), Título de Domínio (TD), além da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU).

Para Deere e León (2002), o acesso das mulheres à terra fortalece sua participação nas decisões familiares e comunitárias, promove maior estabilidade e segurança, e contribui para a ruptura de ciclos de dependência econômica e social. Esse processo favorece o reconhecimento do seu papel produtivo, ampliando sua possibilidade de acesso a políticas públicas e crédito rural.

No PA Terra Firme, a titulação vai além do direito à terra, representando autonomia, reconhecimento e segurança para as mulheres. Significou uma ruptura profunda com um passado de invisibilidade e subordinação. Permite-lhes decidir sobre a produção, fortalecer seu protagonismo e desafiar normas patriarcais, ampliando seu poder de decisão na comunidade.

Assim, para Flor do Deserto, ter a titularidade do lote representa a Esperança: “ser jovem e já ter uma responsabilidade de prosseguir com o sonho, desde os 11 anos lutei com meu pai”.

Para Orquídea, que é idosa e desde 2004 está na luta pela terra, alega que “as mulheres sendo titulares dos lotes é muito importante porque os homens vendem e as mulheres não vendem. Aqui é minha vida”.

Lírio, que já tem uma produção de ovos no lote para revenda, oriundo de uma pequena granja que cuida juntamente com o esposo disse: “Aqui é um sonho. Desde criança nasci e cresci na roça. Fui pra cidade com sete anos de idade, mas sempre sonhei em voltar. Isso é feito por nós. Uma felicidade sem tamanho”.

Rosa manifestou dizendo que “é uma conquista muito grande, uma luta de muitos anos e um sonho realizado ser a titular do lote”.

Flor de Maio, que é uma das lideranças do PA, disse que ser titular do lote é uma conquista e soberania alimentar. A partir do momento que produzo sei o que estou comendo e assim pode-se melhorar doenças como o câncer” é o que reforça Leal *et al.*, (2020), quando diz que as mulheres aplicam conhecimentos tradicionais de manejo agrícola, de cultivo da terra, da seleção de sementes, do manejo do solo e o cuidado com os alimentos para garantir uma produção contínua e de qualidade, contribuindo de maneira significativa para a economia das famílias com a produção de alimentos garantindo refeições regulares e saudáveis cotidianamente.

Para Flor de Maracujá, a titularidade do lote representa a “valorização da mulher e a

confiança no pessoal do INCRA. A mulher pensa duas vezes antes de vender ou tomar qualquer atitude dentro do lote”.

Com a confiança dispensada à mulher, de acordo com o jornal Agencia Brasil, publicado em dezembro de 2016, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) garante às mulheres assentadas a titularidade do lote ocupado pela família. Possibilita acesso ao Fomento Mulher, linha de crédito voltada à implantação de projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote e ainda envolve ações de assistência técnica, na organização de grupos femininos, para ampliar a renda nos assentamentos e consolidar a participação das mulheres no planejamento e gestão de empreendimentos da reforma agrária.

Contudo, garantir o acesso efetivo das mulheres à terra não apenas contribui para a equidade de gênero, mas também fortalece o desenvolvimento social e econômico dos assentamentos rurais, ampliando as possibilidades de autonomia e participação ativa das mulheres nos processos decisórios e produtivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral compreender as formas de associação para a produção e comercialização entre as mulheres do Projeto de Assentamento Terra Firme, em Uberlândia, (MG), destacando os desafios enfrentados pelas famílias assentadas na busca por uma vida mais digna, bem como a luta pela titulação da terra e pelas desigualdades de gênero existentes. A análise evidenciou a importância do papel desempenhado pelas agricultoras no desenvolvimento rural, embora elas ainda enfrentem barreiras estruturais que dificultam o alcance de sua plena autonomia.

Com as visitas a campo realizadas no PA Terra Firme, foi possível conhecer e entender a realidade em que vivem as famílias nos assentamentos, bem como compreender a importância de sua função como agricultores e agricultoras familiares no processo de produção e sobrevivência no campo.

A diversidade de práticas agrícolas, como a produção de hortaliças, criação de aves e o processamento de alimentos, evidencia o potencial produtivo da área, ainda que limitado pelas condições precárias e acesso a recursos financeiros.

O estudo evidenciou que, para haver prosperidade no campo e autonomia feminina, é fundamental a implementação de políticas públicas eficazes voltadas ao desenvolvimento rural sustentável. Estas políticas públicas precisam ter taxas e condições acessíveis aos agricultores e agricultoras do assentamento as quais poderão ser utilizadas para melhorias em infraestruturas de casas e criadouros de aves, bovinos e peixes.

A carência de infraestrutura básica, como estradas, energia elétrica adequada, abastecimento de água e transporte para escoamento da produção limitam a capacidade produtiva das famílias e impactam diretamente sua qualidade de vida. Neste caso, a interferência de órgãos governamentais para diminuição da precariedade das vias de acesso e para a regularização da disponibilidade de água ao meio rural seria indispensável para melhorar as condições de vida e produção no meio rural.

A literatura consultada, como por exemplo, (DEERE; LEÓN, 2002; SCHIMITZ; MOTA, 2008) destaca que o acesso à terra, especialmente quando titulado em nome das mulheres, tende a fortalecer sua posição nas decisões familiares e comunitárias, ampliar seu protagonismo econômico e garantir maior acesso a políticas públicas. No entanto, a realidade observada no PA Terra Firme mostra que essas conquistas teóricas ainda enfrentam obstáculos concretos: muitas mulheres continuam a desempenhar atividades produtivas e reprodutivas de

forma invisibilizada, sendo responsáveis pela produção de alimentos e pelos cuidados do lar, sem que esse trabalho seja devidamente reconhecido ou remunerado.

Apesar dos desafios, a participação ativa das mulheres tem sido fundamental não apenas nas lutas políticas, mas também na sustentação econômica das unidades familiares. No entanto, elas ainda enfrentam disparidades de gênero como mais um desafio em seu cotidiano.

Além dessas dificuldades, as famílias também enfrentam problemas como a precariedade do sistema de saúde, o que impacta diretamente o seu desenvolvimento pois são elas as responsáveis por buscar melhorias para seus familiares quando necessitam acompanhamentos médicos. Todas estas questões podem ser amenizadas por meio de políticas públicas de saúde adequadas e eficazes para as famílias.

Diante dos desafios, as famílias também buscam estratégias coletivas de comercialização que elimina a ação de intermediários, fortalecendo a economia local e garantindo melhores preços na venda de seus produtos. Paralelamente, as mulheres vêm se organizando para ampliar sua participação em feiras, eventos e outros espaços comunitários, consolidando seu papel na produção e na vida social do assentamento.

Estes investimentos em políticas públicas possibilitará a ocorrência da sucessão familiar e que o processo de reforma agrária seja perpetuado. Este é um tema que poderá ser desenvolvido por pesquisadores futuramente.

O estudo também deixa evidente que a morosidade na efetivação do processo de assentamento, iniciado em 2004 com as ocupações da área e ainda não concluído pelo INCRA, pode afetar os processos produtivos já articulados para o desenvolvimento da produção e enfraquecer laços familiares construídos ao longo de duas décadas de luta, ocasionando comprometimento da continuidade do processo de reforma agrária. Pesquisadores interessados na temática poderão dar continuidade aos estudos, acompanhando o desenvolvimento das famílias na área e estabelecendo comparações entre o período anterior e posterior à consolidação do assentamento.

Outra questão relevante sobre a morosidade no processo de conclusão do assentamento foi o aumento da violência no campo gerado pelos vários processos de reintegração de posse solicitados pelos antigos donos da fazenda (8 no total) o que contribuiu para o aumento da tensão e criminalidade no meio rural, especialmente pela ocorrência da perda de um dos companheiros de luta, vítima da violência ocorrida.

A demora na concretização do assentamento também fez com que houvesse um aumento do valor do investimento por família e a necessidade de alteração do número de famílias que

poderiam ser assentadas na área. Assim, o INCRA solicitou um novo Estudo da Capacidade de Geração de Renda para verificar que na área seria possível assentar apenas 37 famílias, com média de 21 hectares cada uma e não mais 51 com 6,84 hectares cada, como demonstrava o estudo anterior de 2015, ficando as famílias com área média semelhante às áreas dos assentamentos na região de Uberlândia, (MG) o que seria um tamanho mínimo necessário para garantir às famílias condições necessárias para obtenção de sua subsistência.

A contratação de serviços especializados de um profissional da área de georreferenciamento, credenciado pela autarquia foi uma alternativa encontrada pelas famílias para agilizar o processo de concretização do assentamento pelo INCRA. No entanto ainda esperam a legalização da área com a publicação do Edital de abertura para seleção das famílias, que deverá ser feito de acordo com o Decreto Nº 9.311, de 15 de março de 2018.

Cadastrar as famílias que já estão nos lotes não garante a vaga em assentamento, gerando fragilidades sociais e emocionais e incertezas entre as famílias, pois temem, após 20 anos de luta pela terra, não conseguirem assegurar seus lotes devido a abertura para concorrência à outras famílias a nível nacional, o que poderia desarticular projetos de organizações já existentes, comprometendo o sustento das famílias que ali se encontram acampadas intensificando a vulnerabilidade no campo.

A concretização do assentamento possibilitará também o aumento da autonomia das mulheres nos assentamentos rurais que vai além da dimensão econômica. Envolverá também emancipação e empoderamento em um contexto permeado por desafios estruturais do modelo patriarcal. Embora neste estudo tenham sido apontados avanços e boas práticas que indicam maior protagonismo feminino, a invisibilidade do trabalho das mulheres e a violência de gênero ainda são barreiras significativas no meio rural.

Apesar do governo criar e disponibilizar projetos como Agro + Mulher; Qualifica Mulher; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para auxiliar o desenvolvimento da agricultura familiar, reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres no campo e promover a igualdade de gênero, as famílias do PA Terra Firme ainda não possuem acesso a eles por ainda não terem a legalidade da terra. Essa condição dificulta o desenvolvimento dos processos produtivos e limita as práticas agrícolas sustentáveis conduzidas pelas mulheres para a produção de alimentos.

Em perspectiva histórica, a luta pela equidade de gênero nas atividades produtivas e as condições de vida que as famílias possuem, influenciam sua permanência e desenvolvimento na terra. Assim, as mulheres buscam junto a movimentos sociais romper com os modelos arcaicos

de hegemonia patriarcal impostos a elas, reivindicando o reconhecimento de seu trabalho na agricultura não apenas como uma “ajuda”, mas como atividade essencial digna de debates e inclusões nas políticas públicas e nas decisões coletivas.

Nas pesquisas de campo, observou-se que as diferenças de gênero ainda perpetuam com intensidade no meio rural, quando uma das entrevistadas relatou ter sido agredida fisicamente pelo companheiro após 15 dias realizando trabalhos de ocupação e luta pela terra. Percebe-se que disparidade de gênero no meio rural anda de mãos dadas com a violência e as mulheres são as mais afetadas o que nos possibilita pensar que é necessário mais segurança no campo. Não apenas violência física sofrem as mulheres, mas diversos tipos de agressão que podem afetar seu desenvolvimento. Em entrevista a campo, uma segunda assentada relatou abuso de autoridade dos homens sobre as mulheres que desenvolviam o trabalho na cozinha do assentamento e uma terceira relatou ter sofrido agressão verbal de homens do próprio acampamento no momento de reuniões coletivas.

A pesquisa mostrou, ainda, de acordo com o relato das entrevistadas, que no assentamento Terra Firme as mulheres tem as mesmas oportunidades que os homens, porém as mulheres buscam mais se capacitarem para adquirirem experiências que possam utilizar como meios de melhorias da produção e qualidade de vida. Também se constatou que os membros da comunidade importam com o assunto, porém ele não é muito discutido no assentamento.

Essa busca pela igualdade de gênero permitiu às mulheres, de maneira geral, serem titulares dos lotes podendo assim utilizar de políticas públicas direcionadas a elas, o que significou para a maioria delas a conquista da soberania alimentar pois sabem o que e como estão sendo produzidos os alimentos que serão utilizados pelas suas famílias.

Conquistar um pedaço de terra representou, para a maioria das entrevistadas, a realização de um sonho construído ao longo de muitos anos de luta. A responsabilidade de seguir em frente e a esperança de permanecer no campo fazem com que as mulheres reflitam com mais cautela do que os homens antes de vender ou tomar qualquer decisão em relação aos seus lotes.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial Reforma Agrária** – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 nºs 1,2,3 e 29, nº1 –Jan/dez 1998 e jan./ago. 1999.

AGENCIA BRASIL. **Propriedades comandadas por mulheres representam cerca de 5% da área rural.** Publicado em 1/12/2016. Rio de Janeiro. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-11/propriedades-de-terra-comandadas-por-mulheres-representam-cerca-de?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 27 mar. 2025.

AGUIAR, N. Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas. Petrópolis: **Vozes**, 1984.

ALENTEJANO, P. A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? **OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 308- 325, 2018. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41319>

ALENTEJANO, P. R. R. As políticas do governo Bolsonaro para o campo: A contrarreforma agrária em marcha acelerada. Revista da **ANPEGE**. v. 16. nº. 29, p. 353 - 392, Ano 2020. <https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.12434>

ARZABE, C. **Observatório Mulheres Rurais e trabalhadoras do campo.** Social 8/3/2023. Disponível em: <https://www.entresolos.org.br/observatorio-mulheres-rurais-e-trabalhadoras-do-campo/>. Acesso em: 8 ago. 2023.

BLASIUS, J. P. et al. Análise do uso e ocupação do solo de assentamentos de reforma agrária em Uberlândia, (MG). **Revista Retratos de Assentamentos**. Vol. 25 Nº 2 de 2022. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i2.519>

BOGO, A. **A organicidade como parte da cultura.** Texto para debate sobre a organicidade do MST na reunião da Coordenação Nacional de 13 a 17 de agosto, 2003, p. 12, mimeo.

BRAZÃO, A. e OLIVEIRA, G. C. **Violência contra as mulheres** - Uma história contada em décadas de lutas. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, 2010.128p. – (Coleção 20 anos de cidadania e feminismo; 6).

BRASIL. **BNDES**. Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <https://www.bnDES.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em 6 ago. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. p.114.

BRASIL. **Câmara dos Deputados. Secretaria da Mulher.** Secretaria da Mulher recebe pesquisadoras da Embrapa. Publicado em 13 set. 2021. 18h15. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a->

[camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/secretaria-da-mulher-recebe-pesquisadoras-da-embrapa](https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/secretaria-da-mulher-recebe-pesquisadoras-da-embrapa). Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Secretaria da Mulher**. Secretaria da Mulher recebe pesquisadoras da Embrapa. Publicado em 13/09/2021 18h15. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/secretaria-da-mulher-recebe-pesquisadoras-da-embrapa>. Acesso em 18 set. 2024.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Rádio Câmara**. Brasília: Câmara dos Deputados, Minuto da economia, 2024.

BRASIL. Decreto-lei nº 11.586. de 28 de junho de 2023. Regulamenta a concessão de créditos de instalação aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e [...]. Brasília, DF, 2023. Disponível em: [Decreto Nº 11.586, de 28 de junho de 2023 - Decreto Nº 11.586, de 28 de junho de2023 - DOU - Imprensa Nacional \(in.gov.br\)](https://www.gov.br/decres/decres/2023/decres/2023-06-28-decreto-lei-nº-11-586-de-28-de-junho-de-2023), Acesso em: 6 ago. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa de Vegetação do Brasil**. Brasília: IBGE, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Acesso à terra**. Publicado em 24/1/2020 13h13. Atualizado em: 21/3/2024 19h12. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/acesso-a-terra>. Acesso em: 6 ago. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Superintendência Regional de Minas Gerais. **Laudo de Vistoria e Avaliação – Fazenda das Cabaças, Uberlândia**. Belo Horizonte, 2014. [Laudo 06/14].

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Transações com imóveis acima de 25 hectares exigem georreferenciamento**. Publicado em 17/11/2023 23 h 19 min. Atualizado em 28/11/2023 16 h18 min. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt- br/assuntos/noticias/transacoes-com-imoveis-acima-de-25-hectares-exigem-georreferenciamento#:~:text=Foto%3A%20Incra%2FAC.,providenciar%20o%20georreferenciamento%20dos%20im%C3%B3veis>. Acesso em: 31 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.326/2006 de 4 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 9.311, de 20 de março de 2018**. regulamenta a Lei nº 8.629, de 1993, e a Lei nº 13.001, de 2014, para dispor sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 mar. 2018.

BRASIL. **Lei Municipal nº 12.996, de 20 de setembro de 2018**. Institui o Projeto Novo Agro no município de Uberlândia, Minas Gerais, e dá outras providências. Uberlândia, 2018.

BRASIL. Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022. Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cad. Único). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. Diário Oficial da União (DOU) no dia 14 de julho de 2023, na edição 133, seção 1, página 1, 13 jul. 2023. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2023-2026/2023/Lei/L14620.htm. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.757, de 19 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a extinção de cláusulas resolutivas constantes de títulos fundiários, e dá outras providências e altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017 (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União: seção 1, página 1, coluna 1.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Figura Margarida Maria Alves. Publicado em 12/08/2024 15h38. Disponível em:
<https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/08/a-historia-da-agricultora-que-inspirou-varias-outras-mulheres-a-lutar-por-conquistas-no-campo>. Acesso em: 20 ago.2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Rural. Publicado em 08/07/2010 16 h 56 min. Atualizado em 30/11/2019 14 h 37 min. Disponível em:
<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-articulacao-institucional-e-acoess-tematicas/area-rural/rural>. Acesso em 20 ago. 2024.

BRASIL. Medida provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 mar. 2023. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/sumarios-de-proposicoes/mpv1166>. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. MDA. Cartilha Plano Safra. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acaoe-acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obrae-atividades/plano-safra-da-agricultura-familiar/confira-a-cartilha-do-plano-safra-da-agricultura-familiar-2023-2024>. Acesso em: 23. out. 2024.

BRASIL. Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Secretaria Nacional de Juventude. Brasília: SNJ. Agosto/2024. Disponível em:
<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilha/PlanoNacionaldeJuventudeeSucessoRural2024.pdf>. Acesso em: jul. 2025.

BUTTO, A. e DANTAS, I. (Org.). **Autonomia e cidadania:** políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p.

BUTO, et. al. **Mulheres Rurais e Autonomia Formação e Articulação para Efetivar Políticas Públicas nos Territórios da Cidadania.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.

BRITO, J. L. S. e PRUDENTE, T.D. Mapeamento do uso da terra e cobertura vegetal do município de Uberlândia, (MG), utilizando imagens CCD/CBERS 2. **Revista Caminhos da Geografia.** Jun. 2005. <https://doi.org/10.14393/RCG61515394>

CARDOSO, L.F. **A luta pela terra e na terra: desafios e perspectivas do cooperativismo - Fazenda São Domingos, Tupaciguara, (MG).** 2012. 155f. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.

CARDOSO, L.F. **Assentamentos rurais: desafios de conquista e permanência na terra no P. A. Fazenda Nova Tangará, Uberlândia, (MG).** 2009. 111f. Monografia. (Graduação em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.

CATTELAN, R; MORAES, M. L.; ROSSONI, R.A. **A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019).** Revista NERA, v. 23, n. 55, p. 138-164, set.- dez., 2020. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i55.6907>

CAVALCANTE, M. e FERNANDES, B. M. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. **Revista NERA**, Presidente Prudente Ano 11, nº 13. p. 16–25, jul.-dez/2008. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i13.1387>

CLEPS JR, J. Descaminhos da Reforma Agrária no Contexto das Reformas Neoliberais e da Crise Institucional no Brasil. **OKARA: Geografia em debate (UFPB)**, v. 12, p. 649-663, 2018. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41334>

COLETIVO MARGARIDA ALVES. *MDA e agricultura familiar.* Acervo do Coletivo Margarida Alves, 2024. 15 História de Margarida Maria Alves. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/08/a-historia-da-agricultora-que-inspirou-varias-outras-mulheres-a-lutar-por-conquistas-no-campo>. Acesso em: 21 ago. 2024

COSTA, P. R. S. Moura, MARQUES, A. CN. e OLIVEIRA, H.U. **Direitos, todas/os têm.?** O Coro das Mulheres Assentadas sobre (In) Visibilidade, Lutas e Políticas Públicas. TOMO. N. 28 Jan/jun. 2016. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i0.5423>

DEERE, C.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher;** direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DEERE, C.D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. University of Massachusetts. **Revista Estudos Feministas.** 2004. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100010>

DELGADO, G. C. e BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs) **Agricultura familiar brasileira:** desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DI SABBATO, A. **Estatísticas rurais e a economia feminista:** um olhar sobre o

trabalho das mulheres/ – Brasília: MDA, 2009. 168p.; il.; 23cm. ISBN 978-85-60548-47-7.

EMATER. Emater-MG orienta produtores sobre a implantação de fossas sépticas. 2015. Disponível em: https://www.emater.mg.gov.br/portal.do/site-noticias/emater-mg-orienta-produtores-sobre-a-implantacao-de-fossas-septicas/?flagweb=novosite_pagina_interna&id=15504. Acesso em: 12 mar. 2025.

EMBRAPA. Políticas Públicas. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas>. Acesso em: 12 set. 2024.

EMBRAPA. Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos. Levantamento de média intensidade dos solos e avaliação da aptidão agrícola das terras do Triângulo Mineiro Rio de Janeiro, 1982. 526 p. (Boletim de pesquisa, 1).

ENGELMANN, S. Assentamento Mário Lago: do latifúndio improdutivo à produção agroecológica. Publicado MST em 28 de março de 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/03/28/assentamento-mario-lago-do-latifundio-improdutivo-a-producao-agroecologica>. Acesso em 8 jul. 2024.

FEIJÓ, R. L. C. **A maioridade do PRONAF:** uma avaliação crítica do programa de apoio à agricultura familiar em seus 18 anos de vida. São Paulo: FEA-RP/USP, 2013. 26 p. (Texto para discussão, n. 6/2013).

FERNANDES, B.M. *et al.* A Questão Agrária no Primeiro Ano do Governo Bolsonaro. Boletim DATALUTA, no. 145. Pres. Prudente: NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.fct.unesp.br/nera>.

FERNANDES, B. M. Movimento Social como Categoria Geográfica. **Revista Terra Livre.** São Paulo. N. 15, não paginado, 2000.

FERNANDES, B. M. *Et al.* **Reforma agrária e Desenvolvimento:** desafios e rumos da política de assentamentos rurais /Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, organização. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008. 348 p.

FERNANDES, B.M. *et al.* A Questão Agrária na Segunda Fase Neoliberal no Brasil. Boletim DATALUTA, no. 109. Pres. Prudente: NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_1_2017.pdf, jan. 2017.

GHIRALDELLI, G. **Fatos Primeiro:** Bolsonaro acerta sobre números de titulação de terras, mas omite dados de reforma agrária
Publicado em 21 jul. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fatos-primeiro-bolsonaro-acerta-sobre-numeros-de-titulacao-de-terras-mas-omite-dados-de-reforma-agraria/>. Acesso em 29 jan. 2025

GASpareto, S. A.K. **As Jovens do Movimento de Mulheres Campesinas (MMC).** 2009. 178 p. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. **Entrevista qualitativa:** instrumento de pesquisa e vento dialógico. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOMES, M. A. F., *et al.* EMBRAPA agricultura e meio ambiente. **Formação de voçorocas.** Publicado em 22/12/2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/agricultura-e-meio-ambiente/manejo/reabilitacao-de-areas/formacao-de-voçorocas>. Acesso dia 24 jul. 2024.

GONÇALVES, R. De companheira “acompanhante” à companheira de luta: as mulheres na luta pela terra do MST. **Jornal Passa Palavra.** Publicado em 29/3/2010. Disponível em: <https://passapalavra.info/2010/03/20861/>. Acesso em: 17 set. 2024.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2015.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395p.

HEREDIA, B., MEDEIROS, L., PALMEIRA, M., CINTRÃO, R., LEITE, S. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 18, abril, 2002: 73-111. LEITE, S. **Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil:** aspectos políticos, econômicos e sociais. UFRRJ. 2000.

HIRATA H.; KERGOAT D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. História de Irmã Cleusa Carolina Rody Coelho. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/178-martirologio-latino-americano/578438-28-de-abril-de-1985>. Acesso em: 4 abr. 2025.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Juventude rural e políticas públicas:** subsídios para uma agenda de desenvolvimento rural com inclusão social. Brasília: IPEA, 2015.

LEAL, et. al. Expressões coletivas de mulheres assentadas: conquistas e retrocessos da autonomia. **Revista Retratos de Assentamentos.** Publicado em 20/1/2024.

LOPES. A. L., e ZARZAR, A. B. **Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil.** MDA. Brasília. 2008.

MACHIAVELI. F. **Governo Lula prepara ações para reforçar reforma agrária e combate à fome.** Entrevista Tv PT. Publicado em 02/08/2024 17h56 - atualizado às 18h43. Disponível em: <https://pt.org.br/governo-lula-prepara-acoes-para-reforcar-reforma-agraria-e-combate-a-fome/>. Acesso em: 7 nov. 2024.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Margaridas em Marcha, 2023.** Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/#:~:text=vive%20em%20n%C3%B3s!>

[Para%20n%C3%B3s%2C%20mulheres%20do%20campo%2C%20da%20floresta%20e%20d](#)
[as%20%C3%A1guas, de%20rela%C3%A7%C3%B5es%20justas%20e%20igualit%C3%A1ri as.](#) Acesso em: 20 ago. 2024.

HUMAN RIGHTS DEFENDERS MEMORIAL. *Maria do Espírito Santo da Silva.* 2025. Disponível em: <https://hrdmemorial.org/pt/hrdrecord/maria-do-espirito-santo-da-silva>. Acesso em: 4 abr. 2025.

MATTA, A.B. LOSS, B. e FERNANDES, F. Publicado em 15/12/2020 - 12h. **Governo Bolsonaro X Reforma Agrária.** Disponível em: [Governo Bolsonaro X reforma agrária | Agemt | Jornalismo PUC-SP \(pucsp.br\)](https://www.pucsp.br/agemt/jornalismo-puc-sp/pucsp.br/governo-bolsonaro-x-reforma-agraria). Acesso em: 30 jul. 2024.

MELO, H. P., et al. **O setor de serviços no Brasil:** Uma visão global – 1985/95. Texto para discussão nº 549. Rio de Janeiro. 1998.

MENDES, A.R.R. A risível Reforma Agrária de Sarney: o desenho de humor e a crônica política no Jornal dos Trabalhadores Sem Terra (1985-1988). **Saeculum – Revista de História**, v. 27, n. 47, p. 153-176, 2022.
<https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6725.2022v27n47.62493>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTENCIA SOCIAL, FAMILIA E COMBATE À FOME. **Programa Bolsa Família.** Brasília/DF. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/03/tem-duvidas-sobre-o-bolsa-fam%C3%A1lia-confira-perguntas-e-respostas-sobre-o-programa>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera.** Ano 9, N. 8. pp. 151-172. Jan./Jun. 2006.
<https://doi.org/10.47946/rnera.v0i8.1445>

MITIDIERO JR. M. A. **O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e as Contradições da Luta Pela Terra No Brasil.** 2002. 357f. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

MITIDIERO JUNIOR, M.A; BARBOSA, H.J.N; DE SÁ, T.H. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 18, n. 3, 2017. <https://doi.org/10.33026/peg.v18i3.5540>

NEAD Especial / E. F. Woortmann, B. Heredia e R. Menache (organizadoras). **Margarida Alves.** Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA, IICA, 2006, 356 p.

NETO, J. C. M. Observatório das Desigualdades. **A parte que te cabe deste latifúndio:** concentração de terra e os desafios da reforma agrária no Brasil. Maio de 2023. Boletim 16. Disponível em: <https://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/Boletim-16-Reforma-Agraria.docx.pdf>. Acesso em 9 jul. 2024.

OLIVEIRA, A.U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São

Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

ONU. Un Water. **Década da Água para a Vida**, 2005-2015. Disponível em: <https://www.un.org/waterforlifedecade/gender.shtml>. Acesso em: 29 jul. 2024.

PMU. **Banco de Dados Integrados**. BDI-2023. Volume 3. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/planejamento-urbano/banco-de-dados-integrados/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PMU. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2019/08/16/caravana-de-prevencao-as-drogas-chega-a-e-m-leandro-jose-de-oliveira/>. Acesso em: 9 mar. 2025.

PMU. **Uberlândia é o 6º maior mercado em faturamento para franquias do Brasil e o 1º de Minas**. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2024/12/03/uberlandia-e-o-6o-maior-mercado-em-faturamento-para-franquias-do-brasil-e-o-1o-de-minas/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

QUEIROZ, V. Número de famílias assentadas cresce 612% com Lula. Publicado em: 4 fev. 2024, 6h45. **Poder 360º** Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/np-numero-de-familias-assentadas-cresce-612-com-lula/>. Acesso em: 18 out. 2024.

RODRIGUES, S. **Juventude rural e sucessão no campo: uma análise nos assentamentos de reforma agrária**. Revista Campo-Território, v. 9, n. 17, 2014. <https://doi.org/10.14393/RCT91826881>

RÖHNELT, P. B. C. e SALAMONI, G. **O papel da mulher nas transformações da agricultura familiar: a pluriatividade como estratégia de reprodução social**. Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2010, p.01-115.

SAFFIOTI, H. I. B. A mulher na sociedade de classes. 3. ed. São Paulo: **Expressão Popular**, 2013.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SAUER, S. *et al.* Governo Bolsonaro amplia a grilagem de terras com mais uma medida provisória. **NERA**. Presidente Prudente, dezembro de 2019, número 144.

SCOLESE, Eduardo. **Folha de S. Paulo**, em Brasília. Paralisação no Incra se espalha por 20 Estados. Publicado em 06/05/2004 - 07h43min. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u60634.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SENAR. Coleção 182. **Mecanização**: aplicação de corretivos e fertilizantes com

distribuidor centrífugo. Brasília, 2017.

SCHIMITZ, H.; MOTA, D. M. Agricultura familiar: Categoria Teórica e/ou de ação política? **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 18, n. 5/6, p. 435-446, maio/jun. 2008. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/30583/1/AgriculturaFamiliarTeorica.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

SILIPRANDI, E. e CINTRÃO, R. **Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2015.

SOARES, M. **Governo Federal homologa três Terras Indígenas; saiba quais são**. Instituto Socioambiental (ISA). Publicado 6 dez. 2024. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/governo-federal-homologa-tres-terras-indigenas-saiba-quais-sao>. Acesso em 1 jun. 2025.

SOBREIRO FILHO, *et al.* O golpe na questão agrária brasileira: aspectos do avanço da segunda fase neoliberal no campo. **NERA**. Presidente Prudente, fevereiro de 2018, número 122.

STEDILE, J. P. **A questão agrária do Brasil**: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. 1^a Ed. São Paulo. Expressão Popular, 2013. 242p.

STEDILE, J. P. e FERNANDES, B. M. **Brava gente trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3^a reimpressão: setembro de 2005. Editora Fundação Perseu Abramo.

STEDILE, J. P. O governo não está fazendo nada na Reforma Agrária. É uma vergonha. **Jornal MST**. Entrevista em 6 jun. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/06/06/o-governo-nao-esta-fazendo-nada-na-reforma-agraria-e-uma-vergonha/>. Acesso em: 7 nov. 2024.

VIEIRA, W.A. **A territorialização do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e o assentamento Emiliano Zapata no contexto das políticas públicas**: (des)encontros, desafios e conquistas. 2014. 232f. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2014.

VIEIRA, W. A. **Conflitos no campo e reforma agrária em Minas Gerais**: reflexões a partir do Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA. 2012. 128f. Monografia. (Graduação em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012.

ANEXO A – PORTARIA N° 153 DE FORMAÇÃO DO PA TERRA FIRME



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**

Coordenação de Apoio Técnico Administrativo
Divisão de Apoio Técnico Administrativo - GABT-1
Brasília/DF, SBN Quadra 01 Bloco D Lote 32,
CEP 70057-900 <https://www.gov.br/incra>

PORTARIA N° 153, DE 16 DE AGOSTO DE 2023

Criação do Projeto de Assentamento denominado Cabaças, localizado no município de Uberlândia, Estado Minas Gerais, sob gestão da Superintendência Regional de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV do art. 22 do Decreto nº 11.232, de 10 de outubro 2022, combinado com o inciso VIII do art. 104 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 2.541, de 22 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de dezembro de 2022 seguinte, e

Considerando o constante dos autos do processo nº 54000.085666/2020-19;

Considerando a necessidade de conceder destinação ao imóvel rural denominado Fazendas das Cabaças, com a área de 674,5432 ha, localizado nos municípios de Uberlândia, no Estado Minas Gerais, declarado de interesse social para fins de reforma agrária, na forma de obtenção por compra e venda segundo o Decreto nº 433, de 24 de Janeiro de 1992, pelo ato da Portaria Nº 96, de 14 de Dezembro de 2016;

Considerando a proposta da criação do projeto de assentamento pela Superintendência Regional do Incra de Minas Gerais - SR(MG), autorizada pela Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento (DD), que decidiram pela regularidade da proposta,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação do Projeto de Assentamento denominado Cabaças, código SIPRA nº MG0487000, com área 674,5432 ha, localizado no município de Uberlândia, tendo como municípios limítrofes Araguari, Monte Alegre de Minas, Prata, Indianópolis, Uberaba, Veríssimo e Tupaciguara, definidos pelo IBGE, Estado de Minas Gerais, visando ao assentamento de 51 unidades familiares.

Art. 2º Autorizar a Superintendência Regional dar início ao processo de seleção para a inclusão das unidades familiares como beneficiárias do PNRA, sujeito à verificação das vedações constantes do [artigo 20 da Lei nº 8.629, de 1993](#).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da

União.



Documento assinado eletronicamente por **César Fernando Schiavon Aldrichi, Presidente**, em 16/08/2023, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17277229** e o código CRC **06266FF8**.

Referência: Processo nº 54000.085666/2020-19

SEI nº 17277229

ANEXO B - PARECER CONSUSTANIADO DO CEP

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**



PARECER CONSUSTANIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO ASSENTAMENTO TERRA FIRME, UBERLÂNDIA-MG

Pesquisador: LUCELIA DA COSTA ASSIS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 86368824.0.0000.5152

Instituição Proponente: Instituto de Geografia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.646.193

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas dos documentos Informações Básicas da Pesquisa nº 2370886 e Projeto Detalhado DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO ASSENTAMENTO TERRA FIRME, UBERLÂNDIA-MG, postados em 26/05/2025.

INTRODUÇÃO

Este estudo busca revisar teorias bibliográficas sobre a questão agrária para construir um conhecimento teórico que possibilitará a compreensão do processo da reforma agrária e a criação dos assentamentos para, posteriormente, analisar os problemas socioeconômicos vividos pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais assentados no PA Terra Firme, bem como, as perspectivas de mudanças das condições de vida das famílias deste assentamento. Para tanto, considera-se o questionamento: Qual a importância dos pequenos agricultores assentados se unirem em forma de organizações coletivas, como as cooperativas, para conseguirem se manter no mercado e melhorar sua condição de vida? É necessário também aprofundar as discussões tais como os impactos das políticas públicas sobre o agricultor familiar assentado, principalmente mulheres, e a maneira com que se utilizam das cooperativas como estratégia para comercialização de sua produção e inserção no mercado agropecuário de maneira

Endereço:	Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica				
Bairro:	Santa Mônica	CEP:	38.408-144		
UF:	MG	Município:	UBERLANDIA		
Telefone:	(34)3239-4131	Fax:	(34)3239-4131	E-mail:	cep@propp.ufu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**



Continuação do Parecer: 7.646.193

competitiva, destacando a importância das mulheres na luta à frente dos trabalhos desenvolvidos dentro da propriedade e para o próprio desenvolvimento rural. Dar visibilidade ao trabalho e voz às mulheres do campo ainda é um grande desafio a ser conquistado. Muitos feitos desenvolvidos por elas ainda permanecem na invisibilidade. Esta pesquisa dará maior enfoque na análise do trabalho desenvolvido pelas mulheres assentadas possibilitando maior visibilidade dos mesmos diante da sociedade urbana e do próprio meio rural em que vivem. A investigação do problema será feita com pesquisa de campo para aplicação de questionário com 23 questões fechadas e 2 abertas que abordarão a questão das mulheres assentadas e suas perspectivas para melhorias do modo de vida no assentamento.

METODOLOGIA

Todos os dados obtidos serão analisados por meio de gráficos e tabelas para melhor interpretação e conclusões do estudo para posterior tomada de decisões. Conforme Cardoso (2012), a metodologia a ser utilizada será a pesquisa bibliográfica, a partir de consulta e leitura de livros, artigos em revistas e consultas em sites relacionados aos temas a serem abordados. A leitura desse material trará grande conhecimento teórico, a partir da revisão e análise de pesquisas anteriormente realizadas que servirão de suporte para a compreensão dos processos que permeiam a Reforma Agrária e a luta pela permanência das famílias em áreas de assentamentos rurais. Serão utilizados dados da produção agropecuária, como por exemplo, tipo e quantidade de produtos produzidos e vendidos nos assentamentos, bem como formas coletivas de organização disponibilizados, desde o início do PA em agosto de 2023 até os dias atuais, pelo INCRA, DATALUTA, Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento e lideranças dos movimentos e associações dos trabalhadores sem terra como (MPRA). Junto ao INCRA, ao DATALUTA, bem como a pesquisas feitas anteriormente por pesquisadores deste assunto, será possível ter acesso à base de dados dos assentamentos e obter informações como data de criação, área total, número de famílias assentadas, capacidade máxima dos assentamentos e tipologia dos assentamentos. Mapas, tabelas e gráficos detalhando os dados a serem estudados também poderão ser localizados em sites governamentais como: <https://www.embrapa.br/> e <https://www.gov.br/incra/pt-br>, também junto à artigos e comentários disponíveis em sites reproduzidos por lideranças de organizações tais como: <http://mst.org.br/> e <https://www.fct.unesp.br/#/pesquisa/dataluta/>, entre outros. Será agendada preliminarmente reunião com os representantes do PA Terra Firme para discussões sobre o funcionamento do

Endereço:	Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro:	Santa Mônica
UF:	MG
Município:	UBERLÂNDIA
CEP:	38.408-144
Telefone:	(34)3239-4131
Fax:	(34)3239-4131
E-mail:	cep@propp.ufu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**



Continuação do Parecer: 7.646.193

assentamento de uma forma geral bem como o papel de mulheres no desenvolvimento de atividades no assentamento. Em complementação à reunião preliminar serão utilizados também dados primários coletados diretamente com os produtores através de trabalhos de campo organizado por meio de conversas e entrevistas com lideranças e representantes dos assentamentos, somando a teoria com a prática da pesquisa, elemento fundamental que caracteriza a relevância dos estudos geográficos. Após a coleta dos dados, estes serão analisados e trabalhados na elaboração de gráficos e tabelas ilustrando os detalhes do estudo. Os trabalhos de campo serão executados no próprio assentamento, não sendo necessário o deslocamento do entrevistado, pois os pesquisadores se deslocarão até o local onde irá aplicar os questionários com recursos próprios. As entrevistas serão agendadas previamente com as famílias dos assentados, mediante intermédio das lideranças, que encaminharão, por meio de mensagem de whats app informações à comunidade do PA informando que haverá pesquisa e autorizando sua realização no local. Serão informados da aplicação de um questionário pré-elaborado, com 23 questões fechadas para uma amostra de 37 famílias o que representa 100% das famílias assentadas, sendo que os(as) entrevistados(as), serão os chefes das famílias, homens ou mulheres maiores de 18 anos, titulares do lote, pois o estudo se concentra em adultos responsáveis por atividades no assentamento. Apenas membros das 37 famílias assentadas poderão participar, pois a pesquisa busca compreender o trabalho e a organização das famílias assentadas; indivíduos que não desejarem participar da pesquisa, mesmo atendendo aos critérios de inclusão, terão seus desejos respeitados e não serão incluídos no estudo, mesmo que possuem o lote em seu nome. Não será necessário incluir o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), pois o estudo foca em adultos. De acordo com Palafox (2015), antes de aplicar o questionário haverá uma reunião com os responsáveis pelo local para que seja explicado o motivo da pesquisa e solicitado autorização para execução.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO - A pesquisa pretende abordar todos os 37 membros de cada família assentada podendo ser em dias diferentes, caso haja necessidade, para que todos possam participar. Como critério de inclusão, o entrevistado deverá ser titular do lote; ter idade acima de 18 anos, ser do sexo masculino ou feminino; ter autonomia para responder à pesquisa; ser responsável ou corresponsável por atividades produtivas, organizacionais ou sociais no assentamento e concordar voluntariamente em participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Há uma previsão de participação de todos(as) os 37 membros das famílias de assentados, pois busca compreender o trabalho e a organização

Endereço:	Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica				
Bairro:	Santa Mônica				
UF:	MG	Município:	UBERLÂNDIA	CEP:	38.408-144
Telefone:	(34)3239-4131	Fax:	(34)3239-4131	E-mail:	cep@propp.ufu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA



Continuação do Parecer: 7.646.193

destas famílias. Porém, indivíduos do grupo que não desejarem participar da pesquisa, mesmo atendendo aos critérios de inclusão, terão seus direitos respeitados e não serão incluídos no estudo.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO - Indivíduos com menos de 18 anos não serão incluídos na pesquisa, pois o estudo se concentra em adultos responsáveis por atividades no assentamento. Assim, não será necessário incluir o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), sendo este documento utilizado para indivíduos menores de 18 anos.

CRONOGRAMA - III - Aplicação do questionário 20/07/2025 a 20/08/2025.

ORÇAMENTO - Valor TOTAL aproximado: 1.200,00.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO - Compreender as formas de associação para produção e comercialização entre as mulheres do Projeto de Assentamento Terra Firme, em Uberlândia -MG.

OBJETIVO SECUNDÁRIO - 1. Analisar o processo de territorialização e formação territorial do Projeto de Assentamento Terra Firme, em Uberlândia- MG, principalmente o papel das mulheres nesse processo. 2. Identificar e discutir o papel das organizações coletivas no processo de territorialização do Projeto de Assentamento Terra Firme, em Uberlândia-MG. 3. Identificar e analisar os problemas relativos à produção e comercialização dos alimentos enfrentados pelas assentadas do Projeto de Assentamento Terra Firme, em Uberlândia-MG. 4. Analisar a dinâmica cotidiana do assentamento, das relações de trabalho à comercialização e transporte da produção, bem como, a ação dos órgãos governamentais e as perspectivas e entraves do modelo cooperativista na vida das assentadas. 5. Discutir o papel das mulheres assentadas no Projeto de Assentamento Terra Firme, especificamente, as assimetrias das relações de trabalho e as lutas femininas para melhorias das condições de vida e de permanência na terra.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
UF: MG Município: UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4131 E-mail: cep@propp.ufu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**



Continuação do Parecer: 7.646.193

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS - Os riscos previsíveis desta pesquisa envolvem, principalmente, a identificação dos voluntários. Entretanto, para reduzir esse risco, no TCLE será destacado algumas considerações como a garantia de anonimato ao respondente, com a utilização de códigos como entrevistado-1, entrevistado-2 e assim por diante, para a elaboração de considerações relacionadas às respostas, para resguardar a ética da pesquisa, bem como da pessoa pesquisada e também garantir a coleta de dados. As imagens serão borradas ou terão os rostos desfocados com utilização de software de edição (como Photoshop, GIMP ou aplicativos específicos de anonimização). Poderão serem utilizadas fotos que não mostrem rostos sendo capturadas apenas as atividades sem exposição de características identificáveis. Os rostos das fotos também poderão ser cobertos com tarjas para evitar identificação. Você pode solicitar, a qualquer momento, a remoção de sua imagem dos registros da pesquisa. Além disso, os dados serão coletados apenas pelos pesquisadores, que trabalharão para manter a privacidade e sigilo das informações coletadas, as quais serão armazenadas em arquivos de programas de computador para posterior análise, por um período de 5 anos após a conclusão da pesquisa. Logo, as informações e o anonimato dos voluntários serão mantidos em sigilo e não serão divulgadas fotos ou imagens sem prévia autorização.

BENEFÍCIOS - Destaca-se que os assentamentos rurais trazem uma série de benefícios significativos, tanto para os próprios assentados quanto para a sociedade em geral como, por exemplo: melhoria das políticas públicas pelo governo após compreenderem os desafios enfrentados pelos assentados; apoio ao desenvolvimento sustentável com destaque para as práticas agrícolas e de manejo de recursos, garantindo a sustentabilidade do meio ambiente nos assentamentos rurais; fortalecimento da economia local com a diversificação econômica e desenvolvimento de pequenas empresas locais, gerando empregos e melhora na renda das famílias assentadas; redução da pobreza e desigualdade com acesso a crédito, educação, saúde e infraestrutura básica; melhoria da qualidade de vida da comunidade, como acesso à saúde, educação e serviços sociais; empoderamento comunitário com capacitação dos moradores para atuarem de forma mais eficaz na defesa de seus direitos e interesses e monitoramento e avaliação com identificação do que funciona bem e o que precisa ser ajustado; planejamento de infraestrutura, identificando os desafios relacionados à infraestrutura (como acesso a estradas, eletricidade, água potável) assim, pode-se melhorar a alocação de recursos e a priorização de investimentos necessários para o desenvolvimento dos

Endereço:	Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica				
Bairro:	Santa Mônica	CEP:	38.408-144		
UF:	MG	Município:	UBERLÂNDIA		
Telefone:	(34)3239-4131	Fax:	(34)3239-4131	E-mail:	cep@propp.ufu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**



Continuação do Parecer 7.646.193

assentamentos; compreender os desafios específicos enfrentados por grupos vulneráveis dentro dos assentamentos, como o das mulheres, pode levar a iniciativas mais inclusivas e equitativas; conservação ambiental com o incentivo de práticas de conservação e recuperação ambiental, promovendo a coexistência harmoniosa entre agricultura e meio ambiente. Ao investigar os desafios socioeconômicos nos projetos de assentamentos rurais, é possível não apenas melhorar as condições de vida dos assentados, mas também da comunidade local e contribuir para um desenvolvimento rural mais justo, sustentável e inclusivo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

As pendências listadas no Parecer Conssubstanciado nº 7.560.295, de 11 de maio de 2025, e atendidas, seguem abaixo, bem como a resposta da equipe de pesquisa e a análise feita pelo CEP/UFU.

Pendência - Após análise, uma nova pendência surgiu em função do trâmite de análise e aprovação do comitê: Atualizar o CRONOGRAMA - III - Aplicação do questionário 01/05/2025 a 30/05/2025.

O CEP-UFU solicita adequação no referido CRONOGRAMA.

RESPOSTA - Recomendações: O CEP-UFU solicita adequação no referido CRONOGRAMA.

Considerando o trâmite de análise e aprovação do comitê (60 dias a partir da data de submissão do protocolo com as respostas às pendências éticas), segue a adequação do cronograma no Formulário Plataforma Brasil e no Projeto Detalhado conforme Recomendação do CEP.

III - Aplicação do questionário: 20/7/2025 a 20/08/2025

ANÁLISE DO CEP/UFU - Pendência atendida.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram utilizados os documentos (com postagem atualizada em 26/05/2025):

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2370666.pdf;

PROJETO_MESTRADO_PA_Terra_Firme_Ajustes_12MAI25.odt;

Recomendacoes_CEPS_CRONOGRAMA_26MAIO25.docx;

Resolucao_das_Pendencias_2_abril.docx;

Endereço:	Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica				
Bairro:	Santa Mônica				
UF:	MG	Município:	UBERLÂNDIA	CEP:	38.408-144

Telefone:	(34)3239-4131	Fax:	(34)3239-4131	E-mail:	cep@propp.ufu.br
-----------	---------------	------	---------------	---------	------------------

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA



Continuação do Parecer: 7.646.193

Folha_de_Rosto_2_abril_25.pdf;
TCLE_Terra_Firme.pdf;
Termo_de_Compromisso_da_equipe_executora.pdf;
Questionario_para_coleta_de_informacoes.pdf;
Curriculo_Joao.pdf;
Curriculo_Lucelia.pdf;
Carta_Convite.pdf;

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise do CEP/UFU não foram observados óbices éticos nos documentos do estudo.

De acordo com as atribuições definidas nas Resoluções CNS nº 466/12, CNS nº 510/16 e suas complementares, o CEP/UFU manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa.

Prazo para a entrega do Relatório Final ao CEP/UFU: 10/2025

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP/UFU ALERTA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DE PESQUISA DEVE SER INFORMADA, IMEDIATAMENTE, AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE ÉTICA.

O CEP/UFU alerta que:

- a) Segundo as Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16, o pesquisador deve manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
- b) O CEP/UFU poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto;

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
UF: MG Município: UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4131 E-mail: cep@propp.ufu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA



Continuação do Parecer: 7.646.193

c) A aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento às Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16 e suas complementares, não implicando na qualidade científica da pesquisa.

ORIENTAÇÕES AO PESQUISADOR:

- O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização e sem prejuízo (Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, na íntegra, por ele assinado).

- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado pelo CEP/UFU e descontinuar o estudo após a análise, pelo CEP que aprovou o protocolo (Resolução CNS nº 466/12), das razões e dos motivos para a descontinuidade, aguardando a emissão do parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.

- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Resolução CNS nº 466/12). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro); e enviar a notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) apresentando o seu posicionamento.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
UF: MG Município: UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4131 E-mail: cep@propp.ufu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**



Continuação do Parecer: 7.646.193

- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, destacando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. No caso de projetos do Grupo I ou II, apresentados à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador também deve informá-la, enviando o parecer aprobatório do CEP, para ser anexado ao protocolo inicial (Resolução nº 251/97, item III.2.e).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇOES_BASICAS_DO_PROJECTO_2370688.pdf	26/05/2025 13:57:57		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_MESTRADO_PA_Terra_Firme_Ajustes_12MAI25.odt	26/05/2025 13:55:53	LUCELIA DA COSTA ASSIS	Aceito
Outros	Recomendacoes_CEPS_CRONOGRAMA_28MAIO25.docx	26/05/2025 13:55:14	LUCELIA DA COSTA ASSIS	Aceito
Outros	Resolucao_das_Pendencias_2_abril.docx	02/04/2025 16:47:47	LUCELIA DA COSTA ASSIS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_2_abril_25.pdf	02/04/2025 16:42:30	LUCELIA DA COSTA ASSIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Terra_Firme.pdf	12/02/2025 19:52:45	LUCELIA DA COSTA ASSIS	Aceito
Outros	Termo_de_Compromisso_da_equipe_executora.pdf	11/02/2025 17:31:47	LUCELIA DA COSTA ASSIS	Aceito
Outros	Questionario_para_coleta_de_informacoes.pdf	11/02/2025 17:29:19	LUCELIA DA COSTA ASSIS	Aceito
Outros	Curriculo_Joao.pdf	08/02/2025 09:01:01	LUCELIA DA COSTA ASSIS	Aceito
Outros	Curriculo_Lucelia.pdf	08/02/2025 09:00:27	LUCELIA DA COSTA ASSIS	Aceito
Outros	Carta_Convite.pdf	08/02/2025 08:46:06	LUCELIA DA COSTA ASSIS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica		
Bairro: Santa Mônica		
UF: MG	Município: UBERLÂNDIA	CEP: 38.408-144
Telefone: (34)3239-4131	Fax: (34)3239-4131	E-mail: cep@propp.ufu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA



Continuação do Parecer: 7.646.193

UBERLÂNDIA, 16 de Junho de 2025

Assinado por:
Eduardo Henrique Rosa Santos
(Coordenador(a))

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
UF: MG Município: UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4131 E-mail: cep@propp.ufu.br

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA SOCIOECONÔMICA DO
PA TERRA FIRME – FAZENDA CABACAS**

Nome: _____ Nº do questionário: _____
 Idade: _____ Nº do lote: _____ Sexo:
 Identificação do lote: _____ Data da coleta de
 informações

RESULTADO DA COLETA: () Questionário aplicado () Recusa () Outra
 Questionário não aplicado por outra razão, especificar: _____

1 - PERFIL SOCIOECONÔMICO

1. Possui companheiro(a)?

1 – Sim 2 - Não 3 - Não respondeu _____

2. Qual o número de filhos? _____

3. Se sim, tem filhos. Idade de cada um : _____

4. Quantas pessoas compõem seu núcleo familiar, que residem com você, sem contar com você? _____ quantidade.

5. Como declara sua cor/etnia?

1 – Branca 2 – Preta 3 – Parda 4 – Amarela 5 – Indígena 6 – Não sei

6. Qual a sua escolaridade?

1 – Não estudei 2 – Fundamental Incompleto 3 – Fundamental Completo 4 – Médio incompleto 5 – Médio completo 6 – Superior incompleto 7 – Superior completo
 Outro: _____

7. Reside no lote?

1- Sim _____ 2 - Não _____

8. Se não reside no lote - localização onde reside: _____

9. Trabalha no lote?

1- Sim _____ 2 - Não _____

10. Existe algum trabalho complementar ao trabalho no lote?

1- Sim _____ 2 - Não _____

11. Se reside no lote, tem algum filho que mora fora?

1 - Sim 2 - Não (passe para a questão 13) 3 - Não respondeu _____

12. Se tem filho(s) que mora(m) fora, poderia fornecer algumas informações sobre ele(s)?

Nome	a - Sexo	b - Idade	c - Motivo da saída	d - Ano de saída	e - Local de residência	f - Atividade principal	(Cód.)

a - Sexo
1 - Masculino
2 - Feminino parente etc.)

c - Motivo da saída
1 - Econômico (emprego, compra de terra etc.)
2 - Familiar (casamento, morte de
3 - Pessoal (brigou com o vizinho,

e - Local de residência
Anotar o nome do local se for
na vizinhança (mesmo
município) Em Minas,
anotar o município

b - Idade
estado
00 - O a 11 meses
01 - 1 ano a 1 ano e 11
meses

não gosta do lugar etc.)
4 - Outro (especificar)
9 - Não sabe

Outros estados - anotar só o

02 - 2 anos a 2 anos e 11 meses
exercida (cargo, 03 - 3 anos e 11 meses
que exerce - Demais respostas usar a idade
sem considerar o dia e
mês, caso sejam informados
98 - Não respondeu, não sabe
principal

d - Ano de saída
Anotar os dois últimos dígitos do ano
estudante, advogado, trabalhador completa no último aniversário
rural, aposentado etc.) - No caso

Anotar a atividade
profissão ou função
(94 para 1994, etc.),
de mais de uma, anotar a

13. Das pessoas que trabalham no lote, qual a melhor opção para retratar a realidade:

As pessoas que trabalham no lote			
	Só a mulher (companheira)		Homem, mulher e filho(s) maior(es) de 18 anos
	Só o homem (companheiro)		Homem, mulher e filho(s) menor(es) e maior(es) de 18 anos
	Ambos, homem e mulher		Outro(s)

Outros:

14. Se não trabalha no lote ou somente no lote, qual sua principal ocupação/profissão?

Ocupação/profissão			
	Setor primário (na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca)		Como funcionário(a) do governo federal, estadual ou municipal
	Indústria		Como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior
	Construção Civil (pedreiro, mestre de obras, ajudante, outro)		Como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior
	No comércio ou nos serviços: loja, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços		Faço trabalho doméstico em casa de outras pessoas (cozinheiro/a, mordomo/governanta, jardineiro, babá, lavadeira, faxineiro/a, acompanhante de idosos/as etc.)

	Trabalho fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante, guardador/a de carros, catador/a de lixo)		Trabalho em outra propriedade no campo
	Trabalho em minha casa informalmente (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria etc.)		No lar (sem remuneração)

Outro:

15. Qual a maior fonte de renda familiar:

1 - Trabalho no lote 2 – Trabalho fora do lote

16. Pode nos informar uma média de renda monetária mensal?

a - Menos de 1 salário-mínimo b - 1 salário-mínimo c - de 2 a 3 salários-mínimos
 d - de 4 a 5 salários-mínimos e - de 6 a 9 salários-mínimos
 f - mais de 9 salários-mínimos

2 - PERFIL PRODUÇÃO-COMERCIALIZAÇÃO**17. No lote, há produção? Considerar qualquer trabalho que faz para se manter/viver dentro do lote:**

1- Sim _____ 2 – Não _____

18. Se há produção, você comercializa algum produto?

1- Toda a produção 2 – Somente o excedente 3 – Não comercializo

19. Se comercializa algum produto, o que mais comercializa?

O que é mais comercializado		
Leite e produtos derivados do leite		Hortifrutis (hortaliças, legumes e frutas)
Frango/galinhas e derivados		Quitandas caseiras (bolos, pães e outros)
Porcos e derivados		Produtos manipulados (conservas, doces, molhos, sucos e outros)
Artesanato de forma geral		Outros

Outros:

20. Participa de grupo informal, associação, cooperativa?

1- Sim 2 - Não

Se sim, qual o nome do grupo informal, associação ou cooperativa?

21. Possui algum meio de comercializar a produção?

1- Sim 2 - Não

Se sim, a comercialização é realizada no meio rural, urbano ou ambos?

22. Se sim, onde mais comercializar a produção?

Onde mais se comercializa		
Feiras livres ou especializadas (orgânicos, artesanato, feiras agropecuárias, eventos)		Venda direta na propriedade
Venda para programas do governo, exemplo, alimentação escolar		Pequenos mercados e restaurantes coletivos e individuais
Lojas especializadas, independentes ou associações de produtores		Lojas virtuais e para empresas
Venda em beira de estrada e cestas em domicílio		Outro

Outro:

23. Se comercializa na cidade, qual o principal meio de transporte

utilizado para a comercialização?

- 1 - Veículo próprio 2 - Rodízio de veículo (ora próprio, ora de vizinho) 3 - Veículo de cooperativas/associação 4 - Outro

APÊNDICE B - CRONOGRAMA PARA VISITA TÉCNICA – PA TERRA FIRME

Data: 06/04/2024

Saída do CIEPS: 7h – Chegada no CIEPS: 18h

HORÁRIO	O QUÊ	COMO	RESPONSÁVEIS
7h	Saída do CIEPS Campus Santa Mônica – em frente ao bloco 1S	Transporte da UFU	CIEPS
8h-9h	Chegada Assentamento		
9h-9h30	Café e integração		
9h30-10h	Boas-vindas, introdução e apresentação de todos e todas.	Apresentar brevemente o motivo da roda de conversa, a dinâmica do trabalho e os resultados pretendidos. Enfatizar o respeito às opiniões e incentivar a participação de todos.	Cristiane Betelho

10h-11h	<p>Dinâmica</p> <p>Primeira fase: descrever a história do assentamento e divisão de grupos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mostrar a importância do processo de luta. - Identificar habilidades para o trabalho em grupos e a construção, ao final, de uma árvore representando o futuro do assentamento. 	<p>Organizar pequenos grupos, por grupos de afinidades conforme saberes e habilidades.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entregar uma folha para cada um descrever em uma palavra o sentimento sobre a história de luta do assentamento. <p>Obs.: estagiários/bolsistas devem filmar/fotografar as pessoas que se prontificarem a falar.</p> <p>Antes de desfazer a roda, fazer uma pergunta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qual o “seu sonho”, o que gosta de fazer/produzir para gerar renda? <p>Dividir as pessoas em três grupos, a partir das targetas/folhas escritas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gado, leite, outros animais e derivados; - Hortifrutis; - Quitandas e produtos 	<p>Cristiane Betelho mediando as discussões.</p> <p>Professores se dividirão nos três grupos formados para realizarem as atividades com os membros de cada grupo.</p> <p>Estagiários/Bolsistas assessorando tecnicamente.</p>
---------	---	--	---

11h-12h	<p>Dinâmica</p> <p>Segunda fase: descrever os pontos positivos e desafios enfrentados para se tornar um assentamento que gere trabalho e renda.</p>	<p>manipulados.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nos pequenos grupos, listar (em papel individual de flip chart), pontos positivos x desafios para a comercialização enfrentados para geração de trabalho e renda. - Fazer perguntas para construir uma árvore (raiz, caule, folhas e frutos) no momento final do encontro 	<p>Cada professor fica responsável por um grupo.</p> <p>Cristiane Betelho mediando as discussões.</p> <p>Estagiários/Bolsistas assessorando tecnicamente os grupos.</p>
---------	--	--	---

	<p>Terceira fase: identificar oportunidades de melhoria e áreas de atuação prioritárias.</p> <p>OBS.: Estagiários/Bolsistas devem tirar do grupo as pessoas para responder os questionários.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Vocês vendem ou o que fazem/produzem é para o autoconsumo? Se vendem, para onde vendem? 2) Quais os principais problemas que vocês enfrentam para a produzir e vender? 3) Qual seu sonho? 4) Do que a gente precisa para resolver esses problemas e alcançar o sonho? 	
12h-12h30	<p>Compromisso e encerramento.</p> <p>Juntar o grupão para validar a discussão entre todos e todas.</p> <p>Cada grupo com seu cartaz sobre:</p> <p>Pontos positivos x desafios para a comercialização</p> <p>Identificar oportunidades para a comercialização</p> <p>Construir uma árvore, cujas partes</p>	<p>Reunir os papeis de flip chart e fazer um apanhado geral do que foi trabalhado pelos pequenos grupos.</p> <p>- Montar a árvore com raiz, caule, folhas e frutos</p> <p>Enfatizar o compromisso de todas as famílias em trabalhar juntas para construir um assentamento que gere trabalho e renda, que seja sustentável, inclusivo e próspero.</p> <p>Agradecimento pela participação e contribuição de todos.</p>	<p>Cristiane Betelho Professores complementando as discussões Estagiários/Bolsistas devem filmar/fotografar.</p>

	<p>devem representar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Raízes (fomento, história, unidade); - Caule (autogestão, sustentação das folhas e dos frutos); - Folhas (cooperação, coletividade, solidariedade, reciprocidade); - Frutos (comercialização; renda; reconhecimento da sociedade). 	<p>Reforçar convite para futuros encontros e atividades de acompanhamento e implementação das ações planejadas.</p>	
12h30-13h30	Almoço		
13h30-15h30	<p>Visita a duas famílias assentadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Visitar o lote da D. Raimunda - Visitar o lote do André 	<p>Conhecer, observar, fazer anotações e registros.</p>	<p>Professores, estagiários e bolsistas Estagiários/bolsistas devem filmar/fotografar</p>
15h30-16h30	<p>Finalização Reflexões sobre o dia e o trabalho.</p>	<p>Estimular o fortalecimento do coletivo e projeções futuras.</p>	Todos
16h30-17h	Saída do Assentamento	Transporte da UFU	CIEPS

APÊNDICE C - ROTEIRO DE TRABALHO: RELAÇÕES DE GÊNERO NO PA TERRA FIRME

I - Informações gerais

Nome: _____	Idade: _____
Número do Lote: _____	
Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Outro (especificar) _____	

1. Situação conjugal: Solteiro(a) Casado(a) Amasiado(a) Divorciado(a) Viúvo(a).
2. Possui filhos: Sim Não (.). Idade dos filhos (anos): _____
3. Filhos moram no lote: Sim Não (.)
4. Possui companheiro: _____
5. Quantas pessoas moram com você? _____
6. Qual sua escolaridade: Analfabeto Primário Ensino Fundamental Ensino médio Ensino Superior Outra _____
7. Qual sua naturalidade? (Cidade onde nasceu) _____
8. Qual é sua função principal no assentamento? Trabalhador Produtor(a) Outra (especificar) _____
9. Tempo de residência no assentamento em anos: _____

II - Divisão de Trabalho

10. Quais são as principais atividades que você realiza no assentamento?
 Agricultor(a) de subsistência (cultivar alimentos para consumo próprio e/ou para revenda) Agricultor(a) familiar (responsável pela gestão da produção agrícola ou pecuária da unidade familiar)
 Trabalhador(a) rural (atividades diretamente ligadas ao cultivo e/ou criação de animais, como uso de máquinas, etc.)
 Líder comunitário(a) (assume papel de liderança nas decisões ou representações da comunidade)
 Profissional de apoio (exemplo: educador(a), agente de saúde, assistência social) Cuidado com a casa, com os filhos e idosos
 Trabalhador rural com produção de artesanatos, doces e quitandas, etc. Outro (especificar): _____
11. Quais atividades realizadas por você que considera ser mais valorizadas dentro do assentamento?
12. Recebe alguma ajuda para a realização das atividades domésticas como cuidar da casa, dos filhos, de idosos, etc.? Sim Não - Se não, qual o motivo?
13. Você recebe alguma remuneração pelo trabalho que desenvolve no campo?
14. Você participa da tomada de decisões sobre o uso da terra no assentamento como por exemplo: Escolha dos tipos de cultivos; Destinação da área; Preparo do solo como aração e gradagem; Semeadura/plantio; Capina; Adubação de cobertura; Tratamento com herbicidas e fungicidas; Colheira; Armazenagem, transporte e comercialização da produção; Compra de insumos e Infraestrutura utilizadas? Sim Não - Se não participa, quem toma as decisões?
15. Você considera que o trabalho nas atividades agrícolas é distribuído de maneira igualitária entre os homens e as mulheres no assentamento? Sim Não Não sei – Se não, como a divisão de trabalho é feita?

Considerar dentre as famílias do grupo E dentro da sua própria família

III - Educação e Capacitação

16. Tem acesso às mesmas oportunidades de educação e capacitação que os homens no assentamento? () Sim () Não - Se não, quais são as barreiras?
17. Existe escola no assentamento? () Sim () Não. Em caso negativo, a quantos quilômetros se localiza a escola em que as crianças (meninos e meninas) do assentamento são atendidas? A escola atende as crianças de toda faixa etária? _____
 _____ As professoras, o uniforme e material escolar é pago por quem? _____ A escola fornece merenda escolar? Qual a procedência? _____. Qual meio de transporte utilizado? _____.
18. Existe assistência técnica agropecuária formal que auxilia as mulheres que produzem em seus lotes? () Sim () Não () Não sei. Se sim quem presta esta assistência? () Secretarias de estado () Prefeituras Municipais () Instituições de ensino () Sindicatos () Outros: Especificar _____.
19. Já participou de cursos ou treinamentos sobre práticas agrícolas, direitos ou saúde? () Sim () Não - Se sim, como foi a experiência?

IV - Saúde e Bem-Estar

20. Considera que a saúde das mulheres e dos homens é igualmente atendida nas políticas de saúde do assentamento? () Sim () Não - Se não, quais são as diferenças?
21. Quais são as principais dificuldades de saúde enfrentadas pelas mulheres no assentamento? Onde recorrem quando necessitam de atendimento médico?
22. Considera que houveram mudanças em sua condição de vida (da vida da família) desde o início do acampamento em 2004, até hoje, em relação à produção, a infraestrutura das casas, as atividades de lazer e o convívio com os vizinhos e parentes?
23. Acredita que as políticas públicas auxiliariam no desenvolvimento e nas melhorias das condições de vida das famílias no assentamento?
24. Existe espaço no assentamento para lazer? () Sim () Não. Os assentados buscam espaços de lazer em centros urbanos mais próximos? () Sim () Não () Não Sei. Em caso positivo, que tipos?

V - Poder e Decisão

25. Quem toma as principais decisões dentro da sua casa? () Homem () Mulher () Ambos, de forma conjunta () Outro (especificar):
26. No assentamento, as mulheres têm representação em cargos de liderança ou tomadas de decisão comunitária? () Sim () Não - Se não, por quê?
27. Você já presenciou alguma situação de violência de gênero no assentamento? () Sim () Não - Se sim, qual foi a natureza da violência?

VI - Percepções sobre Igualdade de Gênero

28. Você acredita que as mulheres têm as mesmas oportunidades que os homens quanto ao acesso à terra e aos recursos no assentamento? () Sim () Não - Se não, o que você acha que deveria ser feito para melhorar a igualdade de gênero no assentamento?
29. Como você avalia a relação entre os membros da comunidade no que diz respeito à igualdade de gênero? () Se importam com o assunto, mas não é muito discutido. () Possuem interesse em discutir o assunto () Não se importam com o assunto () Valorizam e respeitam a relação de igualdade de gênero () Outra: _____
30. O que significou pra você poder ser titular do lote no assentamento?